



Anais da Assembléia

Nº 146

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 11 DE JANEIRO DE 1989

ANO XV

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA
ATA DA ATA DA 112ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 11 DE JANEIRO DE 1989.

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pela Senhora Deputada Vera Agibert e pelo Senhor Deputado Lindolfo Júnior.

As quatorze horas e trinta minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Eduardo Baggio, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Germote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielise Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (49). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Ferrari Júnior, José Felinto, Paulino José Delazeri e Paulo Furiatti (05).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 001/89

Curitiba, 05 de janeiro de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa

Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar a Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR a alienar o lote de terreno nº 1-A, da Zona D, situado no quadro urbano da cidade e Foz do Iguaçu, com área de 9.778,90m², descrito na averbação nº 01, da matrícula nº 35.840, do Registro de Imóveis da Comarca.

A medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que, conforme esclarecimentos prestados pelo órgão estadual de turismo, a área em questão está "sem edificação e qualquer utilização ou destinação específica aos objetivos sociais da PARANATUR" e que o produto obtido com tal alienação será utilizado pela mencionada Empresa em sua participação na execução do projeto do Centro de Convenções de Foz do Iguaçu.

Visando oferecer mais detalhados esclarecimentos quanto à conveniência e oportunidade da medida são anexadas cópias autênticas dos Ofícios nºs 209/88, de 20.12.88 e 498/88, de 23.12.88, através dos quais a Empresa Paranaense de Turismo formaliza e justifica sua solicitação para alienação do lote de terreno antes referido.

Por outro lado, em face da urgência e relevância da matéria, solicito que o anteprojeto de lei em causa seja apreciado durante o atual período de reuniões extraordinárias dessa Augusta Casa de Leis, convocado através da Mensagem nº 122/88, de 25 de novembro de 1988.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica a Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR autorizada a alienar, mediante concorrência pública, o lote do terreno nº 1-A, da Zona "D", situado no quadro urbano de Foz do Iguaçu, com área de 9.778,90 m², descrito na averbação 01, da matrícula nº 35.840, do Registro de Imóveis da Comarca de Foz do Iguaçu, neste Estado.

Art. 2º - A alienação de que trata esta Lei será precedida de avaliação e demais procedimentos legais.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-

posições em contrário.
À Diretoria Legislativa.

OFÍCIO N° 209/88-DT

Curitiba, 20 de dezembro de 1988.

Senhor Secretário.

Pela Lei Estadual n° 6.092, de 28.04.70, o Estado do Paraná transferiu à PARANATUR, a título de aumento e integração de capital social, o imóvel denominado HOTEL CASSINO, na cidade de Foz do Iguaçu, com área aproximada de 15.600 m², constituído dos lotes n°s 1, 2 e 3, da quadra 15 e 1, 2, 5 e 6, da Quadra 15-A, mais o trecho da Rua Belarmino de Mendonça, entre as Ruas D. Pedro II e Duque de Carias, do Cadastro Geral do Município de Foz do Iguaçu, devidamente titulados a esta Empresa. Essa transferência deu-se por Escritura Pública, lavrada às fls. 06, do Livro 11-E, do 12° Tabelião de Curitiba, em 18.08.70. No referido imóvel, em área privilegiada daquela cidade, está edificado o Hotel Cassino, em alvenaria, com dois pavimentos e área de 1.705,20m², presentemente cedido ao SENAC, por comodato, com prazo de cinco anos, que se expira em 25.11.91. O prédio e a área não edificadas cedidas ao SENAC, ocupa, da área maior, 4.959,35m².

Assim, remanesce, sem edificação e qualquer utilização ou destinação específica aos objetivos sociais da PARANATUR, numa área de 10.157,65m², gerando encargos financeiros a esta Empresa.

É do conhecimento de Vossa Excelência que a PARANATUR, na cidade de Foz do Iguaçu, participa de empreendimento de vulto, ou seja, a construção do Centro de Convenções de Foz do Iguaçu, na forma de participações acionária, ao lado da EMBRATUR, da PREFEITURA MUNICIPAL e da COMUNIDADE, da ordem de 1.531.244,24 OTN's, em 39,86% desse montante.

As obras físicas, diante dos pequenos recursos que lhe são repassados pelos acionistas, desenvolvem-se lentamente, estando a merecer, por sua importância ao desenvolvimento do turismo, injeção substancial de recursos.

Dispondo a PARANATUR do acima mencionado imóvel, sem destinação, é desejo seu aliená-lo, publicamente, a obtenção de recursos extra-orçamentários, que seriam repassados ao empreendimento, sem implicar em qualquer diminuição do seu capital, vez que no patrimônio apenas ocorrerá uma troca de ativo, seja de bem imóvel por financeiro.

A substituição pretendida pela alienação proporcionará, certamente, uma aceleração na execução do projeto do Centro de Convenções de Foz do Iguaçu, com rápido retorno social e econômico ao turismo e ao Estado do Paraná.

Curitiba, quarta, em 11.01.89

Alienação de parte do Imóvel Hotel Cassino deverá processar-se mediante concorrência pública, depois de devidamente avaliado pelos órgãos competentes, o que já se pede, por intermédio da Coordenadoria do Patrimônio, relativamente a área remanescente, e mediante autorização da Assembléia Legislativa do Estado.

Por oportuno, permitimo-nos anexar planta baixa do multi-referido imóvel, bem como minuta de anteprojeto de lei para os fins colimados.

Ao ensejo, renovando nossos protestos de estima e consideração, requeremos o encaminhamento desse pleito às autoridades superiores, à satisfação dos objetivos maiores do turismo deste Estado.

Atenciosamente,

(a) ARNALDO JOSÉ DE SOUZA ABUD
Diretor Técnico

Ofício n° 498/88 - DP - PTUR

Curitiba, 23 de dezembro de 1988.

Dra. SUZANA LAU

Subchefe da Casa Civil

Assuntos Técnicos

N/CAPITAL

Prezada Senhora:

Cumpre-nos esclarecer, inicialmente, que a proposta de alienação foi feita com base nos elementos contidos na lei n° 6092/70 e na Escritura Pública de Integração de Capital, de 1970, e que, presentemente, a situação física do imóvel apresenta as seguintes metragens oficiais obtidas a partir de levantamento planimétrico realizado: a) área cedida ao SENAC com 5.038,35m²; b) área cuja alienação se pretende, com 9.778,90m².

Para a identificação das duas áreas acima referidas, a PARANATUR requereu junto à Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu a unificação dos lotes que compoem o imóvel denominado Hotel Cassino e a subdivisão destes nos lotes que compoem as mencionadas áreas, conforme planta e matrícula anexas.

A alienação pretendida tem por escopo satisfazer as obrigações assumidas pela PARANATUR na Integralização do Capital Subscrito na COMFOZTUR e, dessa forma, provocar a contrapartida da EMBRATUR e do Município no mesmo sentido, para que as obras não sofram solução de continuidade.

A medida se impõe porquanto os compromissos contratuais da COMFOZTUR são traduzidos em OTN e a demora nas suas liquidações implicará num aumento de despesas financeiras, cujos recursos bem poderão ser aplicados na própria obra.

Em assim sendo, reapresentamos anteprojeto de lei, retificando o seu artigo 1°, cuja minuta segue em anexo.

Sem mais para o momento, apresentamos nossas cordiais saudações.

(a) JOSÉ BERNARDONI FILHO
Diretor-Presidente

MENSAGEM N° 004/89

Curitiba, 10 de janeiro de 1989.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar, a partir de 1° de fevereiro de 1989, o valor das gratificações que especifica, previstas nas leis que menciona, assim como o da "gratificação policial militar especial", de que trata a Lei n° 5417/73, alterada pela de n° 7434/80, conforme os percentuais que estabelece para cada posto ou graduação.

A anexa Exposição de Motivos n° 16/89, firmada pelo Sr. Secretário de Estado da Administração, apresenta maior detalhamento sobre a necessidade, oportunidade e significado da medida ora encaminhada a esse Poder Legislativo Estadual.

Por outro lado, em face da urgência e relevância da matéria, solicito que o anteprojeto de lei em causa seja apreciado durante o atual período de reuniões extraordinárias dessa Augusta Casa de Leis, convocado através da Mensagem n° 122/88, de 25 de novembro de 1988.

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - A gratificação de representação de que trata o artigo 11 da Lei n° 7825, de 29 de dezembro de 1983, fica elevada para 126% (cento e vinte e seis por cento).

Art. 2° - Fica elevada para 4/5 (quatro quintos), a gratificação de que tratam os artigos 90, inciso III, 92 e demais dispositivos que se referem à mesma gratificação, da Lei n° 7051, de 04 de dezembro de 1978.

Art. 3° - A gratificação de representação de que trata o art. 86, § 1°, inciso I, da Lei Complementar n° 14, de 26 de maio de 1982, com a redação dada pela Lei Complementar n° 29, de 04 de abril de 1986, fica elevada para 126% (cento e vinte e seis por cento) e, a gratificação de que trata o art. 92, da Lei n° 14/82, com a redação dada pela Lei Complementar n° 35, de 24 de dezembro de 1986, fica elevada para 40% (quarenta por cento), mantido o direito à percepção dessa vantagem na razão de 17% (dezessete por cento), ao ocupante de cargo de carreira de Delegado de Polícia.

Art. 4° - O § 1°, do Art. 2°, da Lei n° 7434, de 29 de dezembro de 1980, passa a ter a seguinte redação:

"§ 1° - O policial militar perceberá a gratificação denominada "gratificação policial militar especial", de que trata o art. 89, item 3, da Lei n° 6417, de 03 de julho de 1973, com a redação dada pela Lei n° 7434, calculada sobre o soldo do respectivo posto ou graduação, de acordo com os percentuais abaixo fixados:

| | |
|-------------------------------|---------|
| Coronel | 190,96% |
| Tenente Coronel..... | 190,95% |
| Major | 190,94% |
| Capitão | 190,93% |
| 1° Tenente | 189,67% |
| 2° Tenente | 184,38% |
| Aspirante a Oficial | 162,89% |
| Aluno EFO - 3° ano | 95,80% |
| Aluno EFO - 2° e 1° ano | 84,66% |
| Subtenente | 162,89% |
| 1° Sargento | 154,42% |
| 2° Sargento | 154,00% |
| 3° Sargento | 148,00% |
| Cabo | 102,10% |
| Soldado de 1ª Classe | 96,80% |
| Soldado de 2ª Classe | 84,66% |

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1° de fevereiro de 1989, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa

Of. n° 16/89-SEAD

Curitiba, 09 de janeiro de 1989.

Senhor Governador.

De conformidade com os entendimentos já mantidos com Vossa Excelência e com os Secretários das áreas respectivas, inclusive o Procurador-Geral do Estado, tenho a honra de remeter em anexo, para o seu exame, decisão e encaminhamento, a inclusa minuta de anteprojeto de lei que objetiva proceder a elevação percentual de gratificações atribuídas aos integrantes da carreira de Procurador do Estado, aos integrantes do quadro de pessoal da Coordenação da Receita do Estado, aos integrantes do quadro de pessoal da Polícia Civil e aos dos quadros de pessoal da Polícia Militar do Estado.

Aos Procuradores do Estado está sendo proposta uma revisão do percentual da gratificação de representação, que é de 60%, para 126%, na forma da redação dada ao Art. 1° da minuta anexa.

Com relação aos servidores lotados no quadro da Coordenação da Receita do Estado, está sendo prevista uma revisão no valor da gratificação de 2/3 do "quantum" do vencimento, de forma a elevá-la ao índice de 4/5, conforme dispõe a minuta anexa, em

sêu art. 2°.

Da mesma forma se faz mister que sejam revisados os valores das gratificações relativas à representação dos integrantes dos quadros de pessoal da Polícia Civil e a gratificação policial militar especial, atribuída aos servidores militares. Na área da Polícia Civil, a proposta visa elevar de 6% para 126% a gratificação de representação, atribuída aos Delegados de Polícia e de 17% para 40% a gratificação do regime especial de trabalho policial, mantendo para os referidos Delegados de Polícia a gratificação de 17%, sem o acréscimo. Quanto aos policiais militares, a proposta procurou realizar, dentro do possível, um desachamento entre a remuneração dos militares, mediante índices para cada posto ou graduação, estabelecidos para a gratificação policial militar especial. Estes procedimentos estão consubstanciados nos arts. 3° e 4° da minuta anexa.

Com essas modificações nas gratificações acima referidas, pretende a Administração, além de atender aos interesses dos órgãos onde atuam os servidores em referência, melhorar, dentro do possível, a remuneração dos beneficiários da medida proposta.

O custo com a execução da medida é da ordem de 1,2 bilhões de cruzados.

Valho-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha elevada estima e distinta consideração.

(a) Deputado MÁRIO PEREIRA

Secretário de Estado da Administração

MENSAGEM N° 005/89

Curitiba, 10 de janeiro de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei complementar, que objetiva dar nova redação aos dispositivos que especifica, da Lei Complementar n° 7, de 22 de dezembro de 1976 (Estatuto do Magistério) com as alterações introduzidas pela Lei Complementar n° 13, de 23 de dezembro de 1981.

A anexa Exposição de Motivos n° 21/89, firmada pelo Sr. Secretário de Estado da Administração, apresenta maior detalhamento sobre a necessidade, oportunidade e significado da medida ora encaminhada a esse Poder Legislativo Estadual.

Por outro lado, em face da urgência e relevância da matéria, solicito que o anteprojeto de lei em causa seja apreciado durante o atual período de reuniões extraordinárias dessa Augusta Casa de Leis, convocada através da Mensagem n° 122/88, de 25 de novembro de 1988.

Carto de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e

Curitiba, quarta, em 11.01.89

conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Art. 1° - O § 3° do art. 32, o item I do art. 76, as alíneas a, b e c, do item II, também do art. 76, da Lei Complementar n° 07, de 22 de dezembro de 1976, com a redação dada pela Lei Complementar n° 13, de 23 de dezembro de 1981, passam a vigorar da seguinte forma:

"Art. 32 -

§ 3° - Por avanço diagonal entende-se a progressão de uma para outra das referências de uma mesma classe, definidas no § 6° do art. 10, mediante o acréscimo de 3,3% (três vírgula três por cento) ao vencimento de Professor ou Especialista de Educação, acumulados a cada passagem para a referência consecutiva.

Art. 76 -

I - nas quatro (04) primeiras séries do 1° grau e no ensino pré-escolar, 1/90 (um noventa avos), do vencimento da referência 3 (três) do respectivo cargo efetivo, limitado a 20 (vinte) o número de aulas extraordinárias semanais;

II -

a) 1/90 (um noventa avos) do vencimento da referência 3 (três) da Classe B, ao ocupante do cargo do Magistério;

b) 1/90 (um noventa avos) do vencimento da referência 3 (três) da Classe C, ao ocupante de cargo do Magistério;

c) 1/90 (um noventa avos) do vencimento da referência 3 (três) da Classe E, ao ocupante de cargo do Magistério, portadores de Licenciatura Plena".

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1° de janeiro de 1989, revogadas as disposições em contrário. À Diretoria Legislativa.

Of. n° 21/89 - SEAD

Curitiba, 10 de janeiro de 1989.

Senhor Governador.

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação de Vossa Excelência, a inclusa minuta de anteprojeto de lei complementar, visando promover modificações nos artigos 32 e 76 do Estatuto do Magistério Público do Ensino de 1° e 2° graus, para atendimento das seguintes matérias:

a) elevação do percentual de acréscimo de uma referência para outra, de 3,0% (três por cento) para 3,3% (três vírgula três por cento) em cada classe e nível de vencimento da tabela salarial do Magistério;

b) alteração da base de cálculo do valor da hora/aula extraordinária e celetis-

ta, que passa a ser 1/90 (um noventa avos) da referência 3 (três) de cada uma das respectivas classes.

Esclareço que estes assuntos foram objeto de negociações realizadas entre o Governo do Paraná e a Comissão de Negociação da Associação dos Professores do Paraná, conforme ata lavrada em 06 de outubro de 1988, para vigência em janeiro de 1989.

As alterações ora propostas, a valores de dezembro de 1988, implicam numa elevação de custos da ordem de Cz\$ 320.000.000,00 (trezentos e vinte milhões de cruzados), sendo Cz\$ 170.000.000,00 (cento e setenta milhões de cruzados) referente à elevação das inter-fêrências e Cz\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzados) referente à alteração da base de cálculo de aulas extraordinárias e celetistas.

Atenciosamente,

(a) Deputado MÁRIO PEREIRA
Secretário de Estado da Administração

MENSAGEM N° 006/89

Curitiba, 10 de janeiro de 1989.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar normas legais pertinentes ao pagamento da "Gratificação de Regência de Classe", de que cuida o artigo 10 da Lei n° 7099, de 08 de janeiro de 1979 ao pessoal com efetiva urgência de classe em disciplinas de 5ª a 8ª séries do 1º Grau, e a 1ª a 4ª séries do 2º grau, assim como adotar outras providências.

Anexa exposição de Motivos n° 020/89, firmada pelo Sr. Secretário de Estado da Administração, apresenta maior detalhamento sobre a necessidade, oportunidade e significado da medida ora encaminhada a esse Poder Legislativo Estadual.

Por outro lado, em face da urgência e relevância da matéria, solicito que o anteprojeto de lei em causa seja apreciado durante o atual período de reuniões extraordinárias dessa Augusta Casa de Leis, convocado através da Mensagem n° 122/88, de 25 de novembro de 1988.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fará jus à Gratificação de Regência de Classe de que trata o artigo 10 da Lei n° 7099, de 08 de janeiro de 1979, além dos professores mencionados no referido dispositivo, no art. 1º da Lei n°

7507, de 15 de outubro de 1981 e artigo 10 da Lei n° 7877, de 04 de julho de 1984, o pessoal em efetiva regência de classe em disciplinas de 5ª a 8ª séries do 1º grau e 1ª a 4ª séries do 2º grau.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica à hora-atividade e nem às aulas extraordinárias.

Art. 2º - O valor da gratificação tratada nesta lei será fixado por ato do Poder Executivo, não podendo ser inferior a 1,2% (um vírgula dois por cento) do valor de referência inicial do nível PA-1 a ser pago da seguinte forma:

I - no ensino de 1ª a 4ª séries do 1º grau, dos auxiliares de regência de 1ª série do 1º Grau, no ensino pré-escolar, no ensino supletivo de 1º grau-Fase I, por dia útil de aula efetivamente ministrada;

II - no ensino de 5ª a 8ª séries do 1º grau, de 1ª a 4ª séries do 2º grau e no ensino supletivo correspondente por dia útil de aula efetivamente ministrada ou/a carga horária seja relativa a 20 horas/aula semanais; e

III - proporcional a 1/20 (um vinte avos) por aula efetivamente ministrada aos constantes no item II, com carga horária diferente de 20 horas/aula semanais.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 1989, revogadas as disposições em contrário.
À Diretoria Legislativa.

Of.n° 020/89-SEAD

Curitiba, 10 de janeiro de 1989.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação de Vossa Excelência a inclusa minuta de anteprojeto de lei ordinária visando promover as seguintes alterações na legislação do magistério, decorrentes das negociações realizadas entre o Governo do Estado e a Comissão de Negociação da Associação dos Professores do Paraná, conforme ata lavrada em 06 de outubro de 1988:

a) modificação do percentual de cálculo da gratificação de regência de classe, de que trata o artigo 10 da Lei n° 7099, de 08 de janeiro de 1979, de 0,5% (meio por cento) para 1,2% (um vírgula dois por cento) do valor inicial do PA-1, para os professores de 1ª a 4ª séries do 1º grau e da Fase I do Ensino Supletivo;

b) extensão do pagamento dessa gratificação de regência aos professores estatutários, em efetiva regência de classe, nos níveis de atuação de 5ª a 8ª séries do 1º grau e no 2º grau.

Esclareço que, a custos de dezembro de 1988, as alterações ora propostas ocasionarão uma elevação de custos da ordem de Cz\$ 262.000.000,00 (duzentos e sessenta e dois milhões de cruzados) e, segundo os

términos da negociação, têm vigência para 1º de janeiro de 1989.

(a) Deputado MÁRIO PEREIRA
Secretário de Estado da Administração

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1144

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência às Mensagens Governamentais de números 04, 05 e 06/89.

Sala das Sessões, em 11.01.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO Nº 1129

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, preferência de Discussão e Votação ao Projeto de Lei 01/89, oriundo da Mensagem Governamental 02/89; REQUER, ainda que se aprovado o referido Projeto seja considerado prejudicado o Projeto de Lei 322/88.

Sala das Sessões, em 11.01.89.

(a) CÂNDIDO BASTOS

Apoiamto: Tadeu Lúcio Machado, Orlando Pessuti, Pirajá Ferreira, Irondi Pugliesi, Homero Oguido, Gernote Kirinus, Vera Agibert, Dirceu Manfrinato, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Hermas Brandão, Eduardo Baggio, Artagão Mattos Leão, Caíto Quintana, José Afonso Júnior, e 01 ilegível.

REQUERIMENTO Nº 1143

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário, REQUER o registro em Ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento de Sua Majestade o Imperador do Japão.

REQUER, outrossim, seja dado conhecimento da decisão desta Casa, a Sua Excelência o Senhor SHIZUYA KATO, Cônsul Geral do Japão no Paraná.

Sala das Sessões, em 11.01.89.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

Depois de longa agonia e intensos sofrimentos, faleceu o Imperador Hiroito, do Japão.

Todos sabemos o sentimento de respeito e veneração do povo japonês para com seu Imperador. E sendo o Brasil um País que acolhe e abriga um grande contingente de imigrantes ou descendentes de japoneses, é natural que também nos unamos à dor desse povo, que chora a perda de seu soberano.

O Brasil, aliás, e o Paraná, em especial, não podem ficar alheios nesse momento e, por isso, esperamos que esta Casa, acolhendo este requerimento, o faça tribu-

Curitiba, quarta, em 11.01.89

tando sua homenagem de respeito e solidariedade ao Japão e a seu povo.

REQUERIMENTO Nº 1182

Senhor Presidente

O Deputado que a este subscrive, REQUER à Mesa, o registro em Ata dos trabalhos de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ARMELINDO THOMAZI, ocorrido nesta semana, bem como dar ciência desta manifestação à família enlutada.

Desaparecido aos 88 anos, ARMELINDO TOMAZI era industrial, agropecuarista e pioneiro da colonização do Sudeste paranaense, deixando um exemplo de trabalho e honradez que ajuda na edificação moral de nossa gente.

O ilustre cidadão desaparecido deixa ainda a viúva Dona ERNESTA STEFANI THOMAZI e dois filhos, Alfredo e Antonio Roque, além de uma descendência de netos que por certo perpetuarão a memória de sua vida na face da terra.

Sala das Sessões, em 11.01.89.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 1135

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de voto de pesar, ao falecimento do Senhor OLINTO CARDOSO DE LUCENA, ocorrido no dia 07 próximo passado.

Sala das Sessões, em 11.01.89.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

O falecido OLINTO CARDOSO DE LUCENA era pioneiro do Município de Cidade Gaúcha, militante na política e genitor do atual prefeito ANTONIO MILTON DE OLIVEIRA LUCENA.

REQUERIMENTO Nº 1128

Senhor Presidente.

Rafael Greca, Deputado Estadual que este subscrive submete à apreciação do Egrégio Plenário a inclusão nos Anais da Assembléia de votos de congratulações e aprego aos recém reconduzidos às elevadas funções de presidente, Vice-Presidente e Corregedor do Tribunal de Contas do Paraná, órgão auxiliar desta Assembléia, respectivamente, os Doutores ANTONIO FERREIRA RUPPEL, JOÃO FÉDER e RAFAEL YATAURO.

Sala das Sessões, em 11.01.89.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O zelo e a diligência dos ilustríssimos conselheiros recomenda a sua recondução, estando o Paraná servido, de maneira exemplar por um novo período.

Isto é ocasião de nos manifestarmos, enquanto consciência do Paraná, com júbilo

e apreço.

Pede-se o envio de cópias aos nominados.

Dado no Palácio XIX de Dezembro, aos 6 dias de janeiro de 1989.

REQUERIMENTO N° 1140

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor JOÃO LEME BARBOSA DE QUEIROZ pelo falecimento de sua esposa, Senhora ZULEIDE BARBOSA DE QUEIROZ, ocorrido no dia de hoje na Cidade de Maringá.

Sala das Sessões, em 11.01.89.

(a) ANTONIO BÂBARA

JUSTIFICATIVA:

A Senhora ZULEIDE BARBOSA DE QUEIROZ em 1970, veio a contrair grave enfermidade, que a deixou cega das vistas. Mesmo a vontade de viver da qual ela era possuidora, não a desanimou, e quando se tornou a primeira Dama do Município de Mariluz, assumiu a APMI, procurando dar ao povo menos favorecido pela sorte, um melhor atendimento na área de assistência social, criando inclusive uma creche para atendimento dos filhos de bôias-fria, residentes na Cidade, para que as mães pudessem trabalhar e ajudar no sustento da família.

Ela foi em vida, uma pessoa exemplar como esposa, mãe e amiga daqueles que a rodeavam, pois apesar de ter perdido a visão, mas havia adquirido um grande espírito humanitário, sempre recebendo com carinho e um sorriso nos lábios aqueles que a procuravam.

REQUERIMENTO N° 1147

Senhor Presidente.

Os Parlamentares que o presente subscrevem, REQUEREM, no uso de suas atribuições legais, após ouvido o Plenário, o envio de expedientes aos Excelentíssimos Senhores Dr. ALVARO DIAS, digníssimo Governador do Estado e Dr. LUIZ CARLOS HAULY, digníssimo Secretário de Estado da Fazenda, solicitando seus empenhos pela não extinção do BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL.

Sala das Sessões, em 11.01.89.

(aa) GERNOTE KIRINUS

ACYR MEZZADRI

JUSTIFICATIVA:

Entendemos que a extinção do BRDE torna-se um patente descaso de parte do Governo Federal no tratamento da Região Sul, uma vez que essa mesma Região não possui instituição de crédito de caráter regional pertencente à União. O que a Região Sul, isto sim, é o BRDE que há 27 anos atua nessa função específica, e essa instituição foi criada pelos Governos dos Estados

do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná em 1961.

Cremos que a extinção do BRDE, e, ou mesmo sua incorporação pelos bancos estaduais, elimina o caráter regional exigido pela própria Constituição, vindo a provocar sérias dificuldades na aplicação dos recursos para o desenvolvimento da região.

Em relação a outros aspectos, lembramos que a dívida do setor público dos três Estados do Sul junto ao BRDE que estão sendo roladas diariamente em operações de CDB e CDI, não é do Banco e sim dos Estados, e mais, o BRDE tem uma missão importante: a da integração regional com o apoio a projetos que ultrapassem os limites territoriais dos Estados, na atração de recursos externos para o desenvolvimento dos Estados, dinamizando assim a economia regional. Outra área que merece ser destacada através das funções do BRDE é com relação aos programas de integração Brasil-Argentina, cuja ênfase deverá ser incrementada nos próximos anos, cabendo para tanto, instrumentos de apoio financeiro regionais, em ambos os países.

Não podemos silenciar diante da possibilidade de extinção do BRDE, pois trata-se de uma instituição que canaliza recursos para o financiamento do desenvolvimento dos setores público e privado, beneficiando assim as economias dos Estados e de toda a comunidade empresarial sulina.

A extinção do BRDE, na realidade, representa além de um simples descaso, uma agressão violenta, a qual não podemos compactuar nem silenciar. Devemos isto sim, unidos, discutir, e, diante de problemas de ordem interna, que atinge os três Estados, buscarmos uma solução a qual não pode de maneira alguma justificar essa agressão que se esboça através da extinção do BRDE.

REQUERIMENTO N° 1141

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma do Regimento Interno, submete à Douta Mesa Executiva a seguinte proposição:

CONSIDERANDO que as necessidades da Polícia Civil do Paraná levaram à abertura de concurso público para preenchimento de vagas de: Operadores, Datiloscopistas e Técnico em Comunicação, e que este foi homologado em 05 de outubro de 1988;

CONSIDERANDO que a Casa Civil do Estado comunicou aos aprovados que a partir de 2 de janeiro estariam sendo os mesmos chamados, inclusive solicitando-se a realização de exames de saúde às expensas dos mesmos;

CONSIDERANDO que os aprovados, em número de 75, encontram-se, em sua maioria desempregados, em razão da aprovação no concurso e conseqüente espera da admissão

no serviço público e, por conseguinte, estão em situação financeira das mais críticas;

REQUER, o encaminhamento de apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Álvaro Dias e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, Deputado Mário Pereira, no sentido de que sejam determinadas e tomadas providências urgentes visando a admissão, nos quadros da Polícia Civil, dos aprovados nas carreiras acima mencionadas.

Sala das Sessões, em 11.01.89.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1134

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Álvaro Dias, solicitando estudos quanto à viabilidade de um aumento salarial para os Chefes das CIRETRAN's do Paraná.

Sala das Sessões, em 11.01.89.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

Senhor Governador, as CIRETRAN's do Paraná, hoje em número de 74, vêm sofrendo um defasagem salarial muito grande, sendo o DETRAN um órgão arrecadador gerando recursos próprios e de documentos de grande responsabilidade, devendo ser manuseados por pessoas sérias e responsáveis, que venha ao encontro dos desejos da administração deste Governo, é que solicito um estudo mais profundo com relação aos salários dos Chefes das CIRETRAN's.

Aproveitamos esta oportunidade para solicitarmos, uma vez que está tramitando mensagem de Vossa Excelência, nesta Casa, com relação às categorias do nosso Estado.

Certo da compreensão e justiça por parte de Vossa Excelência, contamos com seu inestimável apoio.

REQUERIMENTO N° 1142

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, conforme dispõe o artigo 35 do Regimento Interno, a constituição da Comissão Geral para apreciar na data de 12.01.89, às 14:30 horas, as mensagens n°s 004/89, 005/89 e 006/89.

Sala das Sessões, em 11.01.89.

(a) RAUL LOPES

REQUERIMENTO N° 1130

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação ao Projeto de

Curitiba, quarta, em 11.01.89

Lei n° 322/88.

Sala das Sessões, em 11.01.89.

(a) RAUL LOPES

REQUERIMENTO N° 1133

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER a transcrição nos Anais desta sessão, do artigo anexo, intitulado "Governo Fraco e Sociedade Forte", de autoria do empresário JOSÉ EDUARDO DE ANDRADE VIEIRA, publicado na "Folha de São Paulo", de 03 de janeiro de 1989.

Nessa colaboração jornalística o destacado empresário paranaense, líder do Grupo BAMERINDUS, afirma que a predominância da sociedade civil sobre a estrutura autoritária do Governo que o Brasil só aos poucos vai controlando, a partir da plena redemocratização.

Ao contrário de muitos, JOSÉ EDUARDO acentua, com lucidez, que a presente época de fraqueza governamental é uma oportunidade de ouro para a afirmação da sociedade brasileira, na busca de um regime sócio-político equilibrado que, atendendo os imperativos da justiça social, não sufoque a capacidade de iniciativa das pessoas - único caminho para o verdadeiro desenvolvimento.

Por esses motivos se faz justa a transcrição do artigo em tela, pedindo-se ainda que da manifestação desta Casa, seja dada ciência ao Ilustre articulista na Presidência do BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A, à Rua Comendador Araújo, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 11.01.89.

(a) ANIBAL KHURY

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 005/89

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação da Educação do Talento Musical do Paraná, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.01.89.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que este projeto de lei pretende declarar de Utilidade Pública, presta relevantes serviços no campo do ensino e da formação músico-cultural da coletividade.

Os documentos anexos, encontram-se dentro das exigências da Lei n° 6994 de 1978, que disciplina a matéria.

Nestas condições, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação dos

PROJETO DE LEI N° 006/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Produtores do Rio do Banho - APRORIBA, com sede na comunidade denominada Rio do Banho e foro na Comarca de União da Vitória, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.01.89.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que este plano de lei pretende declarar de Utilidade Pública, atuante no lugar denominado Rio do Banho, Distrito de Cruz Machado-PR, dedica-se à congregação dos produtores de toda região, bem como à promoção do desenvolvimento do homem e a conservação da natureza ambiental.

Seus objetivos estatutários e o relatório de atividades apresentado, demonstram os relevantes serviços prestados que a credenciam à obtenção da declaração de Utilidade Pública.

A documentação anexa, encontra-se dentro das exigências da Lei n° 6994 de 1978, que disciplina a matéria.

Nestas condições, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação dos nobres Pares desta Augusta Casa.

PROJETO DE LEI N° 007/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA - AFFUCC, com sede e foro na Cidade de Curitiba - Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.01.89.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que este plano de lei pretende declarar de Utilidade Pública, além de defender os direitos e interesses comuns de seus associados, vem prestando relevantes serviços no campo social e atividades culturais e recreativas.

Os documentos anexos encontram-se dentro das exigências da Lei n° 6994 de 1978, que disciplina a matéria.

Nestas condições, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação dos nobres Pares desta Augusta Casa.

PROJETO DE LEI N° 008/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Conjunto Marechal Rondon - AMCMR, com sede e foro em Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.01.89

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei, contempla com a designação e privilégios de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Marechal Rondon, em Curitiba.

Trata-se de diploma necessário e plenamente justificável, mercê dos inúmeros benefícios que a Associação tem prestado à população em termos de valorizar sua identidade cultural, apoiar a prática de esportes, estimular campanhas de utilidade pública e vacinação, e empenhar-se em evitar que as pessoas sejam esmagados por interesses alheios à sua história.

Os documentos anexos encontram-se dentro das exigências da Lei n° 6994 de 1978, que disciplina a matéria.

Nestas condições, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação dos nobres Pares desta Augusta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado, Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. visitantes da Assembléia Legislativa.

No ano passado, o acampamento dos sem-terra, do município de Quedas do Iguaçu, da Fazenda Solidor, teve conflitos que culminou com tiroteio e ferimentos em um dos sem-terra, envolvendo, de um lado os sem-terra, de outro os eventuais proprietários da Fazenda Solidor. Em razão disto, houve um reunião em Curitiba, juntamente com o Secretário de Estado da Segurança Pública, o Secretário de Assuntos Fundiários, o Superintendente do MIRAD, a minha presença como Deputado representante do município de Quedas do Iguaçu, uma Comissão dos sem-terra e uma Comissão juntamente com o advogado proprietário da área.

Em razão daquela reunião, provocada por nós, chegou-se a um entendimento visando prorrogar o pedido de intervenção federal, no Estado do Paraná, para cumprimento de uma decisão judicial, relacionada com o pedido de despejo daquelas famílias

de sem-terra da Fazenda Solidor, do município de Quedas do Iguaçu. Este acordo foi firmado por 90 dias e venceu lá por volta do dia 10, se não me engano, de novembro. Posteriormente, novo entendimento, no mesmo sentido de que o despejo não seria realizado. Foi a maneira de se tentar conciliar o interesse daquele que quer a terra para o trabalho, e daquele que diz que é proprietário da terra e usa o Poder Judiciário, e com a sentença do Poder Judiciário, pressiona o Executivo para que a cumpra, com a força policial, extravasando, claro, a decisão judicial extravasando na medida em que constatados o problema social dos sem-terra. E essa situação toda se repete agora, e tenho informações de Quedas do Iguaçu que um novo conflito armado aconteceu no acampamento, novos ferimentos em um dos componentes dos sem-terra, o clima é de nervosismo, de intranquilidade! Isto mostra a quanto chegou o Programa Nacional da Reforma Agrária, do Governo José Sarney, anunciado com estardalhaço, assinado pelo Presidente da República, alguns meses depois que assumiu! Infelizmente, e já aqui nesta tribuna, a assinatura do Presidente da República, do homem que deveria exercer autoridade plena de comando da Nação brasileira, a sua assinatura não tem valor! O plano da reforma agrária é um plano com uma assinatura que o Governo e o Presidente deveriam ter a coragem de chegar na televisão e dizer: "Não estamos honrando esta assinatura!" Enquanto isto, o sangue dos sem-terra, o conflito social se aguça, e o Presidente José Sarney, nesse tempo todo consegue algumas horas e alguns dias para inaugurar uma marca de vinhos na França, para viajar ao exterior com comitivas enormes, com gastos de milhões de dólares, e não tem dinheiro para enfrentar corajosamente as questões sociais dos acampados, dos sem-terra, dos conflitos que se geram a todo momento; regando a terra com o sangue, regando a terra com a desesperança, com o nervosismo, com o quase grito de guerra. Mais de dois anos se passaram já, de cem famílias acampadas, mulheres, crianças que nascem no acampamento, se educam para a luta; mas também será, Srs. Deputados e Sr. Presidente, não estarão se educando para desesperança e para grito de guerra? Venho à tribuna pedir ao Governo, pedir ao Secretário de Estado da Segurança que recebeu uma comissão que amanhã estará aqui, mas não só recebê-los, mas que o Secretário de Assuntos Fundiários, nós Deputados, todos façamos a pressão legítima para que o Paraná não tenha que ser manchete do sangue derramado da questão social, da terra para que não se repitam os fatos, para que isso não seja jurisprudência da omissão e da negação da assinatura

Curitiba, quarta, em 11.01.89

de um presidente, que estardalhadamente, irresponsavelmente assinou o plano da reforma agrária, mas assinou para nomear os seus ministros incompetentes. Um minuto para encerrar. ... para nomear seus ministros incompetentes, que estão mais preocupados em defender as suas fazendas em Goiás do que defender e cumprir com sua responsabilidade de comandante da reforma agrária neste País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, venho à tribuna, também, para fazer uma cobrança ao Governador do Estado do Paraná, no sentido de que atenda o mais depressa possível e já se faz tarde, um total de 75 concursados na área da Secretaria da Segurança Pública do Paraná, que se formaram no dia 24 de junho de 1988; a nomeação desses companheiros saiu no dia 05 de outubro de 1988 e até agora ainda não foram chamados a ocupar suas posições dentro da Secretaria Pública do Estado do Paraná. Trata-se de companheiros que fizeram concurso para operadores na Polícia Civil em número de 36, 35 datilografistas e mais 04 técnicos em comunicação, num total de 75. Muitos vieram do interior do Estado, muitos trouxeram suas famílias para Curitiba, muitos estão desempregados, pediram demissão de seus empregos porque entendiam e a informação que receberam é de que tão logo concluíssem o curso na escola da Polícia Civil do Estado do Paraná, tão logo passassem no concurso seriam imediatamente convocados a assumirem seus postos. No entanto, Senhores Deputados, Senhor Presidente, já se passam mais de oito meses e até agora estas 75 pessoas, entre homens e mulheres, casados, solteiros, estudantes e trabalhadores estão numa situação deplorável, morando em "repúblicas" em Curitiba, em pensões da mais baixa categoria, vendendo o pouco que ainda lhes resta para sobreviverem, a espera da boa vontade do Secretário de Estado da Administração, em assinar o Decreto convocando-os para o trabalho, e nós e o povo do Paraná sabe, da necessidade de ampliar os quadros da Polícia Civil, porque se assim não fosse não teríamos este concurso, no entanto, lamentavelmente esses trabalhadores já concursados, já nomeados, porém ainda não empossados estão numa situação difícil. Têm eles feito romarias ao Secretário de Estado da Segurança Pública, ao Secretário de Estado da Administração, à Casa Civil do Palácio do Governo, e apenas promessas, uma delas inclusive encaminhada no telex ao Dr. Gidalte Ferreira do Nascimento, Presidente da

União de Polícia Civil que comunica que entendimentos mantidos com o Dr. Antônio Lopes de Noronha e este autorizou a divulgação para os datiloscopistas e operadores em telecomunicações, que estão aguardando nomeação, para que preparem os seus documentos para a posse que será efetivada a partir do dia 02 de janeiro próximo. O Sr. Cimar Siqueira Batista presenciou a conversa mantida pelo Dr. Gidalte com o Secretário de Estado da Segurança e no final do telex diz ainda Bom Natal e Boas festas aos beneficiados.

Beneficiados do quê, se fizeram concurso, submeteram-se a todas as provas e até agora não foram chamados ainda. Que benefício estas 75 pessoas receberam, estão desempregadas, vendendo o que não têm, morando em repúblicas e pensões de baixa categoria, aqui em Curitiba, e além do quê ainda foram fazer os exames: o IPE não faz, o INPS não faz e este pessoal é obrigado a pagar 120 mil cruzados para feitura de vários exames, a fim de que possam ser empossados.

Fica aqui a minha solicitação, e estou encaminhando inclusive através de um requerimento à Mesa desta Casa, no sentido de sensibilizar Sua Excelência o Secretário de Estado da Administração, o Governador do Estado, o Secretário de Estado da Segurança, no sentido de que o mais depressa possível providenciem a chamada dessas 75 pessoas para ocuparem suas posições dentro da Secretaria da Segurança Pública do Estado do Paraná.

Trago também a esta tribuna, Sr. Presidente, um assunto que diz respeito mais diretamente ao povo de Curitiba que está enfrentando uma série de dificuldades em relação às medidas tomadas pela SANEPAR que através da implantação de computador tem dito aos consumidores de que muitos deixaram de pagar contas no meio do ano, em meses anteriores e pagaram as últimas contas.

Agora o computador registra e se o usuário, o consumidor pagou esta conta de água e se ele não tem o recibo deste pagamento em casa, ele é obrigado a pagar pela segunda ou terceira vez e além do que é obrigado a enfrentar enormes filas, do tempo ainda daquelas do INPS que eram constantes na Marechal Floriano que cortava a Dr. Murici, entrava ainda na Pedro Ivo, e portanto hoje observamos filas duplas inclusive na SANEPAR para que o consumidor consiga regularizar a sua situação, sem que tenha direito a espernear, sem que tenha direito a justificar que pagou só que não tem mais o recibo, porque cada brasileiro guardar todos os recibos e notas que paga, a sua casa vai ficar pequena para guardar tudo isso.

Fica aqui também o meu protesto à SA-

NEPAR no sentido de que haja através da direção daquele órgão da sua presidência sensibilidades no atendimento, uma maneira de desburocratizar este atendimento, que obriga o consumidor a sair de casa de madrugada a enfrentar filas com o tempo que se apresenta hoje em Curitiba, em pleno verão estamos em dias de inverno, sofrendo para ter que pagar talvez até pela segunda vez a água que consumiu ou até mesmo a que não consumiu, porque quando falta água a SANEPAR não desconta do consumidor.

Fica aqui, portanto, o meu protesto a dois assuntos importantes, digo, de importância à Classe da Secretaria de Estado Segurança Pública do Estado do Paraná, a solicitação para que sejam tomadas medidas urgentes no sentido do atendimento a 75 concursados na Secretaria de Estado da Segurança; trinta e seis operadores, trinta e cinco datiloscopistas e quatro técnicos. E esta situação deplorável que passa o consumidor em relação à SANEPAR.

Muito obrigado. (Palmas...).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Deputado Gernote Kirinus com a palavra.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, distinta platéia das galerias, Senhores Juizes, distinto público, mais uma vez fala-se, Sr. Presidente, da extinção de um banco de desenvolvimento.

Nós que já fizemos, em uma ocasião, a defesa do Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná, o BADEP, estamos hoje apresentando junto com o Deputado Acyr Mezzadri um requerimento solicitando ao Sr. Governador e também ao Secretário de Estado da Fazenda para que se empenhe no sentido de que o BRDE não seja extinto.

No propósito de denunciarmos o que julgamos um ato de força do Governo Federal contra a Região Sul, vimos até esta tribuna para afirmar que se forja em determinados escalões do Banco Central uma trama disposta a enfraquecer cada vez mais a economia dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e do Paraná, através da propalada extinção do BRDE, ao mesmo tempo que se criam, reforçam instituições similares em outras regiões do País, como se reduzir, desnivelando assim a economia regional do Brasil.

Isto implicaria com que a extinção do BRDE e a manutenção de outras entidades bancárias similares no norte, no centro-oeste é um ato de discriminação contra o sul deste País.

É mais uma vez se manifestando esta camisa de força contra os nossos irmãos gaúchos, catarinenses e paranaenses. Assim como aconteceu com a SUDESUL, agora é a

vez do BRDE. Mas com a promulgação da nova Carta, tornou-se patente o descaso no tratamento da Região Sul, se não vejamos, Sr. Presidente, no ato as Disposições Transitórias, Artigo 34, Parágrafo 11, está expresso: (Lê - Fica criado nos termos da Lei, o Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste para dar cumprimento à referida região ao que determina os artigos 159, Letra "c" e 192, parágrafo 2º da Constituição.

Segundo, Sr. Presidente, no seu Artigo 159, Inciso 1º, Letra "c" ora citados também está expresso que a União entregará, no inciso 1º, do produto da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, 47% da seguinte forma: Letra "c" 3% para aplicação em programa de financiamento ao setor produtivo da Região Norte, Nordeste, Centro-Oeste. Cadê o Sul, Sr. Presidente, Srs. Deputados?

Através dessas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento ficando assegurada à semi-árida região do nordeste a metade dos recursos destinados à região na forma que a lei estabelecer.

Terceiro, Sr. Presidente, no capítulo 4º do Sistema Financeiro Nacional, Artigo 192, parágrafo 2º, diz o seguinte: os recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional de responsabilidade da União serão depositados em suas instituições regionais e por elas aplicadas.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, isto significa que a Região Sul, com a extinção do BRDE, com a quase extinção da SUDESUL, fica sem órgão de desenvolvimento no Sul para que possa captar esses recursos.

Entretanto, enquanto possuímos o BRDE, que atua há 27 anos nesta função criada pelos governos dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, com a aprovação das casas legislativas dos três Estados, nós vimos que a União, atendendo a interesses do Centro-Oeste e Nordeste, cria instituições similares lá, e quer extinguir instituições aqui no Sul do País.

Daí entendermos que a extinção ou incorporação do BRDE pelos bancos estaduais elimina, Sr. Presidente, o caráter regional exigido pela Constituição e provoca sérias dificuldades à aplicação dos recursos para o desenvolvimento da nossa Região Sul.

Pode-se depreender daí que não temos distorções a serem corrigidas, investimentos a serem feitos e empregos a serem gerados?

Ou estas são apenas necessidades do Norte, da Amazônia, do Centro-Oeste, do Nordeste?

Curitiba, quarta, em 11.01.89

A bem da verdade, escondem-se dois problemas distintos. O primeiro é a dívida do setor público dos três Estados do Sul junto ao BRDE, que vem sendo rolada diariamente em operações de CDB e CDI.

A dívida em verdade não é do Banco e sim dos Estados que utilizam o BRDE com a aquiescência do próprio Banco Central, em 1982, muito antes de assumirem os governadores do nosso Partido, o PMDB, em operação de crédito de antecipação da receita orçamentária dos Estados.

Tal decisão levou o BRDE a captar recursos através da emissão de títulos de curto prazo, extra-limite de endividamento dos Estados, e em caráter excepcional.

Vencidas as ditas operações, não lograram os Estados, principalmente Rio Grande do Sul e Santa Catarina, honrar seus compromissos junto ao Banco por falta de capacidade de pagamento.

Recentemente, com a suspeita liquidação do PRODUBAN, onde o BRDE e mais 39 instituições fizeram aplicações de CDI, emergiu a situação já há muito conhecida. Lança-se o Banco Central contra o BRDE, propondo dar liquidez aos Estados em troca da extinção de instituição, como se fosse possível extinguir as dívidas extinguindo o BRDE.

O Estado do Rio Grande do Sul encaminhou carta ao BACEN e teve acolhida em sua proposta para o equacionamento da dívida. O Estado de Santa Catarina, com maiores dificuldades, deverá apresentar sua proposta.

Considerando ser pequena a parcela do endividamento do Paraná, representada pela CIC, aproximadamente em 45 milhões de dólares, não podemos entender onde reside a razão da insistência.

O segundo problema é a dualidade dos bancos de desenvolvimento estaduais. São eles: o BADESUL (RS), o BADESC (SC) e o nosso BADEP (PR).

São bancos de fomento, com atuação estadual, com enfoque centrado nos respectivos Estados.

O BRDE, por outro lado, tem outra missão: a da INTEGRAÇÃO REGIONAL com apoio a projetos que ultrapassem os limites territoriais dos Estados, na atração de recursos externos para o desenvolvimento dos Estados, dinamizando a economia regional.

Recentemente, para ilustrar este aspecto, uma missão do BID visitou o BRDE para já definir uma linha de crédito de US\$ 100 milhões para a região, a fim de apoiar a importação de equipamentos indispensáveis ao desenvolvimento tecnológico das nossas empresas.

Na hipótese da indefinição sobre o banco, estes recursos seriam negociados com o BNDES.

Outro aspecto relevante, são os pro-

gramas de integração Brasil-Argentina, cuja ênfase deverá ser incrementada nos próximos anos, cabendo para tanto, instrumentos de apoio financeiro regionais, em ambos os países.

A dualidade de bancos, de forma alguma prejudica as ações dos bancos estaduais e do BRDE, na medida em que suas propostas são distintas (abrangência estadual X regional), e há anos coabitam sem qualquer dificuldade.

Ao contrário, canalizando recursos para financiar o desenvolvimento dos setores público e privado, beneficiando as economias dos Estados e de toda a comunidade empresarial sulina.

Cabe destacar, no Paraná, a atuação do banco no setor cooperativista, apoiando o desenvolvimento de uma infra-estrutura de armazenagem, sustentáculo da produção paranaense.

Por outro lado, trata-se de uma instituição que, embora no orçamento estadual esteja contemplada há 10 anos, não recebe recursos para sua capitalização, vivendo às expensas de seus próprios resultados. Portanto, demonstrando eficiência no trato da coisa pública.

Então, por que extinguir o BRDE? Quais as motivações? A resposta, Senhores Deputados, talvez esteja na característica jurídica da instituição. Sendo uma autarquia interestadual criada pelos governadores do Sul, em 1.961 - Srs. LEONEL BRIZOLA e CELSO RAMOS e NEY BRAGA - Aprovada pelas Assembleias Legislativas, incorpora algumas prerrogativas que incomoda burocratas e alguns interesses de caráter inconfessáveis, na medida que o BRDE é isento de imposto de renda, não carreando recursos para o governo federal, na medida em que os funcionários são admitidos por concurso público, não se prestando o banco, a cabide de empregos, ao mesmo tempo que desfruta de impenhorabilidade de seus bens e da equiparação dos seus créditos à Fazenda Pública, podem essas características incomodarem os interessados em extinguir o banco, valendo-se de motivações como as dívidas dos Estados e a dualidade com os bancos estaduais.

Daí, ter esta Casa de Leis o dever de impedir que mais uma agressão se cometa contra a região Sul, pelo poder central. Vamos resolver o endividamento dos Estados, vamos discutir os aspectos da dualidade sem que isso implique necessariamente na extinção do BRDE.

Consideramos que esta Assembleia, bem como a do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, têm uma responsabilidade histórica de sustar decisões lesivas aos interesses da sociedade, cabendo portanto, gestionarmos unidos, junto às autoridades monetárias nacionais, uma solução para dívidas

estaduais, sem que a região Sul seja novamente agredida.

Propomos, para tanto, a criação de uma comissão nesta Casa, visando discutir o assunto e manter contato com Parlamentares das Assembleias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, bem como, a mobilização dos Senhores Deputados Federais e Senadores, no sentido de um encaminhamento do problema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Com a palavra o Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Sr. Presidente, Srs.

Deputados. Impõe-se que esta Assembleia nesta 1ª discussão aprove a Mensagem do Sr. Governador que dá a reposição para os funcionários públicos estaduais, pelo seguinte: porque na 1ª discussão discute-se a legalidade da Mensagem, e daí na 2ª discussão se impõe que se estabeleça então pela 1ª vez a discussão dos percentuais necessários para a devida, digna e justa reposição salarial dos funcionários públicos estaduais do Paraná. Nós vamos discutir esta matéria quando se abrir a discussão da constitucionalidade, e eu peço à Assembleia que faça isso despida dos interesses partidários, mas voltada para os elevados interesses do Paraná.

No entanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, há matéria ainda mais grave a ser tratada. Trata-se da matéria que preserva o direito constitucional do Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado, do Desembargador Presidente do Poder Judiciário do Estado, ter reconhecida por esta Assembleia a sua autoridade, a sua independência e a sua autonomia. É o Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça autoridade igual e equivalente e harmonicamente coetânea com o Governador do Estado do Paraná e com o Presidente da Assembleia.

Se nós entrarmos na manobra da Bancada do Governo que mistura no bolso comum o aumento do funcionalismo do Executivo com o aumento da Magistratura, estaremos desrespeitando a Constituição, desrespeitando o Tribunal de Justiça, desrespeitando a Magistratura e estaremos fortalecendo as malhas e as teias de corrupção que existem neste País. Não pode esta Assembleia Constituinte, neste momento, pendurar no seu pescoço a trava de condenação e desrespeitar a própria Constituição Federal. Exige o Paraná, exige o Direito, exige a Justiça que ao Governador seja dito um sonoro não e que aos Desembargadores e aos Magistrados e à própria Assembleia e à própria democracia seja dito um verdadeiro sim. Porque se vai o Sr. Governador mal assessorado, porque dizem que "não poder-

-se-ia mandar matéria que não é objeto de convocação", não entende o Sr. Governador que poder-se-ia mandar matéria sobre o vencimento da Magistratura, agora. Mas entende o Desembargador-Presidente do Tribunal de Justiça. Então trata-se de sopesar as duas autoridades. E parece-me que de Direito Constitucional estão mais autorizados os da Justiça; a dizerem à Assembléia o que é lícito, o que é correto, o que é justo do que os de Palácio, em plantão.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de repente se não reconhecermos na Magistratura a jurisprudência necessária para dizer a esta Casa o que se deve fazer, estaremos negando a própria essência da democracia e da independência dos poderes.

Ainda um terceiro assunto: o BRDE. O FMI investe contra o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, determina o seu fechamento. Ora, fechem o Banco do Nordeste e nós concordaremos em fechar o BRDE. As diferenças regionais que ao tempo do Governador Ney Braga, do Governador Leonel Brizola e do Governador Celso Ramos - há 27 anos passados, determinaram a criação do BRDE, ainda persistem. Nós precisamos de bancos de fomento, a duplicidade de agências bancárias ou de funções bancárias não se justifica, porque não pode o Governo Federal falar em duplicidade, enquanto mantém o Banco Central e o Banco do Brasil fazendo a mesma coisa. Nós precisamos que esta Assembléia faça uma comissão, a exemplo do que fez a Assembléia do Rio Grande do Sul e do que deve fazer a de Santa Catarina, só para acompanhar, a quem interessa, o fechamento do BRDE. O Paraná precisa do BRDE, Santa Catarina precisa do BRDE, o Rio Grande do Sul precisa do BRDE e não pode o Governador dos paranaenses no momento em que o BRDE é presidido por um paranaense, intentar contra o patrimônio desta agência de fomento. Voltaremos ao assunto com mais detalhe num pronunciamento de longa duração. É importante que esta Assembléia sintam-se revitalizada pelas suas funções de Constituinte e asseguradas pela nova Constituição Federal. É importante que todos nós nos transformemos em verdadeiros defensores da democracia, da liberdade, da nossa terra e da nossa gente.

Era isto.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa pede compreensão às galerias que atentem para o disposto no art. 119 do nosso Regimento Interno: "qualquer pessoa poderá assistir às sessões nas galerias, contanto que esteja desarmada e guarde o maior silêncio - sem dar sinal de aplauso ou de reprovação ao que se passar na Assembléia". A Mesa solicita às galerias

Curitiba, quarta, em 11.01.89

que compreendam que estamos numa sessão muito importante e o silêncio é necessário. No Grande Expediente, com a palavra o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, nobres Senhores Deputados.

Nós gostaríamos de, na tarde de hoje, dizer da satisfação que temos de neste período de quase já completados seis anos estarmos neste Parlamento, afinal, são cinco anos, onze meses e onze dias que aqui estamos pela vontade da população não só da nossa Região, o Vale do Ivaí, mas de todo este Paraná onde fizemos votos e colhemos resultado positivo nas eleições de 1982 e na última eleição de 1986. Ao longo deste período, Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos procurado, ao lado dos companheiros Parlamentares e das nossas companheiras Parlamentares, através de um trabalho, seja a nível de plenário mas muito mais a nível das Comissões Técnicas desta Casa, desenvolver um trabalho realmente voltado aos interesses dos segmentos paranaenses. E, dentre esses tantos trabalhos que tivemos a oportunidade de realizar, como já disse a nível de plenário, a nível de Comissões Técnicas, a nível de Comissões Especiais, um deles nos tem reservado quem sabe até uma satisfação maior que é o trabalho que junto com outros colegas Parlamentares estamos tendo a oportunidade de realizar que é o Bloco Parlamentar Agropecuário desta Casa de Leis.

O Bloco Parlamentar Agropecuário, instituído que fora pela vontade desta Casa de Leis, no ano de 1985, quando o setor produtivo deste Estado e deste País enfrentava situações de dificuldades, com barreiras intransponíveis, esta Assembléia Legislativa buscou, através da formação deste Bloco, dar condições e apoio àqueles Parlamentares e por que não dizer a toda esta Casa de Leis no sentido de que todos pudessemos realmente promover um trabalho à altura dos interesses e da necessidade do setor rural, do setor produtivo deste Estado. E, por esta razão, o Bloco realmente foi à rua, saiu para a rua e não se limitou apenas às quatro paredes deste Parlamento. Quantas não foram as vezes que em Brasília estivemos, estivemos no interior do Paraná, em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, São Paulo e outros tantos Estados, representamos em Comissões especiais formadas neste Parlamento para lá levar a vontade da classe trabalhadora deste Estado, levar a opinião e o trabalho dos companheiros Parlamentares.

Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais uma vez para a nossa alegria e satisfação, e desta feita somado ao trabalho que tão brilhantemente desenvolve nesta Casa a Comissão de Agricultura, hoje

presidida pelo Deputado Sabino Campos, tivemos a oportunidade de, no início do mês de Dezembro, iniciar um processo de discussão, ou melhor de continuarmos um processo de discussão, haja vista que é costumeira da Comissão de Agricultura e do Bloco Agropecuário, ter reuniões periódicas com o setor produtivo deste Estado representado pela FAEP, pela organização das Cooperativas, pela FETAEP, pelas Associações, pelas sociedades rurais deste Estado. Então, tivemos a oportunidade de, como já dissemos, continuar essas nossas reuniões e debates. E foi em uma dessas reuniões, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no início do mês de dezembro que se levantou a tese do ICM, Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços, que deveria ser remetido a este Poder Legislativo para ser apreciado, discutido e por nós remetido a este Poder Legislativo para ser apreciado, discutido e por nós votado, em função de disposições constitucionais, implantadas na Carta Magna na última Assembléia Nacional Constituinte; em função, também, daquilo que definiu, daquilo que apresentou como norma, o Conselho Nacional de Política Fazendária, o CONFAZ. Então, esta Assembléia teria a responsabilidade de no momento oportuno falar, discutir e votar a Lei do ICMS. E esta lei chegou a este Parlamento e iniciamos uma discussão com as classes produtoras. E aí vem a satisfação deste Parlamentar, e acreditamos que é a satisfação da maioria, senão de todos os Parlamentares desta Casa, porque aquilo que se apresentava na primeira hora, como uma batalha de resultados inimagináveis, uma batalha de governo com produtores, com parlamentares com sociedade organizada, transformou-se, é verdade, numa quente reunião, numa efervescente reunião, ou melhor em reuniões, porque não foi apenas uma reunião. Foram diversas reuniões que realizamos. E para nossa alegria, para nossa satisfação, ao término dessas reuniões, que aconteceram na última segunda-feira, tivemos a oportunidade de quem sabe até pela vez primeira, de vermos produtores, comerciantes, prestadores de serviços, industriais, Governo do Estado e Parlamentares, todos unidos, fechando num documento único para ser votado nesta Assembléia.

Aquilo que se apresentava como intransponível, como não possível de ser modificado, foi ajustado. Foi modificado porque o bom senso prevaleceu, porque as reuniões entre Deputados e setor produtivo, entre empresários e Governo resultou, realmente, no entendimento, resultou na unificação das idéias. E chegamos, finalmente a um documento que se não é o ideal para o setor produtivo, mas que também não é o ideal e tenho certeza, para o Governo,

enquanto agente arrecadador. Se não é o ideal para nós, os Parlamentares, que gostaríamos de ver suprimidas algumas alíquotas, suprimidos alguns itens, também pode não ser o ideal para o prestador de serviço, para o comerciante. Mas, foi aquilo que de possível se pôde fazer nestas muitas reuniões, realizadas aqui neste Parlamento, na Secretaria de Estado da Fazenda e na OCEPAR, visto que no último dia três este Poder estava em recesso, a OCEPAR abriu as suas portas e colocou-se à disposição para que pudessemos realizar a reunião tão necessária, e que iríamos realizar neste Parlamento.

Muitas coisas se modificaram, é verdade. Muitas alíquotas foram modificadas. E hoje estamos dando entrada à Mesa, para integrar a Mensagem Governamental, uma Emenda Substitutiva de Plenário, por nós e por diversos Parlamentares já assinada, que representa a vontade não só do Governo, a vontade não só dos Parlamentares, mas, principalmente, o acordo feito pelo setor produtivo, empresarial, pelo setor comercial deste Estado. O Substitutivo que aí está não é fruto, apenas, destes Parlamentares que o subcreve, mas, é fruto da vontade e do entendimento de todos os setores que estiveram reunidos.

Neste sentido, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é que nós conclamamos a todos para que na hora da votação, votemos todos com esta Emenda Substitutiva Geral para que possamos dar condições desse Projeto ser aprovado, neste período extraordinário e para que possa o Governo normatizá-lo e colocá-lo em prática, porque esse Projeto, como já disse, embora possa ainda não ser o ideal, é que se tirou do entendimento, é aquilo que se teve de equilíbrio, ao final de tantas e tantas reuniões, reuniões que culminaram neste processo, que, para nós Parlamentares é engrandecedor, porque este Parlamento não fechou as suas portas, não se omitiu, este Parlamento cumpriu o seu papel de permitir que os setores organizados trouxessem as suas reivindicações, e que cedessem em alguns pontos, e que o Governo também cedesse em outros pontos, para que tivéssemos este documento.

Conclamo, portanto, aos Srs. Deputados que ainda não assinaram este Substitutivo, que ele se encontra à Mesa, à disposição, para aqueles que quiserem apor a sua assinatura, e nós contaremos com a boa vontade de vocês, como contam todos os setores organizados, de votarmos esta Emenda, da forma como a temos apresentado.

Era o que tínhamos, Sr. Presidente, para hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Transfi-

ro a inscrição do Deputado Pedro Tonelli, para a sessão de amanhã.

No Horário das Lideranças, concedo a palavra ao PMDB. (Declina).

Havendo declinado, concedo a palavra à Liderança do PDS. (Declina).

Havendo declinado, concedo a palavra, no Horário das Lideranças ao PDC.

Com a palavra o Deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O PDC, como os demais Partidos de Oposição, durante a sessão de hoje, na matéria relativa ao funcionalismo público estadual, em 1ª Discussão, votará a favor da Mensagem do Governador, porque, em comum com os demais Partidos da Oposição, e de acordo com o Regimento Interno, na sessão de amanhã, apresentaremos, em conjunto, diversas emendas, através das quais esta Casa tentará sanar as muitas injustiças que o Governo do Estado está cometendo com o seu funcionalismo.

Interessante notar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Mensagem do Sr. Governador fala em majorar vencimentos, na realidade, o Mensagem original do Governo, não traz nenhuma majoração, nenhum aumento, nem mesmo repõe aquilo que os funcionários perderam nos últimos meses do ano passado! E, dando um aumento de 100% sobre os vencimentos de dezembro, para vigorar em janeiro, e mais 39% em março, pura e simplesmente, os funcionários públicos além do que já perderam o ano passado, a correr a inflação como está, de janeiro a março perderão, aproximadamente, mais de 60% do poder aquisitivo de seus salários! E é com essa injustiça, que atinge todas as categorias do Estado, que a Assembléia e o PDC não podem concordar!

Defendemos também, Sr. Presidente, ao lado das Oposições, requerimento de preferência, de autoria do Deputado Raul Lopes, em que há a proposta para a inversão da Ordem do Dia para que votemos, inicialmente, a Mensagem do Poder Judiciário, que concede aumento aos magistrados. Parece-me que é o caminho mais justo, mais legal e mais constitucional. O Sr. Governador do Estado invadiu seara alheia, está rasgando publicamente, para o Brasil inteiro, a Constituição Federal, ao não admitir que o Poder Judiciário envie sua Mensagem, para que esta Casa decida qual será o aumento do referido Poder. É importante destacar que o Rio Grande do Sul, com todas as dificuldades financeiras que o Governador Pedro Simon recebeu o Governo, em 1986, já concedeu aumento aos seus funcionários e acatou Mensagem do Poder Judiciário, a Assembléia Legislativa aprovou Mensagem do Poder Judiciário, e o Governador sancio-

nou.

Santa Catarina, que também vinha e vem navegando em dificuldades financeiras, econômicas, desde o começo do Governo, também já está atendendo o pleito do Tribunal de Justiça daquele Estado, e também de seu funcionalismo. E o Paraná, que até 1986 tinha uma excelente posição econômica-financeira, o que está fazendo com seus funcionários? Achatando vencimentos, mês após mês, alegando que a arrecadação é insuficiente! Eu volto a bater na mesma tecla, se ela é insuficiente é porque temos um Secretário da Fazenda incompetente e inoperante!

O Sr. Valderi Mendes Vilela - Vossa Excelência concede-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Concedo um aparte ao nobre Deputado Valderi Mendes Vilela.

O Sr. Valderi Mendes Vilela - Nobre Deputado Edmar Luiz Costa, Vossa Excelência traz a esta Casa um assunto de interesse de todo o Paraná e de todo o Brasil, aliás, não é novidade para a gente, o Governador Álvaro Dias e a Bancada do PMDB seguir exemplo do Sr. José Sarney, não é nenhuma novidade. Quando se estabeleceu os juros na Constituição em 12%, o Governo mudou com um parecer elaborado por seus assessores, agora no Paraná vem acontecer a mesma coisa. A Constituição diz que a iniciativa é do Poder do Tribunal de Justiça, mas o nosso Governador fazendo da mesma forma com que faz o PMDB a nível nacional, também quer mudar a nossa Constituição através de pareceres, através de consulta, nobre Deputado. Isso Vossa Excelência tem razão, isso não pode acontecer em nossa terra, no nosso Paraná, porque aqui realmente todos os Deputados que foram eleitos pelo povo, sabem ao menos ler uma Constituição, sabem o que diz uma Constituição, e isso não é possível para que um Deputado eleito para fazer lei, venha aqui para burlar as leis maiores, as leis mais fortes que existem neste País.

Era isso nobre Deputado, e sua posição, e a Bancada do PDT também acompanha a Bancada do PDC.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Muito obrigado nobre Deputado. Eu acredito que esta Casa não pode concordar com a atitude do Governador do Estado, que quer de público e notoriamente rasgar a Constituição Federal, esta Casa existe para fazer e cumprir leis e não para dar o exemplo de desrespeitar a lei maior da Nação, que é a nossa Constituição.

Outro assunto, Sr. Presidente, Srs.

Deputados, a ineficiência da assessoria do Governo do Estado é tremenda, a conta gotas estão chegando a esta Casa mensagens no período extraordinário que tratam de um modo ou de outro do aumento ao funcionalismo. Temos a mensagem relativa à Polícia Militar, já veio uma mensagem relativa aos professores, temos a do funcionalismo de um modo geral em mensagens separadas e que são enviadas em datas separadas; parece-me que há um orquestração no Palácio Iguazu, que é para confundir esta Casa, e a confusão maior estabeleceu-se ainda no momento em que esta Casa deliberou por uma Comissão Geral, que impediu que as comissões técnicas da Casa analisassem todas as propostas e partissem para um substitutivo geral. Por sinal, Sr. Presidente, salvo o melhor juízo, acho que esta Casa não está mais constituída em Comissão Geral, porque o Art. 35 do nosso Regimento Interno, parágrafo único, é bastante taxativo; o requerimento para Constituição da Assembléia em Comissão Geral, deverá desde logo indicar o objeto, o dia, está no singular, o dia e a hora da reunião, está no singular. Esta proposta passou na segunda-feira, instituindo a Comissão Geral, e o Sr. Presidente marcou a reunião para terça-feira, às 14:30 horas, para dar cumprimento ao interstício legal, como a mensagem não estava em Plenário ainda, foi apenas lida, caiu o requerimento que institui a Comissão Geral e o PDC defenderá essa tese durante a sessão de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa reitera mais uma vez às galerias que obedeçam e, para ajudar que a sessão transcorra na mais absoluta normalidade, o artigo 119 do Regimento Interno já lido por esta Presidência.

Com a palavra a representação do PSDB, Deputado Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES - Sr. Presidente e Srs. Deputados, Magistrados, Funcionários Públicos, empresários, que nos honram com suas presenças.

Ocupo a tribuna para fazer algumas observações a respeito de alguns projetos de leis, apreciados no curso do tempo do expediente nesta Casa. Nessas últimas horas, por exemplo, o Projeto de Lei nº 345 que refere-se ao ICM, mesmo em se tratando de um Deputado da Oposição, nossa Bancada e quero crer todos os nossos pares e assim todos os companheiros não deixaram de atender a todas quantas foram feitas em termos de reivindicações por parte das associações empresariais, comerciais, enfim de todos aqueles que estavam angustiados, tensos, aflitos. E o Governo, naturalmente, se howe, atendendo prontamente, razão

pela qual eu quero, aqui, nesta oportunidade, parabenizar o Governo pela maneira compreensiva, inteligente, com que se houve para o pronto atendimento.

Ato contínuo, ainda ontem, e eu faço esta observação para observar o seguinte, somos Deputado da Oposição, mas, não quer dizer que estamos em oposição constante, ferrenha ao Governador do Estado. Isto por que, ontem, e aqui faço menção ao Projeto nº 349, que diz respeito à alienação do estabelecimento penal de Curitiba, conhecido como prisão provisória do Ahú, também teve parte deste Parlamentar e desta Bancada um parecer favorável a fim de que o Governo pudesse aliená-lo, isto é, vendê-lo para poder dar cumprimento à angustiante política do sistema penitenciário no Paraná e em especial no Brasil.

Hoje, vamos apreciar em primeira discussão o Projeto de Lei, daqui a pouco, nº 001/89, de autoria do Poder Executivo, que objetiva a majoração dos vencimentos dos funcionários de todos os níveis do Estado do Paraná. Vamos aprovar porque vamos caracterizar a sua constitucionalidade. Amanhã, naturalmente, estaremos aguardando as emendas que se fizerem necessárias assim como o Substitutivo.

Mas, eu venho aqui, companheiros, para fazer uma observação, que o companheiro Ildemaro nos chamou a atenção e eu não poderia indiscutivelmente, e quando pertencia ao PMDB vinha, paulatinamente, chamando a atenção do Governo pela sua insensibilidade no sentido de não atender uma classe sofrida neste Paraná, que seria o sistema de Segurança Pública e, em especial, a Polícia Militar. Sou um representante classista, e como tal não poderia, indiscutivelmente, em momento algum, permitir que Sua Excelência não atendesse, não se sensibilizasse para o caso. Mas, venho aqui, companheiros, da forma com que fui veemente rigoroso, venho desta feita dar a mão à palmatória ao Governo do Estado do Paraná, e cumprimentá-lo pela forma com que galga, pela forma proba, com que assistiu, mandando um substitutivo, uma Emenda e em cima da nº 001, coincidiu com a nossa 004 da Polícia Militar do Paraná, uma Mensagem especial, uma gratificação, digo, especial para que os salários desses companheiros fossem melhorados. Assim, companheiros, eu quero também nesta tribuna, junto com meus companheiros, solicitar, pedir e receber as emendas para sustentar que seja também estendido aos demais companheiros, funcionários públicos deste Estado. Razão pela qual, companheiros, a minha presença nesta tribuna é para mostrar o meu reconhecimento, a minha forma de entender e aqui voltar para tentar esclarecer que sabemos compreender quando assim for oportuno.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra a representação do PFL.
(Declina)

Havendo declinado, com a palavra a representação do PT.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, funcionários públicos, empresários que hoje prestigiam e enriquecem esta que é uma das primeiras sessões e acho que a mais importante deste ano, aonde começamos a decidir o futuro, se será melhor ou não, aos 185 mil servidores públicos bem como de muitos pequenos e médios empresários, que dependem deste Plenário, de uma decisão mais salutar, onde então terão um futuro melhor, ou de uma decisão errônea, onde terão um futuro negro. Portanto, cumprimento a todos, em nome do Partido dos Trabalhadores, com uma vontade nova, neste ano novo, para que todos neste Plenário se empenhem para que os paranaenses tenham um futuro melhor e este futuro depende sim deste Plenário, porque as Leis que serão votadas e serão decididas aqui, certamente serão aquelas que hão de ser cumpridas a partir da semana que vem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos hoje três matérias em votação que são de extrema importância e não está sendo diferente de como esperávamos. Novamente o Executivo, o Palácio Iguazu, continua com dois pesos e duas medidas no tratamento da causa pública no Estado do Paraná. Um peso e uma medida no que tange ao tratamento a meia dúzia de empresários sugadores, que sempre viveram às custas dos cofres públicos. Um outro peso e uma outra medida no que tange ao tratamento à maioria dos paranaenses que são os trabalhadores, os funcionários públicos, os sem-terras, os trabalhadores rurais, os pequenos empresários, os pequenos proprietários, que não agüentam mais o suporte tributário, e que não agüentam mais o arrocho salarial.

Daqui a pouco estaremos votando em primeira discussão a Mensagem palaciana que trata do reajuste do funcionalismo público. Funcionalismo público que somente no Governo Álvaro Dias, sem contar os arrochos acumulados anteriormente, só no Governo Álvaro Dias, dois anos de Governo, na média, sofreram um arrocho salarial até 31.12.88 na média de 137%, somente nos dois anos de Governo Álvaro Dias, sem contar os arrochos anteriores.

O Executivo encaminha Mensagem, após muita luta neste Plenário, desde o ano passado, por muitos Parlamentares e muitas bancadas que compõem este Parlamento. Man-

Curitiba, quarta, em 11.01.89

da uma Mensagem propondo um reajuste, instituindo a trimestralidade, exemplificando: os funcionários deste Poder Legislativo - e não podemos admitir de forma alguma, Sr. Presidente, Srs. Deputados -, que os funcionários públicos tenham a exemplo dos funcionários deste Legislativo, 100% das perdas dos dois últimos anos agora a partir de janeiro, mais 39% a partir de março instituindo a trimestralidade, fazendo, a exemplo do passado, pior que o próprio Governo do Presidente José Sarney, que ninguém mais o aceita. O Governo Álvaro Dias está se antecipando procurando instituir a trimestralidade já, a partir de janeiro, quando o próprio Presidente José Sarney ainda não o fez; o Governo Álvaro Dias já está querendo impor a trimestralidade no pagamento da correção da inflação do salário dos funcionários públicos.

Eu convoco a todos os Parlamentares de todas as bancadas. Nós temos duas atitudes que na sessão de amanhã teremos que tomar. Não podemos mais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, incorrer nos erros do passado.

Não podemos aceitar a vontade do Executivo aceitando a trimestralidade para os funcionários públicos. Nós temos que garantir, emendar essa mensagem do Executivo, nós temos que garantir os reajustes mensais, a URP, porque é nada mais nada menos do que a correção mensal. Imaginem agora com uma inflação de mais de 30% ao mês, os funcionários públicos terão corrigido no ano de 1988 apenas a partir de março. E de agora até junho somente a partir de junho.

Então, nós temos que emendar. Já tivemos uma discussão ontem com segmentos organizados do funcionalismo público do Estado do Paraná no plenarinho desta Assembleia, aonde componentes de cinco bancadas lá estiveram e se comprometeram. E apelamos às outras três bancadas que lá não estiveram: não vamos acatar a vontade do Executivo. Vamos amanhã apresentar emenda e vamos alterar a vontade do Executivo aprovando o reajuste mensal, a manutenção da URP aos funcionários públicos.

Outro assunto que é de interesse e que está ferindo o interesse dos servidores públicos e deste Poder Legislativo, aquele ato absurdo do meu ponto de vista que este Poder em abril passado cometeu, de dar poderes para o Executivo, conceder a título de antecipação aos funcionários, por decreto quanto ele quiser. Eu apelo a todos os nobres Parlamentares: chega de legislarmos por decreto e, chega de darmos poderes ao Executivo, por decreto fazer o que ele bem entender. Não podemos mais permitir que esses absurdos do passado aconteçam hoje.

No mês de abril este Parlamento não

teve a dignidade e a hombridade de tirar do Executivo o poder de legislar por decreto. Mas, espero que hoje não será mais a Bancada do PT, do PFL e do PDT, mas que nós tenhamos outras bancadas e bancadas numerosas que compreendam que este Legislativo tem que puxar para si a responsabilidade de compreender a vontade da 185 mil servidores públicos do Estado do Paraná.

Era isso, Sr. Presidente, era isso Srs. Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Concedo a palavra à representação do PL, Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Sr. Presidente, Srs. e Srs. Deputados.

A pauta de hoje apresenta três projetos para serem apreciados. O primeiro Projeto de autoria do Poder Executivo, a mensagem que tem por objetivo dispor sobre os vencimentos dos funcionários dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo do Tribunal de Contas do Estado, dos membros da magistratura do Ministério Público, dos Conselheiros e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado soldo dos integrantes da Polícia Militar.

O segundo Projeto de Lei, de autoria do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre os vencimentos da Magistratura e dá outras providências, este Projeto de Lei com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça na forma de emenda substitutiva geral aprovada por unanimidade por aquela Comissão. Sendo que o primeiro Projeto, a mensagem do Sr. Governador mercerá por parte deste Plenário apreciação técnica na sessão de hoje conforme decisão do Plenário.

Sobre essas mensagens, Sr. Presidente, Srs. Deputados, há que se considerar desde logo, o que foi colocado aqui pelo Deputado Rafael Greca e por outros Deputados, a questão constitucional da iniciativa, parece-nos muito clara ter sido reservada a iniciativa privativa nesta questão ao Tribunal de Justiça do Estado, portanto, desde já quero fixar a posição da representação do Partido Liberal, no sentido de se fazer valer o que dispõe a Carta Maior de nosso País.

Por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, encontramos o terceiro Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 131/88 que dispõe sobre o Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestação de Serviços de Transportes Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação.

Sabemos que este Projeto de Lei como outros que estão para serem colocados em

discussão trarão para os cofres públicos estaduais maiores receitas, criando uma situação melhor em relação àquela vivida no ano de 1988. Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, havendo mais recurso em caixa, há condições de reconhecer a necessidade do servidor público, de uma colocação financeira a seu favor que venha acompanhar a inflação que está ocorrendo neste País, como muito bem já falou o orador que me antecedeu, não se trata de uma majoração, se trata tão somente de uma recuperação do poder aquisitivo dos vencimentos. Ora, se vamos votar o aumento de imposto, é muito justo que votemos também este reajuste correto, justo e humano para o servidor público.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Com a palavra a Representação do PTB.
(Declina)

Havendo declinado, passa-se à ORDEM DO DIA.

A Mesa solicita...

O SR. VALDERI MENDES VILELA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, estou aguardando a hora da Liderança do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Por um lapso, a Mesa deixou de convidar a representação do PDT e neste instante o faz. Deputado Valderi Mendes Vilela, com a palavra.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Sr. Presidente, Srs. e Srs. Deputados, membros do Tribunal de Justiça, funcionários servidores deste Estado que hoje acompanham o trabalho do Legislativo paranaense.

Que bom seria, Sr. Presidente, Srs. Deputados se o povo fiscalizasse mais os seus representantes como fazem hoje, porque certamente este Paraná seria um pouco melhor.

Temos ouvido, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Estado não tem recursos para dar o aumento, o reajuste, a reposição salarial de todos os trabalhadores do serviço público.

Nós sabemos que há poucos dias saímos de uma eleição onde o dinheiro realmente rolou para a corrupção dos votos, para que o PMDB, o Partido do Governo fosse o vencedor nas eleições. Mas, para pagar o direito do funcionário público realmente não há dinheiro.

Vimos também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um editorial publicado na "Folha de Londrina", onde aquele editor disse que só por uma brincadeira de muito mal gosto, é que o Governo deve condicionar o reajuste salarial de seus servidores à arrecada-

ção do Estado.

Ora, se a mania pega, daqui a alguns dias os trabalhadores de todo este País estarão também esperando que as concessionárias vendam mais carros, que o comerciante venda mais o seu produto, para que ele possa no final do mês, ele possa receber o seu salário.

Temos sim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que ter uma administração mais séria, uma administração com maior controle dos gastos públicos. É isto que o Paraná precisa. É isto que o Brasil está precisando.

Vemos o arrocho salarial vir ocorrendo neste Brasil e neste Paraná há muitos e muitos anos. Vemos o Governo dizer que vai conter as despesas demitindo funcionários. Mas a despesa maior que este País causa, que este Estado tem é a falta de seriedade na administração pública.

Há pouco tempo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, era muito difícil de se ver uma matéria como esta publicada na "Folha de Londrina" no dia 7 de janeiro próximo passado, mas hoje nós vemos esta matéria e nós alertamos desta tribuna que isto iria acontecer, caso a Assembléia Legislativa aprovasse a Lei que autorizava o Governo a retirar a URP do servidor público estadual. O que está acontecendo? O Governo do Paraná quer inovar, mas sempre em detrimento do trabalhador. Ele quer a trimestralidade, mas para fazer mais arrocho salarial.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nesta Casa de Leis, um funcionário público, um funcionário da Assembléia ganha tão mal que deve estar precisando morar embaixo da ponte.

Outro dia recebemos em nosso gabinete e conversávamos com alguns dos funcionários desta Casa, e eles nos diziam que já não dá mais para viver com o salário que aqui recebem.

É hora, Sr. Presidente, desta Casa também rever a posição dos funcionários da Assembléia, esta classe que realmente, junto com todas as demais está marginalizada por este Governo.

O reajuste, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não é uma "benesse" do Governo Estadual. É um direito que o trabalhador tem. É a justiça, essa justiça que através de seus representantes fazem presentes nesta Casa hoje. É esta justiça que queremos quando recorremos a ela, fazer com que ela seja estendida a todos os trabalhadores do serviço público estadual.

É esta, Sr. Presidente, é esta, Srs. Deputados, a posição do Partido Democrático Trabalhista, a posição do PDT.

Muito obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à
ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

A Mesa solicita às pessoas estranhas ao plenário que, por obséquio, deixem o plenário a fim de que a votação se processe normalmente. A Mesa solicita às pessoas estranhas ao plenário que deixem o plenário a fim de que o processo de votação seja à vontade dos Srs. Deputados.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento do Deputado Raul Lopes...

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO (Pela Ordem) -

Sr. Presidente, tem um Requerimento de minha autoria que foi o primeiro a dar entrada, recebeu o número 1 e eu solicito que Vossa Excelência o coloque em votação em 1º lugar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento do Deputado Raul Lopes que requer a constituição de uma comissão geral para apreciar na data de 12 de janeiro as mensagens 04, 05 e 06. Em votação. Aprovado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO (Pela Ordem) -

Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa

vai proceder à verificação de votação. Solicito aos Srs. Deputados que tomem assento em seus lugares. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Raul Lopes queiram levantar-se. 21 Srs. Deputados aprovam o requerimento. Os Srs. Deputados que o rejeitam queiram levantar-se. 23 Srs. Deputados rejeitam o requerimento.

As mensagens requeridas pelo Deputado Raul Lopes entrarão no processo normal de acordo com o Regimento Interno.

Há dois requerimentos: o primeiro de autoria do Deputado Cândido Bastos que requer preferência de discussão e votação ao Projeto de Lei nº 01/89, oriundo da Mensagem Governamental 02/89. Requer ainda que, aprovado o referido Projeto, seja considerado prejudicado o Projeto de Lei nº 322/88.

O outro requerimento de autoria do Deputado Raul Lopes, de nº 02, requer preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 322/88.

Na ordem numérica vou submeter à votação o requerimento do Deputado Cândido

Bastos.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela Ordem) -

Sr. Presidente, eu solicito que Vossa Excelência não receba o requerimento do nobre Deputado Cândido Bastos de vez que está em 1º lugar na pauta de votação esta matéria, objeto do requerimento de preferência de votação. Justifica-se o requerimento do Deputado Raul Lopes, eis que a matéria que trata o aumento da Magistratura encontra-se em 2ª votação e seria prejudicado pela votação da Mensagem que ditatoriamente o Governo Álvaro Dias pretende impor ao Estado do Paraná, ao Poder Judiciário, ao Poder Legislativo e aos servidores públicos deste Estado do Paraná.

Portanto, trata-se, Sr. Presidente, de matéria que não deve ser recebida pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa indefere a questão de ordem do Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA - Eu solicito que Vossa Excelência coloque em votação em plenário a decisão que Vossa Excelência toma neste instante.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Atendido. Os Srs. Deputados que aceitam a votação do requerimento do Deputado Cândido Bastos, queiram conservar-se como estão. 21 Srs. Deputados são contrários ao requerimento do Deputado Cândido Bastos.

O SR. RAUL LOPES (Pela Ordem) - Sr. Presidente, mais um companheiro da Oposição acabou de chegar. Eu pediria que Vossa Excelência revisse a contagem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa anuncia a presença de 21 votos da bancada contrária ao requerimento. Os Srs. Deputados que aprovam o Requerimento do Deputado Cândido Bastos queiram levantar-se para que seja apreciado:

(manifestação nas galerias)

A Mesa solicita, pela última vez, aos senhores e às senhoras que estão nas galerias, que atentem para o Regimento Interno. Do contrário, embora seja uma medida antipática e impopular, vai solicitar a desocupação das galerias.

24 Srs. Deputados decidem pela votação do requerimento do Deputado Cândido Bastos.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu gostaria de registrar que quando vim à Assembléia Legislativa, vim pensando que aqui iríamos encon-

trar gente com capacidade pelo menos para ler alguma coisa e registrar, Sr. Presidente, que a Bancada do PDT, composta pelos Deputados Namiir Piacentini, Rafael Greca, Valderi Mendes Vilela e Algaci Túlio, entendem da mesma forma que o Líder da Bancada do PDS.

Porque está no primeiro item da votação, voltando votamos uma preferência para quem já tem preferência, Sr. Presidente. Totalmente desnecessária com o único objetivo de tirar o direito dos Deputados votarem o projeto oriundo do Tribunal de Justiça.

Era isso.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - (Pela Ordem)

Sr. Presidente, protestamos contra as palavras demagógicas do Deputado Valderi Vilela, e dizer que, como Deputado, como colegas continuamos respeitando-o, mas simplesmente como ser humano.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Eu agradeço ao Líder do PMDB a consideração, e renovo as minhas palavras. Eu também o considero demais como companheiro, como Deputado e gostaria que na próxima oportunidade ele notasse que o projeto já tem a preferência na ordem natural da pauta da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Em votação o requerimento do Deputado Cândido Bastos.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Para encaminhar) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O requerimento que estamos votando pede preferência de discussão e votação e requer ainda, que se aprovado, o referido projeto seja considerado prejudicado - Projeto de Lei nº 322/88. Muito bem! Ou a Assembléia respeita a Constituição, ou esta Assembléia se desmoraliza!

Este requerimento, na sua primeira parte, teria até razão de ser, a despeito de eu concordar com as ponderações e a Ordem do Dia do ilustre Deputado Líder do PDS, Luiz Alberto Oliveira.

Agora um requerimento, nele se embutir o prejuízo de um Poder constituído, que é o Poder Judiciário, que usa a prerrogativa do Art. 96, inciso II, letra B, da Constituição Federal, é negar a prerrogativa do parlamentar. Nós, os parlamentares, aqui não há cor de partido. Nesta decisão não há o interesse do Governante, não há o interesse do Estado, não há o interesse dos Poderes. Há o respeito maior àquilo que se fez há pouco neste Brasil, a própria Constituição.

Vou usar os argumentos de quem foi o

Presidente da Constituinte. Em um certo momento e com razão foi criticado porque prefaciou a Constituição Federação e não poderia fazê-lo. Mesmo assim, discordando do prefácio mas concordando com o seu conteúdo, vou ler para registrar nos Anais desta Casa que este requerimento se contradiz não só com a Constituição, desautoriza o Dr. Ulysses Guimarães, Presidente do PMDB nacional.

Diz o referido prefácio. (LE):

"O homem é o problema da sociedade brasileira, sem salário, analfabeto, sem saúde, sem casa, portanto, sem cidadania. A Constituição luta contra os bolsões da miséria que envergonha o País. Diferentemente das sete Constituições anteriores, começa com o homem, repito, começa com o homem. Graficamente testemunha a primazia do homem, que foi escrita para o homem, que o homem é o seu fim e sua esperança. É a Constituição, cidadã.

Cidadão é o que ganha, Srs. funcionários públicos, povo do Paraná. Cidadão é o homem que ganha, que come, que sabe, que mora, que pode se curar. A Constituição nasce do parto de profunda crise que abala as instituições e convulsiona a sociedade. Por isso, mobiliza entre outras, novas forças para o exercício do Governo e a administração dos impasses. O Governo será praticado pelo Executivo e o Legislativo.

Eis a inovação da Constituição de 1988: dividir competências, Srs. Deputados, para vencer dificuldades contra a ingovernabilidade concentrada em um, possibilita a governabilidade de muitos. É a Constituição coragem. Andou, imaginou, inovou, ouviu, viu, destruiu tabus, tomou partido dos que só se salvam pela Lei. A Constituição durará com a democracia e só com a democracia sobrevivem para o povo a dignidade, a liberdade e a justiça. Brasília, cinco de outubro de 1988".

Atenção, Srs. Deputados, Constituinte Ulysses Guimarães - Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Presidente do PMDB e Vice-Presidente da República, em exercício.

Alguém ousará duvidar destas palavras? Podem até fazer isso. Nem todos nós somos obrigados a concordar com o discurso do companheiro, do adversário. Mas alguém pode duvidar da Constituição? Pode, pode duvidar, sim! Já duvidaram muitas vezes neste País. A última experiência foi em 64, de tantas dores, de más saudades, de tantos sofrimentos. Podem violar a Constituição, sim, aqueles que não obedecem os Poderes, que não respeitam as Leis, aqueles que se acovardam na hora de definir as competências, as atribuições, os seus valores, a sua dignidade. Entre um requerimento que prejudica uma mensagem cristalinamente constitucional, eu fico com a men-

sagem.

Nós, hoje, temos um assunto a decidir e que vai formar jurisprudência nesta Casa. O Tribunal de Justiça, usando da prerrogativa do Art. 96, inciso II, alínea b, cumpriu com o dever constitucional ou decidindo inversamente, nós estaremos firmando jurisprudência que não tem valor nenhum! E será pecado chamá-la de jurisprudência, que é revogar este artigo e dar atribuição a quem não tem, ao Governador, ao Chefe do Poder Executivo.

Aqui está a grande responsabilidade do Parlamento. Não me venham depois, pedir prerrogativas! Não venham me falar, depois, em defesa da lei e da Constituição! Não me venham falar no Dr. Ulysses Guimarães, com o seu prefácio tão facilmente esquecido, quando se decidem as coisas em cima daquilo que há de mais sério, daquilo que foi construído com muito sacrifício e muita luta, neste País, que é a sua Constituição!

Não, este requerimento - e peço desculpas ao ilustre autor, Cândido Bastos, por quem tenho maior respeito e a maior admiração, e Vossa Excelência há de convir que este requerimento não pode ser nem apreciado, conforme levantava-se a questão, agora questão de ordem. Mas não só pela questão de ordem. Ele não pode ser apreciado porque revoga a Constituição! E requerimento revogar a Constituição é golpe contra a instituição do Parlamento que nós representamos! Ou nós vamos ser dignos daqueles votos de dois anos atrás ou vamos assinar, aqui, hoje, o atestado de que aqueles fatos hoje foram esquecidos! Pode acontecer isto que nós vamos assinar. Aqueles que concordarem com este requerimento, poderão assinar e dar o testemunho, hoje, de que se esqueceram dos votos de dois anos atrás. Mas, daqui há dois anos, haverá de ter uma prestação de contas. Não só no aspecto político. Não, meus companheiros do PMDB, mas na interpretação daquilo que é mais digno e mais sagrado, daquilo que todos os povos civilizados, todos os povos que lutam pela democracia, têm!

Estamos na antevéspera, e eu sempre gosto de citar, do bicentenário da Revolução Francesa, de 1789, e a França se prepara para comemorar este movimento libertário em que jogou o feudalismo nas cinzas da História e se prepara para mostrar a todos nós que aquela Revolução, sim, liberal no momento... para encerrar... e a ascensão da burguesia é um recado muito maior. É o recado à humanidade. Mas, aquele movimento revolucionário teve constituições, teve mortes, teve sangue! Mas tem um sentido maior, que é o sentido da liberdade. E esta liberdade só existe quando existir a Lei! E para que a Lei e a

Constituição imperem, Sr. Presidente, este requerimento não pode ser apreciado porque ele não tem o poder de arquivar uma mensagem de um Poder que a encaminhou, devido a inconstitucionalidade.

Muito obrigado.

(Palmas)

O SR. PEDRO TONELLI (Para encaminhar) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, quero congratular-me e fazer minhas as afirmações do nobre Líder da Bancada "tucana", do PSDB, neste Parlamento, pela sua análise, pelas suas opiniões com relação à matéria ora em votação que concordo plenamente, ela é nada mais, nada menos, que uma vergonhosa atitude, desrespeitosa, revogando a nova Constituição.

Inicialmente, quero dizer a todos que aqui estão, que o Partido dos Trabalhadores, apesar de não concordar plenamente, e por isso votou não a esta Constituição que aí está, respeitando a vontade da maioria dentro do processo constituinte, o nosso partido assinou esta Constituição que está em vigor. E o Partido dos Trabalhadores, apesar do seu questionamento, do seu não, nós estamos clamando fragorosamente para que se cumpra esta Constituição. Avanços ou atrasos, não sei. Mas é o que foi possível para este momento. No entanto, temos que respeitá-la.

Eu retomo aqui o que foi motivo de muitas afirmações e denúncias e pronunciamentos deste Parlamentar no passado e que hoje continua matéria viva. São dois pesos e duas medidas.

Eu pergunto à bancada do PMDB, ao seu líder; eu pergunto ao autor deste requerimento, nobre Deputado Cândido Bastos, o porquê do nobre Deputado e a bancada do Governo não adotarem o mesmo comportamento que adotam hoje quando nós votamos aqui o Orçamento do Estado do Paraná, há dois meses atrás. Há dois meses atrás, é bom que nós relembremos, nós votamos aqui uma mensagem palaciana aonde nós aprovamos o Orçamento baseado nos princípios estabelecidos na nova Constituição Federal da República do Brasil.

Naquela época, há dois meses atrás convinha ao Governador Álvaro Dias usar a Constituição vigente, a Constituição Federal. Naquele momento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Constituição Estadual ficava em segundo plano.

Agora, eu pergunto nobre Presidente e nobres Parlamentares, o porquê que agora em 1989, o porquê que agora nós temos que fazer valer a Constituição do Estado do Paraná, porque a nova Constituição do Estado do Paraná ainda não foi elaborada. Será que é simplesmente porque convém ao Executivo ou nós estamos adotando dois pe-

sos e duas medidas. Continuamos ajoelhados diante do Executivo, Sr. Presidente, Srs. Deputados ou vamos, como disse o Deputado Nereu Massignan, vamos conquistar na prática as prerrogativas que temos. Se o Executivo está surdo com a nova Constituição, vamos nós que somos um Poder independente, compreender que a nova Constituição Federal dá o direito ao Tribunal de Justiça tomar iniciativa. Vamos respeitar a sua iniciativa e vamos analisar não só a iniciativa, o seu mérito também. E se nós julgarmos que o mérito não serve, vamos alterá-lo. Vamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fazer uso das prerrogativas que o Poder Legislativo tem. Vamos respeitar a nova Constituição. Vamos usar um peso e uma medida só! E, para que isso aconteça, não podemos, de forma alguma, votar favorável ao requerimento do nobre Deputado Cândido Bastos. Vamos apreciar as matérias, segundo competência pré-estabelecida pelas Leis, pelo regulamento que rege a sociedade brasileira! Se o mérito da Mensagem de autoria do Tribunal de Justiça não serve para o Executivo, não serve para o povo do Paraná, não serve para o Legislativo, não é conveniente para o momento. Não vamos nos travestir, nos maquiar de casuísmos para deixar de assumir uma responsabilidade, que deve ser nossa!

Vamos, Bancada do PMDB, vamos cumprir a Constituição! Vamos respeitar as iniciativas, a competência de quem é, e vamos derrotar este requerimento, defendendo uma ordem pré-estabelecida, porque todos nós sabemos que, se prevalece a lei do mais forte, se prevalece a lei de quem pode mais chora menos, nós, dentro em breve, teremos a sobrevivência de meia dúzia e a escravidão da maioria, a exemplo dos anarquismos que aconteceram em muitos lugares do mundo, porque, "em galinheiro onde está livre a raposa e a galinha, a raposa engole a galinha e a galinha nunca comerá a raposa!" Por isso é que existe a Lei, por isso é que existe a Constituição, é para que existam normas que devem ser cumpridas para todos. Todos têm que cumpri-la, o Executivo, o Legislativo, o Judiciário, o povo, os governantes terão que respeitar a nova Constituição, porque se isso não acontecer, eu não sei porque foi constituída uma Constituinte e porque é que foi feita uma nova Constituição!

Era isso, Sr. Presidente, era isso, Srs. Deputados.

Muito obrigado.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente congratulo-me com o pronunciamento do ilustre Deputado Nereu Massignan, Líder da Bancada do PSDB nesta Ca-

sa, que focou muito bem, o que representa o requerimento do nobre Deputado Cândido Bastos.

Em 2º lugar, minha integral solidariedade ao Deputado Valderi Mendes Vilela; algumas praxes parlamentares, algumas vezes são esquecidas nesta Casa, infelizmente!

Sr. Presidente, a ser mantida a posição da Bancada do PMDB, na votação do requerimento do Deputado Cândido Bastos, este Legislativo estará praticando mais alguns atos que somente servirão para deneigrar este Poder e deixar bem claro de que aqueles que lutaram pelo retorno das prerrogativas aos Parlamentares, não estavam preparados para serem titulares das mesmas!

Antes de continuar, faço uma indagação ao nobre Presidente. A Ordem do Dia, que em avulsos foi distribuída aos nobres Deputados, sofreu alguma alteração, após o início da sessão, ou não? Se a Mesa se dignar a responder...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Se Vossa Excelência está com a Ordem do Dia, Vossa Excelência poderá mencionar, porque tenho a Ordem do Dia aqui também.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Se a Ordem do Dia é a mesma, é bom que todos saibam que o 1º item a ser votado é a Mensagem do Governador a respeito da tal majoração de vencimentos do funcionalismo público, embutida na qual está também uma mensagem que não aceita aquela enviada a esta Casa pelo Poder Judiciário. Agora, eu pergunto: se uma mensagem que está no 1º item de votação, vai receber regime de preferência, preferência de quê? Há alguém, há alguma mensagem antes do item um? Nós estamos não apenas legislando mal, estamos nos dando um atestado de burros nesta Casa. Preferência para o que já é o 1º item, eu não sei mais o que é!

Mas, parece-me que a finalidade do requerimento é uma só, é rechaçar, é sepultar de vez a iniciativa do Poder Judiciário através do Presidente do Tribunal de Justiça, de ter enviado a esta Casa, de acordo com a Constituição Federal, a mensagem tratando do aumento dos vencimentos dos Magistrados, é o que quer o Governo e a Bancada do PMDB: 1º - desrespeitar claramente a Constituição Federal; 2º - atestar que todos somos burros ao darmos preferência àquilo que já é preferencial na votação da Ordem do Dia; 3º - sepultar a tentativa do Poder Judiciário de exercer a autonomia que lhe deu a Constituição Federal.

No momento em que nós admitimos que o Governo do Estado e a Bancada do PMDB sepultem a tentativa de se exercitar o di-

reito à autonomia do Poder Judiciário, nós estamos também abrindo uma vala neste Legislativo para sermos todos sepultados e ficar apenas um Poder neste Estado, o Executivo com o todo poderoso chefe do Palácio Iguagu.

Sr. Presidente, nós já sabemos que as votações daqui para a frente vão se repetir, 24 votos do PMDB contra 21 ou 22 da oposição. As oposições, seria lícito utilizar o instrumento de retirar-se do Plenário e não dar quorum para votação de matéria nenhuma durante a tarde de hoje, porque o PMDB tem 24 Deputados, faz a maioria, mas não tem número legal para votar as mensagens. As oposições poderiam retirar-se do plenário e nada seria votado durante a tarde de hoje, provavelmente durante esta semana também. Não faremos isso, porque nós, acima de tudo, estamos preocupados com a defasagem salarial de todos os funcionários públicos do Paraná. Ficaremos, deixaremos bem claro, todos os Partidos de Oposição, que não aceitamos o atestado de burrice que a Bancada do PMDB, através desse requerimento, quer passar neste Legislativo e transmitir a todo o Estado do Paraná. Votaremos contra o requerimento, porque ele é inconstitucional e não deveria ter sido recebido pela Mesa, como muito bem salientou o Deputado Luiz Alberto Oliveira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Rafael Greca para encaminhamento de votação.

O SR. RAFAEL GRECA (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, lembrou o Deputado Edmar Luiz Costa, no seu lúcido pronunciamento, as duas obrigações desta Assembléia: a obrigação do respeito à Constituição Federal, que foi jurada quando da instalação da Constituinte Estadual, que está em curso; e a obrigação social que temos, nós, os Deputados do Paraná com o funcionalismo público do Estado.

Lembrou ainda outra obrigação, o Sr. Deputado, a obrigação que temos nós com a luz, com a inteligência, com a recusa do que é obscuro, do que é trevoso, porque é inconfessável, mas infelizmente ainda é palaciano. Entre a obrigação do respeito à Constituição e obrigação social, ficamos divididos. Esvaziar o plenário para não deixar que o absurdo passe e concordar com o absurdo pela omissão de não esvaziarmos o plenário. Assalta as cabeças dos Deputados da Oposição esta dúvida. No entanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, enquanto não se resolve a dúvida vamos nós lendo o que de ciência estampa os livros, este programa do PMDB, programa, estatuto e código de ética da coleção Alberto Pasquali-

Curitiba, quarta, em 11.01.89

ni, que me deu, quando era moço, o Dr. Ulysses Guimarães, aliás, moço era eu, ele ainda não era faraó, não estava mumificado. Diz o seguinte, o programa:

"O Poder Legislativo terá autonomia e independência preservadas, recuperadas as garantias efetivas ao exercício dos mandatos legislativos. Serão extintos os dispositivos que permitam aprovar automaticamente projetos do Poder Executivo e transformem o Poder Legislativo num órgão dependente, que se manifesta pela omissão e não pela votação expressa da votação popular."

Eia! Srs. Deputados do PMDB, sois ainda em maior número por causa do Plano Cruzado, pela eleição pretérita, pela ordem popular pretérita. Acordai! Despertai! Atendei! Nem sempre o que é do interesse do príncipe e do Palácio, é do interesse do povo e do povo legitimamente representado, em três Poderes que qualificam a democracia: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

Mas, voltemos à leitura do alfarrábio tão antigo e venerável do programa do PMDB: "O Poder Judiciário e os seus integrantes estão amparados pelas prerrogativas e garantias que assegurem a sua independência, dispondo de meios e recursos indispensáveis à realização da justiça rápida, da justiça eficaz, da justiça acessível às camadas mais carentes e desassistidas das sociedades."

Sr. Juiz Francisco de Paula Xavier Neto, Meritíssimo Juiz Presidente da Associação dos Magistrados do Paraná, onde vale a letra e a lei do programa dos Deputados do PMDB? Se se fere manifestamente este princípio no requerimento do Deputado Cândido Bastos, quando se nega à Magistratura do auto governo, que é um afloramento do princípio da própria independência do Juiz.

Srs. Deputados, paranaenses que estão nesta Assembléia, até quando o País sem lei e o Paraná, território deste País sem lei, até quando o País das leis que pegam e das leis que não pegam, e parece que o Governo, agora, insiste em que não pegue a lei que ele nega, os poderes da ditadura, os poderes de antanho. Até quando o Governo, usando a dialética do conflito entre os contrários, a velha tática do "PCBAO", criar conflitos onde conflitos não existem?

Srs. membros da Magistratura Pública, Srs. membros do Ministério Público, atendei! Não há conflito entre a sua reivindicação e a reivindicação da Magistratura. Se se der à Magistratura preferência, dar-se-á ao Ministério Público a devida isonomia, expressa na Constituição Federal. Srs. Deputados, atendei! Não há este conflito que, tentavelmente, semearam o Palá-

cio Iguazu nas conversas nos corredores deste Parlamento. Ainda que fosse para confirmar privilégios, até o Deputado Pedro Tonelli, do PT, tal coisa reconheceu nesta tribuna. Valia fazer valer a Mensagem do Sr. Presidente do Tribunal de Justiça como uma homenagem à Constituição, como uma homenagem ao nosso juramento de Parlamentares, como uma homenagem à vez primeira em que um outro Poder toma a decisão expressa na Constituição e usar das suas prerrogativas. Até quando as Leis que pegam e as que não pegam, eles não têm tambores para fazerem rufar para determinarem a nossa decapitação, senão com certeza os pródomos da Revolução Francesa estariam sendo encenados no Paraná.

Como não têm tambores, têm requerimentos e datilógrafos; como não têm tambores, nem armas e não podem silenciar a Assembléia, tentam desmoralizá-la; como não têm tambores nem armas para fazer as loucuras que fizeram os reis perderem a cabeça, no começo da Revolução Francesa, porque tanto fizeram os palacianos, que os reis negassem a liberdade, a igualdade e a fraternidade, a solidariedade entre as pessoas, tentam nos fazer perder a cabeça aqui, votando o que vai errado, o que não é lícito, tentam nos calar pelo número que é um pouquinho maior; tentam nos calar pela contradição, de oprimir o funcionalismo público, negando a correção salarial de dezembro, mandando aumento em cima da correção salarial de novembro e fazendo coincidir com a opressão da Magistratura, com a opressão dos funcionários todos.

Se governar é isto, governar não deve ser bom. Se governar é isto, governar não deve ser lícito. Se governar é isto, governar não deve ser legítimo, nem constitucional e seremos nós então transformados em anarquistas, porque nos ensinaram que governar é bom, é legítimo, é lícito e ensinaram aos Deputados do PMDB esta cartilha que previa correções salariais de 10% cada vez que a inflação superasse os 10%. Pouparei a Assembléia? Não, não pouparei. Lerei, lerei para a Assembléia o texto do programa do PMDB que diz o seguinte, à sua página 34: "O PMDB defende o salário móvel, considera que a reposição do poder de compra do salário deve ser feita cada vez que a elevação do custo de vida ultrapasse 10%, como forma de evitar que a desvalorização da moeda anule os efeitos dos reajustes nominais sobre o poder aquisitivo dos trabalhadores."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, política é a conciliação das palavras e dos atos na sentença platônica, da fundação da política no Ocidente. Política é a confirmação da democracia pelo reconhecimento da independência entre os poderes, política é o respeito aos oprimidos e talvez até

tratar de maneira desigual aos desigualmente tratados pelas instituições e pelo próprio momento social e histórico. Agora, política pode ter muitas definições, mas política não é isto que vai expresso no requerimento do Deputado Cândido Bastos, que é a própria negação da democracia, do nosso juramento constitucional, é o próprio conflito com o Poder Judiciário e é também a negação do programa do PMDB.

Receba, Deputado Cândido Bastos, deste seu colega, a solidariedade mais profunda, porque como ser humano, sabe Deus quais razões fizeram Vossa Excelência assinar tão macabro documento.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação. Srs. Deputados que aprovam o requerimento...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Para discutir)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar a votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Eu consulto Vossa Excelência se posso discutir ao invés de encaminhar?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não, o requerimento está em fase de votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Eu encaminho a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, Vossa Excelência.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - O célebre orador sacro, Padre Antônio Vieira, falava sobre as pressões e sobre os pedidos num dos seus sermões e dizia que há alguns pedidos que se faz de joelhos, olhando para o chão, porque o que se pede não é justo. Mas há outros pedidos que se pede com altivez porque se exige justiça. Hoje, o que se verifica nesta Casa de Leis, é um pedido de justiça, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Não estão aqui os nobres magistrados do Paraná nem os funcionários públicos a solicitar alguma coisa ilícita ou injusta ou que o Governo seja incapaz de atender. Não. Eles solicitam, em primeiro lugar, a dignidade do Poder Judiciário, a autonomia financeira e administrativa de um dos poderes do Estado que foi em boa hora restabelecida pelo texto da Constituição. Não pedem aqui apenas o seu salário. Pedem mais. Pedem condições para que se pratique neste Estado uma justiça mais ágil, mais célere, mais consentânea com os problemas que o nosso povo enfrenta. E na medida em que o Go-

verno Álvaro Dias estabelece a manobra que está estabelecendo nesta tarde, está-se simplesmente rasgando o texto da Constituição Federal que estabelece ao Poder Judiciário aquela possibilidade legal da sua autonomia financeira e administrativa. Mensagem que foi encaminhada a esta Casa por um dos mais sérios, mais ilustres, mais competentes homens públicos deste Estado, que é o Desembargador Mário Lopes dos Santos, a quem o Paraná deve sempre render suas homenagens por sua honradez e dignidade no exercício das funções públicas. Pois bem, está-se solicitando justiça e de outro lado está-se tentando rasgar a Constituição.

Lembrou o Deputado Nereu Massignan o prefácio do Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, Presidente do Partido Oficial. Eu relembro aqui, Sr. Presidente, memorável sessão da promulgação da Constituição Federal. Dizia, num discurso que foi transmitido ao sentimento e ao coração de cada brasileiro, que trair a Constituição era trair a Pátria. Essas são as palavras do Presidente do PMDB. Pois bem, aprovando a manobra para a cena que não é, faço justiça, nenhuma manobra de um Deputado do PMDB desta Casa, mas é a manobra do Palácio. O que está se fazendo é desrespeitar a Constituição. É rasgá-la. É jogá-la na lata de lixo.

Apelo, portanto, peço, portanto à Bancada do Governo nesta Casa, para que votemos em favor da dignidade do Poder Judiciário e para que votemos em favor da reposição salarial aos funcionários públicos, porque em 1988 o Governo teve um aumento de arrecadação de 2.500%. Deu apenas para o funcionalismo público 570%. Quer dar agora mais 80% em dezembro, o que perfaz 900 e poucos por cento, não chegando a cobrir a elevação do custo de vida de um Governo que é dirigido pelo PMDB a nível nacional. É o apelo que faço aos nobres componentes da Bancada Governista nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o requerimento.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Para encaminhar)
- Sr. Presidente, não seria necessário que eu rapidamente me pronunciasse acerca da discussão que se trava nesta Casa. É o fato de termos aqui duas mensagens conflitantes, uma do Poder Judiciário e outra do Poder Executivo.

O entendimento dos oradores todos que foram à tribuna, cujos argumentos nós também aplaudimos é de que não há discussão, é inquestionável a competência de iniciativa do Tribunal de Justiça. Isso é indis-

cutível no meu entendimento também.

Agora nós temos aqui um remédio. A Bancada governista tem um remédio nesta Casa para a solução, não apenas a inversão da Ordem do Dia, a preferência prejudicando a Mensagem, a proposta do Judiciário, a própria Bancada que é majoritária nesta Casa através de Emenda, porque a Constituição Federal diz que é privativo do Tribunal de Justiça a iniciativa no encaminhamento ao Poder Legislativo. Daí nós termos competência para examinarmos os valores, os percentuais que se pedem. Tenho aqui telex, telegrama de alguns Estados aqui do Sul especialmente dizendo que lá o Governo daqueles Estados atenderam e se curvaram ao dispositivo constitucional, mas não dizem aqui quanto vão ganhar, quanto vão perceber os Srs. Juizes e Desembargadores, membros do Ministério Público e Conselheiros até o Tribunal de Contas. Portanto, é de entendimento deste Parlamentar dizer que não se discute a iniciativa. Seria discutir a validade, a vigência ou não da Constituição de 5 de outubro.

O que compete a esta Casa, no meu modesto entendimento, é que ela deve solucionar, resolver através da competência que tem, cujos dispositivos nós encontramos no Regimento Interno desta Casa. Se assusta ao Governo os valores dispendidos com a folha de pagamento, não só ao Governo do Estado do Paraná e do Brasil, é, sem dúvida alguma, esta politicagem que se implantou de empreguismo aos anos que se passam.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento queiram conservar-se como estão. Aprovado.

O SR. VALDERI MENDES VILELA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai proceder à verificação de votação e em seguida, se Vossa Excelência desejar, fará a chamada nominal.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Cândido Bastos, queiram levantar-se. 25 Srs. Deputados aprovam...

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Tem 22 Deputados...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai proceder à votação nominal dos Srs. Deputados com verificação de votação.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Meus parabéns à Presidência que adota um instrumento regimental altamente democrático e responsável.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Aliás, os Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Cândido Bastos dirão sim e os que rejeitam dirão não.

Antônio Annibelli -
Eduardo Baggio - sim
Ferrari Júnior -
Anibal Khury -
Lindolfo Júnior - sim
Vera Agibert - sim
José Alves - não
Acyr Mezzadri - sim
Algaci Túlio - não
Amélia Hruschka -
Antônio Barbara - sim
Antônio Costenaro Neto - não
Artagão Mattos Leão - sim
Basílio Zanusso - não
Caíto Quintana - sim
Cândido Bastos - sim
David Cheriegate - não
Dirceu Manfrinato - sim
Djalma de Almeida César - sim
Edmar Luiz Costa - não
Erondy Silvério - sim
Ezequias Losso - não
Germote Kirinus - sim
Haroldo Rodrigues Ferreira - não
Hermas Brandão - sim
Homero Oguido - sim
Irondi Pugliesi - sim
João Arruda - não
José Afonso Júnior - sim
José Felinto -
José Rogério Carvalho - não
Lauro Lobo Alcantara - sim
Leônidas Chaves - não
Luiz Alberto Oliveira - não
Luiz Antonio Setti - não
Namir Piacentini - não
Neivo Beraldin - sim
Nelson Vasconcellos - não
Nereu Carlos Massignan - não
Nestor Baptista - sim
Nilton Barbosa - sim
Orlando Pessuti - sim
Paulino J. Delazeri -
Paulo Furiatti -
Pedro Tonelli - não
Pirajá Ferreira - sim
Quielise Crisóstomo - sim
Rafael Greca - não
Raul Lopes - não
Sabino Campos - sim
Tadeu Lúcio Machado - sim
Valderi Mendes Vilela - não
Werner Wanderer - não

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Confir-

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela Ordem) Eu indagado como fica o voto do Primeiro Secretário.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Luiz Carlos Alborghetti) Eu voto sim, vou votar com a Bancada.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Vinte e seis (26) Senhores Deputados, (confirmação) votaram SIM; vinte e um (21) Senhores Deputados votaram NAO. Aprovado o requerimento.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 001/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 02/89), que objetiva majorar, a partir de 1º de janeiro de 1989, os vencimentos dos funcionários dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Tribunal de Contas do Estado, dos membros da Magistratura e do Ministério Público, dos Conselheiros e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado e o soldo dos integrantes da Polícia Militar. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no DA nº 145, de 13.01.89 - Mensagens) Em votação.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO (Lê) - Comissão Geral.

Comissão de Constituição e Justiça.

Parecer ao Projeto de Lei nº 001/89.

O presente plano de lei oriundo de Mensagem Governamental nº 02/89, tem como objetivo majorar, a partir de 1º de janeiro deste exercício, os vencimentos dos funcionários dos Poderes: Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, dos Membros da Magistratura e do Ministério Público, dos Conselheiros e dos Procuradores do Tribunal de Contas do Estado e o soldo dos integrantes da Polícia Militar.

Tal medida reflete a constante preocupação do Governo do Estado no sentido de manter, na medida de suas possibilidades, e da possibilidade dos cofres públicos do Estado do Paraná, a remuneração dos servidores do Estado em níveis que se aproximam do que é justo e atual. Sob o aspecto... (manifestação da platéia)

Sr. Presidente, lamentavelmente, não podemos exercer com tranquilidade o nosso mandato nesta Casa em função... (manifestação da platéia)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa suspende por 10 minutos a sessão e, se os fatos se repetirem, vai solicitar a evacuação das galerias.

(Faz soar os tímpanos)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está reaberta a sessão. Os trabalhos estão reabertos. Os Srs. Deputados conservem-se em seus lugares. Com a palavra o nobre Deputado, relator, Tadeu Lúcio Machado, para conclusão.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Sr. Presidente, irei concluir Parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

(Lê): "Sob o aspecto legal e constitucional a que é chamada a opinar esta Comissão, temos que nada há que possa obstar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa.

Nesta condição, nosso Parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, com aditamento da Mensagem nº 003/89. Sala das Sessões, em 11 de janeiro de 1989."

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sr. Deputado Cândido Bastos, com a palavra, para relatório.

O SR. CÂNDIDO BASTOS (Lê): "Comissão Geral - Comissão de Finanças. Parecer ao Projeto de Lei nº 001/89. O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 02/89 tem por objetivo majorar, a partir de janeiro, de 1º de janeiro de 1989, os vencimentos dos funcionários do Poder Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, dos membros da magistratura e do Ministério Público, dos Conselheiros e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado, e o soldo dos integrantes da Polícia Militar. A dou-ta Comissão de Constituição e Justiça, analisando sob o aspecto legal e constitucional, deu Parecer favorável à matéria. No que compete a esta Comissão de Finanças, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação da matéria por esta Casa de Leis.

Assim sendo, o nosso Parecer é favorável, opinando-se pela aprovação do mesmo, com aditamento da Mensagem Governamental nº 003/89. É o Parecer. Sala das Sessões, em 11 de janeiro de 1989."

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em discussão o Projeto de Lei nº 001/89, com os Pareceres dos relatores. Em votação.

Com a palavra o Deputado Edmar Luiz Costa, para encaminhar a votação.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA (Para encaminhar) -

Sr. Presidente, eu acredito que deva ser colocado, em primeiro lugar, em discussão e votação o Parecer, e não o Projeto. E eu quero discordar do Parecer do Deputado Tadeu Lúcio Machado, por quem tenho uma admiração muito grande e de quem sou

Curitiba, quarta, em 11.01.89

amigo particular, porque ele fala que não encontrou nada no aspecto constitucional que impedisse a tramitação da Mensagem do Governador. Ora! Não existe vício constitucional. Acabaram com a Constituição neste Projeto de Lei, a Constituição Federal.

Portanto, eu entendo que deva ser votado primeiramente o Parecer, para que os Deputados possam votar contra o Parecer e deixar bem claro aqueles que respeitam e aqueles que desrespeitam a Constituição do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Procede à Questão de Ordem levantada pelo nobre Deputado Edmar Luiz Costa. Vou proceder à votação dos Pareceres, antes que se proceda à votação dos Projetos.

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem) - Eu quero exarar um Parecer em nome das Bancadas da Oposição, para que possa ser contraposto ao Parecer do nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado.

Considerando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a Mensagem do Sr. Governador do Estado é eivada de erro constitucional e atenta integralmente contra a Constituição Federal em vigor, salvo seja suprimido do teor do presente diploma a ser votado, a expressão "aumento relativo ao Judiciário" ou "reposição salarial relativa ao Poder Judiciário", nós votamos contrariamente à Proposição do Deputado Tadeu Lúcio Machado, porque entendemos que a partir do dia 05 de outubro de 1988, quando da promulgação da Constituição Federal, em vigor, já não vale mais a prerrogativa do Governador em definir as reposições salariais da magistratura, podendo a magistratura desautorizar esta Assembléia se esta Assembléia assim entender, de votar com o Governador, aplicando um outro diploma legal gerado no seio da magistratura para os seus próprios vencimentos.

É este o parecer, porque não deve a Assembléia incorrer em erro que atente contra a Constituição, sob pena, inclusive, de se ameaçarem os poderes constituídos do Estado.

Inclusive, eu acho, e agora pego a vênua dos Srs. nobres colegas, porque "ad verum non satis unis opinio", mas eu imagino que vale, inclusive, se nós concordarmos com o Deputado Tadeu Lúcio Machado, o princípio da declaração de intervenção do Estado, por desrespeito à Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Parecer do Deputado Tadeu Lúcio Machado, Deputado Cândido Bastos, com o Parecer verbal do nobre Deputado Rafael Greca, que fará parte do Processo que está em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam os Pare-

ceres dos Deputados Tadeu Lúcio Machado e Cândido Bastos, queiram conservar-se como estão. Aprovado.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA (Pela Ordem) - Requeiro que conste da Ata o voto contrário das oposições.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeitamente. Já está caracterizado pelo voto do nobre Deputado Rafael Greca.
Votação ao Projeto.

O SR. PEDRO TONELLI (Para encaminhar) -

O SR. VALDERI VILELA (Pela Ordem) - Eu gostaria que Vossa Excelência relevasse essa posição porque o nobre Deputado Algaci Túlio solicitou para discutir a matéria e está aguardando desde o início da sessão para discuti-la. Então, eu pediria a reconsideração da decisão de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Realmente o Deputado pediu a palavra para discutir o Projeto e eu concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para discutir) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É a matéria das mais importantes a que discutimos hoje nesta Casa. Trata-se do Projeto de Lei nº 001/89 do Poder Executivo que objetiva majorar a partir de 01 de janeiro em curso os vencimentos dos funcionários do Poder Executivo, Judiciário, Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, dos membros da Magistratura do Ministério Público, dos Conselheiros e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado, da Polícia Civil e o soldo dos integrantes da Polícia Militar. Afinal, de todo funcionalismo do Estado.

E a matéria encontra-se em regime de urgência, tendo chegado a esta Casa no último dia 9. Ou seja, menos de 48 horas. Entendemos que a matéria é urgente, mas talvez, pela importância do objetivo, pelo alcance do projeto de lei, talvez esta urgência possa nos tirar a possibilidade de ser justos e fazermos com que a justiça seja distribuída igualmente nesta Casa. Senão vejamos, Srs. Deputados, o que diz o Governador na Mensagem que encaminhou a esta Casa o Projeto.

"A medida ora submetida a esta augusta Casa de Leis, reflete a preocupação do Governo do Estado no sentido de manter, na medida do possível, a remuneração dos servidores públicos estaduais em níveis justos e atualizados. Isto obviamente, em perfeita harmonia com a atual conjuntura orçamentária e financeira do Paraná."

Sabemos nós da situação crítica em que

se encontra hoje o pessoal assalariado. O Brasil inteiro, não apenas o Paraná. Sabemos que este não ganha mais sequer para satisfazer suas necessidades básicas: comer, morar, vestir-se, que dirá pagar saúde e educação.

Mas, a situação que o Governo atual levou o País, ela é calamitosa, é apavorante, é assustadora. A inflação corrói o país como um verdadeiro monstro que corre sem freios e sem rumo, porque atinge a todos os setores. Não poupa empregado nem empregador, trabalhador ou empresário. Todos estão envolvidos na roda viva desta inflação galopante. O Estado, é evidente, não poderia estar fora desta roda viva, assim como seus funcionários de um modo geral. Na qualidade de representante do povo e em especial de profissional de comunicação, temos podido acompanhar o drama diário, a quase tragédia que vive hoje o assalariado. Recebe hoje a correção do seu salário, 25%, 30%, amanhã já está com o salário defasado, porque a alimentação, os bens de consumo, a moradia, a prestação de serviços já subiu muito além do reajuste recebido pelo assalariado.

Por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a situação do Estado também é crítica, exatamente pelo desgoverno do Poder Central, pela inconseqüência administrava desse, pelo desrespeito para com o povo, pela omissão, pela inércia, pelo comodismo e por que não dizer, pela prática de atos que são marcados pela corrupção, é que fomos jogados no estado lastimável, calamitoso, em que nos encontramos, povo e governantes, a nível estadual e municipal, a situação é a mesma!

Aliás, vem a propósito dizer, que, na qualidade de vice-Prefeito da Capital do Estado do Paraná, estamos hoje na luta, acompanhando a luta, participando dela, porque a função honorífica de vice-Prefeito, não nos serve; estamos exercendo a nossa função, desde o início, na prática... Mas, nesta condição de vice-Prefeito estamos sentindo os problemas advindos de uma administração voltada, não para os problemas do povo, não para os interesses do povo, mas, promocionais, partidário ou mesmo pessoal. Não vai ser fácil administrar Curitiba com a herança recebida, mas temos a certeza que, com muita luta, com muito sacrifício e a compreensão do povo, nós chegaremos lá!

Mas, isso é assunto, Srs. Deputados, para uma outra oportunidade, vamos para o assunto de hoje, que é o mais importante: reajuste dos vencimentos do funcionalismo público estadual.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, dissemos que a matéria está em Regime de Urgência e que isto poderia trazer problemas para o julgamento justo do Projeto de Lei.

Curitiba, quarta, em 11.01.89

E vejam aqui: tivemos possibilidade de analisar a matéria com tempo curto, com o tempo que dispomos; no fim da manhã de hoje recebemos a Ordem do Dia, e sem poder ter elementos que possam esclarecer o porquê das disparidades entre os reajustes às diversas categorias funcionais? Temos que confessar, nos vemos assim um tanto ou quanto confusos.

Vejam os Srs. o que diz ainda dentro da Mensagem do Sr. Governador do Estado: "A partir de 1º de janeiro de 89 os vencimentos dos integrantes do quadro próprio do Magistério, mediante o acréscimo do índice percentual de 64,98% dos vencimentos vigentes em dezembro de 88 e a partir de 1º de março de 89, mediante complementação de 25,52% dos referidos vencimentos vigentes em dezembro de 88.

A partir de 1º de janeiro de 89, os vencimentos dos cargos da Magistratura, do Ministério Público e dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado, mediante o acréscimo do índice percentual de 112,92%, dos vencimentos vigentes em dezembro de 88 e a partir de 1º de março de 89, mediante complementação de 44,34%, dos respectivos vencimentos, vigentes em dezembro de 88.

A partir de 1º de janeiro de 89 os vencimentos dos funcionários dos quadros do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçada, mediante o acréscimo...

O SR. EDUARDO BAGGIO (Pela Ordem) - Eu solicito ao Sr. Presidente que mantenha a ordem neste plenário, para que os Srs. Deputados possam ouvir as palavras do Deputado Algaci Túlio, que se encontra na tribuna.

Está impossível de se atentar ao que se está discutindo, nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa já solicitou a atenção dos Srs. Deputados para o orador e vai solicitar, mais uma vez, que as pessoas...

O SR. EDUARDO BAGGIO - Caso contrário, solicito a Vossa Excelência que ponha em prática o que diz o nosso Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa solicita aos elementos estranhos ao plenário, que se retirem.

O SR. ALGACI TÚLIO - Continuando então, Sr. Presidente. A partir de 1º de janeiro de 89 os vencimentos dos funcionários dos quadros do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçada, mediante o acréscimo do índice percentual de 98,71% dos vencimentos vigentes em dezembro de 88, e a partir de março de 89, mediante comple-

mentação de 38,76% dos referidos vencimentos, vigente em dezembro de 88.

A partir de 1º de janeiro de 89 os vencimentos dos cargos dos diversos quadros do pessoal civil e militar, dos três Poderes do Estado exceto quanto aos tratados dos itens acima mediante ao acréscimo do índice de percentual de 100% sobre os vencimentos vigentes em dezembro de 88 e a partir de 1º de março de 89, mediante complementação de 39,27% dos referidos vencimentos vigentes em dezembro de 88.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, então, sendo mais prático, o magistério a partir de 1º de janeiro recebe 64,98%, a partir de 1º de março mais 25,52%; o Tribunal de Justiça e de Alçada, a partir de 1º de janeiro, 98,71%, e a partir de 1º de março mais 38,76%; o pessoal Civil e Militar, a partir de 1º de janeiro 100%, a partir de março 39,27%; Magistratura e Ministério Público, a partir de janeiro 112,92% e a partir de março 44,34%. Qual é a justificativa para as diferenças tão grandes nos percentuais? Aqui no processo não diz nada, absolutamente nada. Diz o Secretário da Administração, o Deputado Mário Pereira, que o índice...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa solicita às pessoas que não fazem parte do plenário, que se retirem do plenário.

O SR. ALGACI TÚLIO - ... que o índice de reajuste adotado para fixação de proposta de revisão de vencimentos, é o mesmo resultante da variação do IPC, no período de janeiro a dezembro de 88, ou seja, 933,63%, deduzidas as antecipações concedidas às diversas categorias funcionais.

Pelo que estamos entendendo, as antecipações concedidas às diversas categorias funcionais, serão deduzidas do percentual a ser dado. Quais foram estas antecipações? Foram dadas ao Magistério? Foram dadas ao pessoal Civil e Militar? O processo é vazio o processo é falho, não esclarece absolutamente nada. Será que vamos ter que votar sem saber o que votamos e a quem votamos. Precisamos na verdade, de esclarecimentos para saber o que julgamos e qual deve ser a decisão, para que nenhuma categoria funcional saia prejudicada na votação desta mensagem.

Vejam aqui a diferença, isto apenas no reajuste de janeiro entre a classe do magistério e a da magistratura: é de 45,94%. Porque razão esta diferença entre Magistério e Magistratura? 45,94% Srs. Deputados, Sr. Presidente.

Como falamos no início, a situação pela qual passam os assalariados, seja ele um professor, seja ele um juiz, a situação é crítica igual para todos. Assim entende-

mos que pela defasagem que os salários vêm sofrendo, o percentual é dado para a Magistratura. Não vamos aqui pensar que daqui a pouco isso também estará defasado. O que importa agora é dar condições a esses funcionários de terem os seus salários reajustados, de forma que possam fazer frente às suas necessidades. Agora, o que não dá para entender é o porquê dessa diferença tão grande entre as categorias, entre as classes da magistratura para o funcionalismo do Tribunal de Justiça e Alçada, a diferença é de 14,21%, e para o funcionalismo Civil e Militar é de 12,92%. Isto no 1º reajuste. Qual a razão? Diz o Secretário da Administração, ele diz na mensagem: "Evidentemente no decorrer do ano passado, por motivos especiais, alguns grupos de atividades, como o do Magistério, da Magistratura, do Ministério Público, os Membros do Tribunal de Contas e os funcionários dos Tribunais de Justiça e Alçada, tiveram aumentos diferenciados, devendo esses grupos, nesta oportunidade, ter os respectivos vencimentos reajustados em janeiro em igual índice concedido aos demais funcionários, na forma do que dispõe o Artigo 37, inciso "d" da Constituição Federal, razão pela qual os índices de reposição serão diferenciados de forma a repor para todos os casos o índice de variação do IPC no ano de 1988."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, qual a razão desses aumentos diferenciados? Eu volto a fazer esta indagação. Por que não um salário, um reajuste igual para todos? Será que esses aumentos não foram diferenciados exatamente para compensar categorias que estavam com seus vencimentos totalmente defasados? Que estavam já com grandes diferenças de outros, ou de outras categorias, como é o caso do Magistério e da Polícia Militar, que temos conhecimento, e também o caso da Polícia Civil?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não estamos aqui para criticar que esta ou aquela categoria deve ganhar mais ou menos. Mas, apenas para defender o direito de todas as categorias, não podemos, vejamos bem, não podemos, enquanto não for esclarecido, aceitar que o percentual do Magistério fique quase 50% abaixo das demais categorias. Nós precisamos, Sr. Presidente, de esclarecimentos para que tenhamos condições de votar conscientemente, de forma justa para com todas as categorias, independente da sua posição social. Não podemos admitir esta diferenciação de uma categoria para com a outra, porque todas prestam o mesmo trabalho, o mesmo serviço, com a mesma lisura e com a mesma dignidade para o povo do Paraná...

O Sr. Edmar Luiz Costa - Vossa Excelência concede-me um aparte?

O SR. ALGACI TÚLIO - ...Sr. Presidente, dentro deste questionamento, entendemos que se faz necessário convocar, com a máxima urgência, para que não seja a discussão do Projeto protelada e não venha o atraso desta Casa a ser motivo de impossibilidade de que o pagamento dos vencimentos, reajustados, possam ocorrer na época oportuna. Mas, de qualquer forma, é imprescindível a convocação do Sr. Secretário da Administração, para que, com seus técnicos possa nos esclarecer os motivos reais e não apenas teóricos que este reajuste diferenciado e em percentuais tão diversos.

Concedo um aparte ao nobre Deputado Edmar Luiz Costa.

O Sr. Edmar Luiz Costa - Nobre Deputado, estou acompanhando o pronunciamento de Vossa Excelência ao qual sou solidário, mas, gostaria de destacar mais um detalhe: as diversas mensagens que chegaram na base do conta-gotas a esta Casa no período extraordinário, estabelecem diferenciações na hora de reajustar o funcionalismo público. Mas, não faz diferenciação nenhuma, o Governo do Estado, quando quer criar mais um imposto para o povo pagar. No último item da reunião de hoje, temos o Projeto de Lei nº 345/88, de autoria do Executivo, relativo ao famoso Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal de Comunicação.

Foi realizado um acerto entre as várias lideranças desta Casa, as classes produtoras e também o próprio Governo do Estado, e um substitutivo geral já existe junto ao Projeto, mas permanece um dispositivo que cria o ICMS sobre o consumo de energia elétrica, no valor de 25% e não faz distinção de quem vai pagar ou não, todos aqueles que têm energia elétrica nas suas residências, pagarão 25%, portanto, um imposto a mais para o povo pagar enquanto o próprio Governo quer arrecadar e retirar do funcionalismo público.

Dá de um lado e retira do outro. O pouco que ele vai dar, ele já vai começar a tirar do funcionalismo na conta da COPEL, quando vierem os próximos meses com mais 25%, um imposto novo.

O SR. ALGACI TÚLIO - Tem razão, Deputado Edmar Luiz Costa, está cheio de razão. Na hora da cobrança do imposto, não há diferenciação entre categorias, se é trabalhador, se é empregador, quem é que vai pagar? Todos pagam o mesmo imposto. No entanto aqui, nesta mensagem de reajuste para o funcionalismo, eu repito mais uma vez e chamo à atenção para as categorias aqui presentes, da diferença de uma para com a

outra:

Magistério 64,98% em janeiro, 1º de março 25,52%. Tribunal de Justiça e Alçada, a partir de janeiro 98,71%, 1º de março 38,76%. Pessoal Civil e Militar, a partir de janeiro 100%, 1º de março 39,27%. Ministério Público e Magistratura, a partir de 1º de janeiro 112,92% e a partir de março 44,34%.

Há uma diferença entre todas as categorias e nós entendemos que este aumento, este reajuste, esta reposição, deveria ser igual, idêntica para todas as categorias. Precisamos usar pesos e medidas iguais para todos, mas antes temos que ter elementos que permitam a utilização destes, que permitam julgamento justo e consciente entre todos nós Parlamentares que representamos o povo do Paraná.

É a nossa posição, é a posição deste Parlamentar, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO TONELLI (Para discutir)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhamento de votação Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós, neste primeiro dia de apreciação neste Parlamento de uma Lei importante como eu disse anteriormente para 185 mil famílias paranaenses, de início quero dizer que nós não podemos mais, não temos mais argumentos para concordar com o Executivo, com a Secretaria das Finanças, não podemos mais concordar com o parecer dado pelo Deputado Tadeu Lúcio Machado, pelo nobre Deputado Cândido Bastos, com referência a este Projeto oriundo de mensagem governamental que visa repor as perdas dos servidores públicos do Paraná e o tratamento salarial que eles terão de agora em diante.

Não podemos mais concordar com o argumento publicado mais uma vez nesta tarde, publicado nas justificativas da mensagem de que as reposições serão dadas de acordo com a arrecadação do Estado do Paraná.

Não quero abusar do tempo que esta tribuna oferece ao Partido dos Trabalhadores nesta tarde. Não será difícil compreender. Simplesmente eu quero indagar, quero perguntar principalmente para a Bancada Oficial, a Bancada governista, aos seus líderes, quero perguntar por que será, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que na semana passada nós acabamos de criar e de alterar cinco impostos novos aqui no Estado do Paraná. Hoje estamos votando um sexto imposto, daqui a pouco estaremos discutindo o ICMS. Porque será, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nós criamos aqui há uma semana atrás o imposto de renda para o Esta-

do do Paraná, cinco por cento de incidência do imposto de renda para as empresas do Paraná e para a especulação financeira e os ganhos de especulação neste Estado? Para que esses recursos, Sr. Presidente? Será que não vai aumentar a arrecadação do Estado, criando 5% de imposto de renda? Por que será que este Parlamento aprovou alterações no imposto de veículos e automotores, aumentando a sua alíquota? O que o Executivo fará com esses ganhos reais que o Estado terá? Por que será, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nós aumentamos aqui as taxas judiciárias? Por que será? Foi para vir alegar de novo para os funcionários públicos, com que cara nos vamos justificar aos funcionários públicos que o Estado não está arrecadando, quando todo mundo sabe que nós institucionalizamos em lei o aumento das taxas judiciárias?

Por que será, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nós criamos aqui um monstrenho chamado Contribuição de Melhoria, onde agora o Governo do Estado do Paraná pode cobrar 100% das obras públicas que ele realizar neste Estado? Os contribuintes vão pagar. Como que não está arrecadando? Arrecadação não possibilita dar um aumento real de ganho aos seus funcionários públicos para fazer funcionar a máquina administrativa, a máquina estatal.

Por que será, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nós criamos parte e alteramos outra aqui do imposto de transmissão de bens "causa mortis" ou doações? A semana passada nós aprovamos aqui com o intuito, com o objetivo do Estado do Paraná arrecadar mais. Agora, há poucos instantes, é lamentável que nós tenhamos ouvido pareceres da Bancada oficial, da Bancada governista de que as antecipações serão de acordo com a possibilidade de arrecadação do Estado do Paraná. Se aumentou a arrecadação, efetivamente nós teríamos que aumentar os ganhos reais; quando nós votamos aqui a otenização do IPVA nós teríamos por justiça que votar também a otenização do salário dos funcionários públicos, porque o salário de nenhum funcionário público é otenizado, não é em dólar, não é nem em OTN fiscal, nem uma OTN comum, não é em nada, é em cruzado, no duro, o cruzado que tem 30% por mês de desgaste.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o argumento principal alegado pela Bancada governista e pelo Governo que não pode dar aumento real, não pode corrigir a falta de antecipação do passado, por falta de arrecadação.

Hoje estamos criando aqui, estamos votando, não sei se será aprovado, mais uma Mensagem do Executivo que cria mais um imposto, o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a

Prestação de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicações. Certamente esse novo tributo vai permitir uma arrecadação muito maior de ICM.

E o que estranhamos também neste momento que defendemos o interesse dos funcionários públicos, é o tratamento diferenciado que se dá quando se trata de ferir o interesse do funcionário público do momento que se trata de ferir o interesse dos empresários.

Eu percebi um tratamento diferenciado. Os funcionários públicos já faz tempo que, através das suas entidades de classe, das suas federações, das suas associações, dos seus sindicatos, estão se movimentando, procurando dialogar com o Governo, dialogando com a Secretaria da Administração, com a Secretaria das Finanças, procurando expor a sua triste realidade salarial e pedindo a compreensão do Executivo para que contemple as suas reais e justas necessidades.

A resposta do Executivo foi não. A Mensagem governamental institui a trimesralidade nas reposições e não corrige o arrocho, as antecipações merecidas no ano de 1988, no ano de 1987 e nos anos anteriores. Essa é a resposta que está na Mensagem.

Qual o tratamento dado quando do ICMS quando ele objetiva penalizar certos setores do empresariado com o intuito de arrecadar mais? A Secretaria das Finanças se encontra com os empresários, com os setores empresariais no plenarinho desta Casa, e o que se percebe, Sr. Presidente, é um legítimo "toma lá dá cá".

O setor do empresariado afirma: "Poxa vida!, transporte de gado magro vai ser tributado?

- Sim.

- Não. Mas isso não é justo!

- Ah, então, tudo bem. Então, apresentaremos um Substitutivo e vamos isentar.

Outro setor de venda de automóveis diz não:

- Não, mas 25% é muito.

- Quanto é que se quer, então?

- Ah! 17% no máximo.

- Ah! Então está tudo bem. Será apresentado um Substitutivo e contemplaremos o interesse de Vossas Excelências."

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrado o tempo de encaminhamento de votação de Vossa Excelência.

O SR. PEDRO TONELLI - Só para concluir.

Eu digo aos nobres Parlamentares que fazem parte deste Parlamento nesta tarde: não podemos aceitar dois pesos e duas medidas. Gostaríamos do diálogo sim, o diálogo aberto, sincero. O mesmo diálogo que

houve com os empresários no ICMS nós gostaríamos que houvesse também com os funcionários públicos, mas não houve infelizmente. Esperamos que de ora em diante isso não aconteça mais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto. Os Srs. Deputados que o aprovam queiram conservar-se como estão. Aprovado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 345/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 131/88), que dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). Com PARECERES FAVORÁVEIS da CCJ e CF, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, emenda substitutiva geral, de autoria de diversos Srs. Deputados, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DO PROJETO DE LEI Nº 345/88

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º - Esta lei institui, com base na alínea "b" do inciso I, do artigo 155 da Constituição Federal, o imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS).

CAPÍTULO I

DO FATO GERADOR

Art. 2º - O ICMS tem como fato gerador as operações relativas à circulação de mercadorias e as prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, exceto os serviços prestados pelo rádio e pela televisão, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

Parágrafo único - O imposto incide também sobre a entrada de mercadoria importada do exterior, ainda quando se tratar de bem destinado a uso, consumo ou ativo fixo do estabelecimento assim como o serviço prestado no exterior.

Art. 3º - Ocorre o fato gerador do Imposto;

I - na entrada no estabelecimento destinatário de mercadoria ou bem importados do exterior;

II - na entrada no estabelecimento de contribuinte, de mercadoria ou bem oriundos de outra Unidade da Federação, destinados a uso, consumo ou ativo fixo;

Curitiba, quarta, em 11.01.89

III - na utilização, por contribuinte, de serviços cuja prestação se tenha iniciado em outro Estado e não esteja vinculada a operação ou prestação subsequente alcançada pela incidência do imposto;

IV - na entrada decorrente de aquisição, em licitação promovida pelo Poder Público, de mercadoria ou bem importados e apreendidos;

V - na saída de mercadoria de estabelecimento de contribuinte, ainda para outro estabelecimento do mesmo titular;

VI - na saída de mercadoria de estabelecimento extrator, produtor, gerador de energia, para qualquer outro estabelecimento, de idêntica titularidade ou não, destinada a utilização em processo de tratamento ou de industrialização;

VII - no fornecimento de alimentação, bebidas e outras mercadorias em restaurantes, bares, cafés e estabelecimentos similares;

VIII - no fornecimento de mercadoria com prestação de serviços;

a) não compreendidos na competência tributária dos municípios, como definido em lei complementar;

b) compreendidos na competência tributária dos municípios e com indicação expressa, na lei complementar, de incidência do imposto de competência estadual.

IX - na prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal;

X - na geração, emissão, transmissão, retransmissão, repetição ou ampliação de comunicação de qualquer natureza, por qualquer processo, ainda que iniciada ou prestada no exterior;

§ 1º - Para efeito desta Lei, equipara-se à saída a transmissão de propriedade de mercadoria, quando esta não transitar pelo estabelecimento do transmitente.

§ 2º - Na hipótese dos incisos IX e X deste artigo, quando o serviço for prestado mediante ficha, cartão ou assemelhados, considera-se ocorrido o fato gerador no fornecimento dos instrumentos necessários a sua prestação.

§ 3º - O Estado poderá exigir o pagamento antecipado do Imposto, observado o disposto nos artigos 18 e 19, nos casos de venda ambulante, entrada de mercadoria no Estado para revenda sem destinatário certo.

§ 4º - Estabelecimento destinatário, para os efeitos do inciso I do artigo 3º, em relação ao trigo importado sob regime de monopólio do Banco do Brasil S.A., é a entidade, situado no Distrito Federal.

CAPÍTULO II

DAS OPERAÇÕES NÃO TRIBUTADAS

SEÇÃO I

DAS ISENÇÕES

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar Convênios concessivos de benefícios fiscais na forma prevista em norma complementar a que se refere o artigo 155, inciso XII, letra "g" da Constituição Federal.

Parágrafo Único - Ao regulamentar a matéria tributária o Poder Executivo arrolará as hipóteses de isenção, e imunidade observadas as disposições previstas:

I - em tratados e convenções internacionais;

II - em convênios celebrados ou ratificados na forma de lei complementar a que se refere o artigo 155, inciso XII, alínea "g" da Constituição Federal.

III - na lei complementar a que se refere o artigo 155, inciso X, alínea "a" da Constituição Federal.

SEÇÃO II

DA NÃO INCIDÊNCIA

Art. 5º - O imposto não alcança operação com ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial.

Art. 6º - São imunes ao imposto as operações que destinem ao exterior produtos industrializados, exceto os semi-elaborados.

Parágrafo Único - Consideram-se semi-elaborados aqueles definidos em lei complementar ou em convênio, mediante deliberação dos Estados.

CAPÍTULO III

DOS ELEMENTOS QUANTIFICADORES

SEÇÃO I

BASE DE CÁLCULO

Art. 7º - A base de cálculo do imposto é:

I - na hipótese do inciso I do artigo 3º, o valor constante do documento de importação, acrescido do valor dos Impostos de Importação, sobre Produtos Industrializados e sobre Operações de Câmbio e despesas aduaneiras;

II - no caso do inciso IV do artigo 3º, o valor da operação, acrescido, quando incidente, do valor dos Impostos de Importação, sobre Produtos Industrializados e de todas as despesas cobradas ou debitadas ao adquirente;

III - na saída de mercadoria prevista nos incisos V e VI do artigo 3º, o valor da operação;

IV - no fornecimento de que trata o inciso VII do artigo 3º, o valor total da operação, compreendendo o fornecimento da mercadoria e a prestação do serviço;

V - na saída de que trata o inciso VIII do artigo 3º;

a) o valor total da operação, compreendendo o valor da mercadoria e do servi-

ço, na hipótese da alínea "a";

b) o valor da mercadoria fornecida ou empregada, na hipótese da alínea "b";

VI - na prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, o preço do serviço.

Art. 8º - Nas hipóteses dos incisos II e III do artigo 3º, a base de cálculo é o valor da operação ou prestação sobre o qual foi cobrado no Estado de origem, e o imposto a recolher será correspondente à diferença entre as alíquotas interna e interestadual.

Art. 9º - Integram a base de cálculo do imposto o valor correspondente a:

I - seguro, juros e demais importâncias recebidas ou debitadas, desde que auferidas pelo vendedor, bem como bonificações e desconto concedido sob condição, assim entendida a que estiver subordinada a eventos futuros e incertos.

II - frete, quando cobrado, em transporte for efetuado pelo próprio vendedor.

Art. 10 - Não integra a base de cálculo do imposto o montante do:

I - Imposto sobre Produtos Industrializados quando, a operação for realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado a industrialização ou comercialização, configurar fato gerador de ambos os tributos;

II - Imposto sobre Venda a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos.

Art. 11 - Na falta do valor a que se refere o inciso III do artigo 7º, ressalvado o artigo 12, a base de cálculo é:

I - o preço corrente da mercadoria, ou de sua similar, no mercado atacadista do local da operação, se o remetente for produtor, extrator ou gerador de energia;

II - o custo da mercadoria produzida, assim entendido a soma do custo da matéria-prima, material secundário, mão-de-obra e acondicionamento;

III - nos demais casos, o valor não inferior ao preço de aquisição, à vista.

Art. 12 - Na saída de mercadoria para estabelecimento localizado em outro Estado, pertencente ao mesmo titular, a base de cálculo é:

I - o valor correspondente à entrada mais recente da mercadoria;

II - o custo da mercadoria produzida, assim entendido a soma do custo da matéria-prima, material secundário, mão-de-obra e acondicionamento.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não se aplica às operações com produtos primários, hipótese em que será aplicada, no que couber, a norma do artigo anterior.

Art. 13 - Nas operações e prestações interestaduais, entre estabelecimentos de contribuintes diferentes, quando hower

reajuste do valor depois da remessa ou da prestação, a diferença ficará sujeita ao imposto no estabelecimento do remetente ou do prestador.

Art. 14 - Nas saídas de mercadoria para o exterior, a base de cálculo do imposto é o valor da operação, acrescido dos tributos nela incidentes, contribuições e de todas as demais importâncias cobradas ou debitadas ao adquirente e realizadas até o embarque, inclusive.

Art. 15 - Nas prestações sem preço determinado, a base de cálculo do imposto é o valor corrente do serviço.

Art. 16 - Poderá a Fazenda Pública:

I - mediante ato normativo manter atualizada, para efeitos de observância pelo contribuinte como base de cálculo, na falta do valor da operação de que decorrer a saída da mercadoria, tabela de preços correntes no mercado atacadista das diversas regiões fiscais;

II - em ação fiscal, estimar ou arbitrar a base de cálculo:

a) sempre que sejam omissos ou não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados pelo contribuinte, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado;

b) sempre que incorrer a exibição ao disco dos elementos necessários à comprovação do valor da operação, inclusive nos casos de perda ou extravio dos livros e documentos fiscais;

c) quando houver fundamentada suspeita de que os documentos fiscais e contábeis não refletem o valor da operação;

d) quando ocorrer transporte ou armazenamento de mercadoria sem os documentos fiscais exigíveis;

III - estimar ou arbitrar base de cálculo em lançamento de ofício, abrangendo:

a) estabelecimentos varejistas;

b) vendedores ambulantes sem conexão com estabelecimento fixo ou pessoas e entidades que atuem temporariamente no comércio.

Parágrafo Único - Havendo discordância em relação ao valor estimado ou arbitrado, nos termos do inciso II, caberá avaliação contraditória, administrativa ou judicial.

Art. 17 - O montante do Imposto integra sua própria base de cálculo, constituindo o respectivo destaque mera indicação para fins de controle.

Art. 18 - Na hipótese do § 3º do artigo 3º, a base de cálculo é o valor da mercadoria ou da prestação, acrescido de percentual de margem de lucro, aplicando-se a base de cálculo prevista no artigo 19.

Art. 19 - Na hipótese do inciso XI do artigo 28, a base de cálculo é o preço máximo, ou único, de venda do contribuinte substituído, fixado pelo fabricante ou pela autoridade competente.

§ 1º - Na falta do preço referido neste artigo, a base de cálculo é o valor da operação praticado pelo substituído, incluídos os valores correspondentes a fretes e carretos, seguro, imposto e outros encargos transferíveis ao varejista, acrescidos de margem de lucro de, no máximo, cento e cinquenta por cento (150%).

§ 2º - O imposto retido pelo contribuinte substituído é calculado mediante a aplicação da alíquota vigente nas operações internas sobre o valor da base de cálculo encontrada na forma deste artigo, deduzindo-se do valor obtido, o imposto devido pela operação do próprio remetente.

§ 3º - As mercadorias objeto de substituição tributária e os respectivos percentuais serão arrolados pelo Poder Executivo, com base, quando necessário, em lei complementar ou em convênio.

Art. 20 - O montante do Imposto devido pelo contribuinte, em determinado período, poderá ser calculado por estimativa, observado o disposto no § 4º do artigo 37.

Art. 21 - A base de cálculo do imposto devido pelas empresas distribuidoras de energia elétrica, responsável pelo pagamento do imposto relativamente às operações anteriores, na condição de contribuinte substituído, é o valor da operação da qual decorra a entrega do produto ao consumidor.

Art. 22 - Sempre que o valor da operação ou da prestação estiver expresso em moeda estrangeira, far-se-á a sua conversão em moeda nacional ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador.

SEÇÃO II DA ALÍQUOTA

Art. 23 - As alíquotas internas são seletivas em função da essencialidade dos produtos ou serviços, assim distribuídas:

I - GRUPO A: alíquota de 25% (vinte e cinco por cento) para as seguintes operações com as seguintes mercadorias e bens:

- energia elétrica;
- bebidas alcoólicas classificadas nas posições 22.04, 22.05, 22.06 e 22.08, exceto os códigos 22.08.40.0200 e 22.08.40.0300;
- fumo e seus sucedâneos manufaturados, classificados no capítulo 24;
- perfumes e cosméticos classificados nas posições 33.03, 33.04, 33.05 e 33.07;
- filmes cinematográficos e aparelhos fotográficos e cinematográficos classificados nas posições 37.06 (exceto os códigos 37.06.10.0101 e 37.06.90.0101), 90.06, 90.07 e 90.08;
- peleteria e suas obras e peleteria artificial classificadas no capítulo 43;
- equipamentos de áudio e vídeo, suas partes, acessórios e suportes classificados nas posições 85.18, 85.19, 85.20, 85.21, 85.22, 85.23, 85.24 e nos códigos

85.25.30, 85.26.92, 85.27 e 85.28.10;

- automóveis importados;
- motocicletas de cilindrada superior a 250 centímetros cúbicos, classificados nos códigos 87.11.30 e 87.11.50;
- asas delta, balões e dirigíveis classificados nos códigos 88.01.10.0200 e 88.01.90.0100;
- embarcações de esporte e de recreio classificadas na posição 89.03;
- armas e munições, suas partes e acessórios classificados no capítulo 93;

II - GRUPO B: alíquota de 12% (doze por cento) para:

1. Os serviços de transporte rodoviário;

2. Os seguintes produtos, em estado natural desde que de produção nacional:

- animais vivos;
- carnes e miúdos comestíveis frescos, resfriados ou congelados de bovino, suíno, ovino, coelhos e aves;
- peixes frescos, resfriados ou congelados;
- frutas frescas;
- café cru em grão;
- chá em folhas;
- erva mate;
- trigo em grão, centeio em grão, cevada em grão, aveia em grão;
- milho em espiga e em grão;
- arroz;
- trigo mourisco;
- alpeste, sorgo;
- amendoim;
- soja;
- algodão em caroço;
- mamona;
- girassol;
- colza;
- gergelim;
- feijão, grão de bico, lentilha e tremço;
- ervilha;
- mandioca, batata doce, inhame;
- beterraba de açúcar;
- cana de açúcar;
- fumo em folha;
- lenha e madeira em toras;
- casulos do bicho-da-seda;
- rami em bruto;
- ovos de aves;
- leite.

III - GRUPO C: alíquota de 17% (dezesete por cento) para demais serviços, bens e mercadorias.

Parágrafo Único - Entre outras hipóteses as alíquotas internas são aplicadas quando:

I - O remetente ou o prestador e o destinatário da mercadoria, bens ou serviços estiverem situados neste Estado;

II - da entrada de mercadoria ou bens importados do exterior;

III - da prestação de serviço de

transporte, ainda que contratado no exterior, e o de comunicação transmitida ou emitida no estrangeiro e recebida no País;

IV - o destinatário da mercadoria ou do serviço for consumidor final localizado em outra Unidade Federada desde que não contribuinte do imposto.

Art. 24 - As alíquotas para as operações interestaduais e de exportação são:

I - 12% (doze por cento) para as prestações e operações interestaduais que destinem bens, serviços ou mercadorias à comercialização ou industrialização a contribuintes estabelecidos nos Estados de Santa Catarina, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo;

II - 9% (nove por cento) para as prestações e operações interestaduais que destinem bens, serviços ou mercadorias à comercialização ou industrialização a contribuintes estabelecidos no Distrito Federal, e nos demais Estados não relacionados no inciso anterior;

III - 13% (treze por cento) para as operações de exportação.

Parágrafo Único - Prevalerão sobre as alíquotas previstas neste artigo, aquelas que vierem a ser fixadas em Resolução do Senado Federal.

Art. 25 - Nas hipóteses dos incisos II e III do artigo 3º, exigir-se-á o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interestadual aplicada na origem e a interna aqui vigente.

CAPÍTULO IV DA SUJEIÇÃO PASSIVA SEÇÃO I DO CONTRIBUINTE

Art. 26 - Contribuinte do imposto é o produtor, extrator, gerador de energia, industrial, comerciante ou importador que promove a circulação de mercadorias, e o prestador de serviços descritos como fato gerador de imposto.

Parágrafo Único - Incluem-se entre os contribuintes do imposto:

I - o importador, o arrematante, ou o adquirente, o comerciante, o industrial, o produtor e o extrator;

II - o prestador de serviços de transportes interestadual e intermunicipal e de comunicação;

III - a cooperativa;

IV - a instituição financeira e a seguradora;

V - a sociedade civil de fim econômico;

VI - a sociedade civil de fim não econômico que preste serviços ou explore estabelecimento de extração de substância mineral ou fóssil, de produção agropecuária, industrial ou que comercialize mercadorias que para esse fim adquirir ou produzir;

VII - os órgãos da Administração Pública, as entidades da Administração indireta e as fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, que vendam, ainda que apenas a compradores de determinada categoria profissional ou funcional, mercadorias que, para esse fim, adquirirem ou produzirem ou que prestem serviços de transporte ou comunicação;

VIII - A concessionária ou permissionária de serviço público de transporte, de comunicação e de energia elétrica;

IX - o prestador de serviços não compreendidos na competência tributária dos municípios, que envolvam fornecimento de mercadorias;

X - o prestador de serviços compreendidos na competência tributária dos municípios, que envolvam fornecimento de mercadorias ressalvadas em lei complementar;

XI - o restaurante, o bar, o café, o hotel, a lanchonete e estabelecimentos similares que promovam o fornecimento de alimentação, bebidas e outras mercadorias;

XII - qualquer pessoa indicada nos incisos anteriores que, na condição de consumidor final, adquirir bens ou serviços em operações e prestações interestaduais.

Art. 27 - Considera-se contribuinte autônomo cada estabelecimento produtor, extrator, gerador de energia, industrial, comercial, e importador e prestador de serviços de transporte e de comunicação do mesmo contribuinte.

Parágrafo Único - Equipara-se a estabelecimento autônomo, o veículo ou qualquer outro meio de transporte utilizado no comércio ambulante e na captura de pescado ou na prestação de serviços.

SEÇÃO II

DO RESPONSÁVEL OU SUBSTITUTO

Art. 28 - São responsáveis pelo pagamento do imposto:

I - o transportador, em relação:

a) à mercadoria que despachar, despachar ou transportar sem a documentação fiscal regulamentar ou com documentação inidônea;

b) à mercadoria transportada de outro Estado para entrega sem destinatário certo ou para venda ambulante neste Estado;

c) à mercadoria que entregar a destinatário diverso do indicado na documentação fiscal;

d) à mercadoria transportada que for negociada com interrupção de trânsito no território paranaense;

II - O armazém geral e o depositário a qualquer título:

a) pela saída real ou simbólica de mercadoria depositada neste Estado por contribuinte de outra unidade federada;

b) pela manutenção em depósito de mercadoria com documentação irregular ou inidônea;

c) pela manutenção em depósito de mercadoria desacompanhada de documentação fiscal;

III - O contribuinte estabelecido neste Estado, em relação à saída de mercadoria a ele destinada por produtor, extrator ou gerador de energia paranaense não inscrito no Cadastro de Contribuintes do Estado;

IV - O alienante de mercadoria, pela operação subsequente, quando não comprovada a condição de contribuinte do adquirente;

V - o comerciante atacadista, o industrial, o gerador de energia ou o produtor e o extrator inscritos como contribuintes na forma regulamentada em Instrução da Secretaria da Fazenda, na qualidade de substituto e, em relação à saída promovida por estabelecimento varejista, localizado neste Estado:

a) de cerveja, chope, refrigerante, extrato concentrado destinado ao preparo de refrigerante em máquina "post-mix" e demais produtos classificados nas posições 22.01.02.00 e 22.02 da tabela de IPI, cimento de qualquer tipo, sorvete, açúcar, leite, laticínios, carne bovina, suína, caprina e produtos comestíveis resultantes do abate, em estado natural, resfriados ou congelados, ave abatida e produtos comestíveis resultantes da matança em estado natural, resfriados, congelados ou simplesmente temperados, pescados, alimentos enlatado, envasado ou envolvido em papel celofane;

b) café torrado ou moído, farinha de trigo, pão industrializado e sanduíche de qualquer espécie, goma de mascar e guloseimas semelhantes, fruta e alho importados, suco concentrado de fruta, líquido, em pó ou pasta, bebida alcoólica, fósforo de segurança, isqueiro, sabão, sabonete, cosméticos, pasta dental, creme de barbear, absorvente íntimo, pente, escova dental, lâmina de barbear e aparelho de barbear descartável, filme fotográfico e cinematográfico e "slide", disco fonográfico, fita virgem ou gravada, pilha e bateria elétricas, jóias e bijuterias.

c) caneta, carga de caneta, lápis, borracha, papel, papel carbono, bobina, fita celulose, baralho, garrafa térmica, fio de algodão, de lã, náilon, raíom, tecido, tapete, ferro para construção civil, alumínio para esquadria, telha de amianto, chapa de forração, azulejo, louça sanitária e de cozinha, tinta e verniz, vidro e cristal, fechadura, cadeado, chave pronta ou semi pronta, bomba hidráulica, lâmpada elétrica, fio elétrico fita isolante, tomada, interruptor, pneu, câmara de ar, autopeças, fogos de artifício, cigarro, charuto, cigarilha, fumo e artigos correla-

tos, eletrodomésticos em geral, medicamento, esparadrapo, algodão farmacêutico, gaze, absorvente e mamadeira.

VI - O contribuinte em relação à mercadoria cuja fase de diferimento ou suspensão tenha sido encerrada;

VII - o contribuinte que promover saída isenta, ou não tributada de mercadoria que receber em operação de saída abrangida pelo diferimento ou suspensão em relação ao ICMS suspenso ou diferido concernente à aquisição ou recebimento, sem direito a crédito;

VIII - qualquer pessoa em relação a mercadoria que detiver para comercialização, industrialização ou simples entrega, desacompanhada de documentação fiscal ou acompanhada de documento inidôneo;

IX - o leiloeiro, síndico, comissário, e liquidante, em relação às operações de conta alheia;

X - a pessoa natural ou jurídica de direito privado, nas circunstâncias previstas nos artigos 131 a 138 do Código Tributário Nacional;

XI - o produtor, extrator, gerador de energia, industrial, distribuidor, comerciante ou transportador, pelo pagamento do imposto devido nas operações subsequentes.

§ 1º - O responsável sub-roga-se nos direitos e obrigações do contribuinte, estendendo-se a sua responsabilidade à punibilidade por infração tributária, ressalvada, quanto ao síndico e o comissário, o disposto no parágrafo único do art. 134 do Código Tributário Nacional.

§ 2º - O Poder Executivo, em relação a qualquer mercadoria das constantes do inciso V deste artigo, pode determinar:

a) a suspensão da aplicação do regime de substituição tributária;

b) a atribuição da responsabilidade pela retenção e recolhimento do imposto ao adquirente da mercadoria, em substituição ao alienante.

§ 3º - O Poder Executivo nos casos previstos em convênio ou protocolo, pode atribuir a contribuinte localizado em outra Unidade da Federação, a condição de substituto tributário, impondo-lhe o encargo da retenção e do recolhimento do imposto relativo a operações subsequentes realizadas em território paranaense.

§ 4º - O Poder Executivo poderá excluir o destinatário da responsabilidade de que trata o inciso III deste artigo, atribuindo ao remetente a obrigação de pagar o débito da própria operação, nas seguintes hipóteses:

I - quando o destinatário estiver enquadrado na categoria especial com desoneração total ou parcial do imposto;

II - nos casos em que o destinatário seja sistematicamente inadimplente em relação às obrigações tributárias estabele-

cidas nesta Lei.

Art. 29 - Nos serviços interestaduais de transporte e de comunicação, quando a prestação for efetivada por mais de uma empresa, a responsabilidade pelo pagamento do imposto pode ser atribuída, por convênio celebrado entre os Estados e o Distrito Federal, àquela que promover a cobrança integral do respectivo valor diretamente do usuário do serviço.

Parágrafo Único - O convênio a que se refere este artigo estabelecerá a forma de participação na respectiva arrecadação.

Art. 30 - É também responsável nos termos desta Lei o contratante de serviços ou terceiros que participe de prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Art. 31 - Sairão com suspensão do imposto:

I - as mercadorias remetidas pelo estabelecimento do produtor para estabelecimento de cooperativa de que faça parte, situada neste Estado;

II - as mercadorias remetidas pelo estabelecimento de cooperativa de produtores, para estabelecimento neste Estado, da própria cooperativa, de cooperativa central ou de federação de cooperativas de que a cooperativa remetente faça parte.

Parágrafo Único - O imposto devido pelas saídas mencionadas nos incisos I e II será recolhido quando da saída subsequente, esteja esta sujeita ou não ao pagamento do imposto.

Art. 32 - Fica o Poder Executivo, autorizado a conceder diferimento ou suspensão do imposto em operações ou prestações internas, de exportações e de importações, bem como, na forma prevista em convênios celebrados com os demais Estados e o Distrito Federal, em outras operações e prestações.

§ 1º - Caso a mercadoria ou serviço amparado com diferimento ou suspensão não seja objeto de nova operação tributável, ou se submeta ao regime de isenção ou não incidência, cumpre ao promotor da operação ou prestação, recolher o imposto diferido ou suspenso na etapa anterior.

§ 2º - É assegurado ao destinatário responsável, de que trata este artigo, o direito de utilização do crédito presumido atribuído, pela legislação tributária, ao produto objeto da operação.

SEÇÃO III

DA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA

Art. 33 - São solidariamente responsáveis:

I - os despachantes que tenham promovido o despacho ou redespacho de mercadorias sem a documentação fiscal exigível.

II - os entrepostos aduaneiros ou industriais que promovam, sem a documentação

operações anteriores, apurado por um dos seguintes critérios:

- I - por período;
- II - por mercadoria e serviço; à vista de cada operação;

§ 1º - Observado o princípio constitucional da incumulatividade, o mês será o período considerado para efeito de apuração e lançamento do ICMS, nas hipóteses dos incisos I e II.

§ 2º - O crédito decorrente do ICMS pago em etapas anteriores gera direito apenas a abatimento de débitos do próprio imposto.

Art. 36 - O montante do ICMS a recolher resultará da diferença positiva, no período considerado, do confronto débito-crédito, observados os parágrafos seguintes:

§ 1º - O saldo credor é transferível para o período ou períodos seguintes.

§ 2º - No total do débito, em cada período considerado, devem estar compreendidas as importâncias relativas:

I - a saídas e prestações;

II - outros débitos;

III - estornos de créditos.

§ 3º - No total do crédito, em cada período considerado, devem estar compreendidas as importâncias relativas:

I - a entradas e prestações;

II - outros créditos;

III - estornos de débitos;

IV - eventual saldo credor do período anterior.

§ 4º - Nas situações em que o sistema de registro de saídas não identificar as mercadorias, a forma de apuração obedecerá ao critério estabelecido pela Fazenda Pública, com base nos documentos fiscais de entrada.

§ 5º - Em regime especial, a Fazenda Pública poderá autorizar a apuração centralizada do imposto devido em operações ou prestações realizadas por mais de um estabelecimento do mesmo titular.

Art. 37 - O ICMS relativo ao período considerado será demonstrado mensalmente em livros e documentos fiscais próprios, aprovados em Convênios.

§ 1º - O pagamento do ICMS por cálculo do sujeito passivo extingue o crédito sob condição resolutória da homologação.

§ 2º - O Estado poderá, mediante convênio celebrado na forma de lei complementar, facultar a opção pelo abatimento de uma percentagem fixa em substituição ao imposto efetivamente cobrado nas operações anteriores.

§ 3º - O direito do crédito do imposto, nas entradas das mercadorias, bens e serviços, é condicionado em qualquer hipótese, às exigências de escrituração fiscal prevista na legislação e, quando não for exercido na época própria, só poderá ser

Curitiba, quarta, em 11.01.89

utilizado em denúncia espontânea, ou quando o fato seja comunicado à repartição fiscal ou o seu valor seja incluído em reconstituição de escrita, promovida pela fiscalização.

§ 4º - Nas hipóteses do parágrafo 3º, do artigo 3º e artigo 19, far-se-á, conforme o caso, a complementação ou a restituição das quantias pagas com insuficiência ou em excesso.

Art. 38 - Fica, ainda, garantido o direito ao crédito:

I - quando as mercadorias, anteriormente oneradas pelo tributo forem objeto de:

a) devolução por consumidor final desde que o retorno ocorra até 60 (sessenta dias) contados da data do fato gerador;

b) retorno por não terem sido negociadas no comércio ambulante, ou por não ter ocorrido a tradição real;

II - quando o pagamento do tributo estadual, destacado na nota fiscal de entrada, for efetuado de forma desvinculada da conta gráfica;

III - na hipótese do item anterior quando o substituto tenha recolhido o imposto no momento da entrada do produto;

§ 1º - para os efeitos do disposto na alínea "b" do item I deste artigo não se considera devolução o retorno de mercadoria para conserto.

SEÇÃO II

DA VEDAÇÃO DO CRÉDITO

Art. 39 - Não implicará crédito para compensação com o montante do imposto devido nas operações ou prestações seguintes:

I - a operação ou prestação beneficiada por isenção ou não incidência, salvo determinação em contrário da legislação;

II - a entrada de bens destinados a uso e consumo ou para integrarem o ativo fixo do contribuinte;

III - a entrada de mercadorias ou produtos que, utilizados no processo industrial não sejam nela consumidos ou desgastados ou não integrem a composição do produto final;

IV - o valor do imposto referente aos serviços de transporte e de comunicação, salvo se utilizados pelo estabelecimento ao qual tenham sido prestados na execução de serviços da mesma natureza, na comercialização de mercadorias ou em processo de produção, extração, industrialização ou geração de energia;

V - o valor do imposto referente a serviço que não esteja vinculado a operação ou prestação subsequente alcançada pela não incidência ou desoneração, sendo essa circunstância previamente conhecida;

VI - o valor do crédito referente a mercadoria e serviço quando o contribuinte

tenha optado pela dedução a que se refere o parágrafo 2º artigo 37;

VII - em relação a documento fiscal perdido, extraviado ou desaparecido, res-salvada a hipótese de comprovação de sua autenticidade;

VIII - em relação a documento fiscal em que seja indicado estabelecimento destina-tário diferente do recebedor da merca-doria ou usuário do serviço;

IX - em relação a mercadoria recebida para integrar ou para ser consumida em processo de industrialização ou de produ-ção cuja ulterior saída ocorra sem débito do tributo estadual, sendo essa cir-cunstância conhecida à data da entrada.

X - Em relação à mercadoria recebida para comercialização, quando sua posterior saída ocorra sem débito do tributo esta-dual, sendo essa circunstância conhecida à data da entrada.

XI - Em relação às mercadorias entra-das no estabelecimento quando o imposto tiver sido devolvido, no todo ou em parte, ao próprio ou a outros contribuintes, por qualquer entidade tributante, mesmo sob a forma de prêmio ou estímulo.

XII - A aquisição de materiais ou mer-cadorias, por empresas com atividade mis-ta (venda esporádica de mercadorias e prestação de serviços), garantindo-se no entanto, a recuperação do crédito quando as saídas forem tributadas pelo imposto.

§ 1º - Quando o ICMS destacado for maior do que o exigível na forma de lei, o aproveitamento como crédito terá por lími-te o valor correto, observadas as normas sobre correção estabelecidas em Instrução da Secretaria da Fazenda.

§ 2º - Entende-se, para os efeitos dos incisos IX e X deste artigo, por saída sem débito do ICMS, as em que ocorra:

I - isenção objetiva ou subjetiva;

II - imunidade tributária;

§ 3º - O crédito lançado irregularmente fica sujeito a glosa em ação administrati-vo-fiscal.

§ 4º - Instrução da Secretaria da Fa-zenda disporá sobre forma de compensação do imposto, nos casos de pagamento desvin-culado da conta gráfica.

SEÇÃO III

Da Anulação do Crédito

Art. 40 - Acarretará a anulação do crédito:

I - a operação ou prestação subsequen-te, quando beneficiada por isenção ou não incidência, salvo determinação em contrá-rio da legislação.

II - a operação ou prestação subsequen-te com redução de base de cálculo, hipóte-se em que o estorno será proporcional à redução.

III - a inexistência, por qualquer mo-tivo, de operação posterior.

IV - a utilização em desacordo com a legislação.

Art. 41 - Não se exigirá a anulação do crédito relativo as saídas;

I - para o exterior dos produtos in-dustrializados definidos em Convênio ou em Lei Complementar;

II - em operações que destinem a outros Estados, petróleo, inclusive lubrifican-tes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados e energia elétrica.

CAPÍTULO VII DA RESTITUIÇÃO

Art. 42 - As quantias indevidamente recolhidas ao Estado serão restituídas, mediante requerimento ao Secretário da Fa-zenda, cuja decisão poderá ser delegada, desde que o contribuinte ou responsável produza prova de que o respectivo valor não tenha sido recebido de terceiros.

§ 1º - O terceiro que faça prova de haver recebido o encargo financeiro do ICMS sub-roga-se no direito à devolução de imposto indevidamente pago, em relação ao contribuinte ou responsável.

§ 2º - O contribuinte ou responsável, expressamente autorizado pelo terceiro, a quem o encargo relativo ao ICMS tenha sido transferido, poderá pleitear a restituição do tributo indevidamente pago.

§ 3º - A restituição poderá ser pro-cessada, após despacho favorável mediante autorização, creditando-se do respectivo valor em conta gráfica, caso em que será mencionado nos livros e documentos fis-cais, o número do respectivo protocolo.

§ 4º - Decorridos 6 (seis) meses conta-dos do mês da protocolização do pedido de restituição, sem que seja efetivamente re-cebida a importância a ser devolvida ou cientificado o contribuinte do indeferi-mento, poderá o interessado escriturar co-mo crédito o respectivo valor mencionando o número do protocolo correspondente.

Art. 43 - A restituição total ou par-cial do ICMS dá lugar à devolução de pena-lidade tributária, juros de mora e corre-ção monetária pagos, atualizados a partir do mês da protocolização do pedido até a data da concessão.

§ 1º - A restituição não abrange as multas de natureza formal não prejudicadas pela causa assecuratória da restituição.

§ 2º - Na hipótese do parágrafo 4º do artigo 42, o contribuinte atualizará o va-lor a ser creditado desde o mês da proto-colização do pedido até a data do lança-mento no livro fiscal, conferido ao despa-cho concessório efeito meramente homologa-tório, vedada a utilização da diferença relativa à correção monetária.

CAPÍTULO VIII
Do Cadastro

Art. 44 - Os contribuintes deverão inscrever-se no Cadastro de Contribuintes do ICMS.

§ 1º - Para os efeitos desta lei, será considerado autônomo cada estabelecimento de um mesmo contribuinte.

§ 2º - A inscrição deve ser solicitada, antes do início das atividades, na repartição fazendária estadual do Município onde estiver subordinado o estabelecimento.

§ 3º - O contribuinte receberá um número cadastral básico, que o identificará em todas as relações com os órgãos da Secretaria da Fazenda e constará obrigatoriamente em seus documentos fiscais.

§ 4º - Todas as alterações que ocorrerem nos dados cadastrais do contribuinte, a paralisação temporária ou o reinício de atividades devem ser comunicadas à repartição fazendária na data da ocorrência do fato.

§ 5º - Ocorrendo o encerramento das atividades ou a transferência do domicílio tributário do estabelecimento, o contribuinte deverá solicitar a baixa da inscrição no prazo de 30 (trinta) dias, mediante a entrega da documentação fiscal.

§ 6º - A inscrição poderá ser cancelada "ex-offício" quando o contribuinte deixar de apresentar o documento de informação e apuração, bem como outros equivalentes instituídos pela Secretaria da Fazenda, e ficar comprovada, através de procedimento fiscal, a cessação da atividade no endereço indicado.

§ 7º - A inscrição poderá ser reativada desde que o contribuinte tenha regularizado a sua situação.

§ 8º - A Secretaria da Fazenda mediante Instrução poderá dispensar inscrição, bem como denegar a concessão de mais de uma, para o mesmo ramo de atividade no mesmo local.

Art. 45 - Compete à Secretaria da Fazenda, expedir Instruções estabelecendo as normas para inscrição, alteração, paralisação temporária, baixa e cancelamento "ex-offício", bem como os modelos dos respectivos documentos.

Parágrafo Único - O cadastro deverá conter os seguintes elementos básicos:

I - número de inscrição no CAD- ICMS

II- números de inscrição do CGC/CPF-MF;

III- razão social;

IV - endereço completo;

V- identificação de proprietários, sócios e responsáveis;

VI - código de atividade econômica, definido pela Secretaria da Fazenda;

VII - outros definidos em Instrução.

Curitiba, quarta, em 11.01.89

CAPÍTULO IX
Da Extinção do Crédito Tributário

SEÇÃO I
MODALIDADES DE EXTINÇÃO

Art. 46 - O crédito tributário extingue-se pelo pagamento.

§ 1º - O crédito tributário, poderá, ainda, ser extinto, pelas demais modalidades previstas no Código Tributário Nacional, nas condições e sob as garantias a serem estipuladas em cada caso, em Instrução da Secretaria da Fazenda.

§ 2º - O pagamento em repartição fazendária será efetuado em moeda corrente ou cheque bancário.

SEÇÃO II
DOS PRAZOS DE PAGAMENTO

Art. 47 - Por ocasião da ocorrência do fato gerador, a Fazenda Pública poderá exigir o pagamento do crédito tributário correspondente.

§ 1º - O Poder Executivo poderá:

I - ampliar o prazo mencionado neste artigo até o máximo de 40 (quarenta) dias.

II - antecipar o pagamento, nos casos de substituição tributária.

§ 2º - Os prazos serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia do início e incluindo-se o de vencimento.

§ 3º - Os prazos referidos nesta lei só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição onde deva ser realizado o pagamento ou praticado o ato.

SEÇÃO III
DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DOS
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Art. 48 - O crédito tributário, inclusive o decorrente de multas, terá o seu valor atualizado monetariamente, exceto quando garantido pelo depósito, na forma da lei, do seu montante integral.

§ 1º - A atualização monetária será o resultado da multiplicação do crédito tributário pelo coeficiente obtido com a divisão do valor nominal de uma OTN do mês em que efetivar o pagamento pelo valor da mesma no mês do vencimento;

§ 2º - Quando no primeiro dia útil do mês inexistir oficialmente o valor da OTN prevalecerá, para os pagamentos efetuados no período, o valor da OTN vigente no mês anterior.

§ 3º - Na impossibilidade de adoção dos critérios acima para o cálculo da atualização monetária, adotar-se-á para esse fim, o estabelecido pela União na cobrança dos impostos federais.

§ 4º - A Secretaria da Fazenda divulgará mensalmente os coeficientes de atua-

lização referidos nos parágrafos anteriores.

§ 5º - Nos casos de verificação fiscal, quando não for possível precisar a data da ocorrência, do fato gerador, adotar-se-á para o cálculo da correção monetária a média dos índices do período verificado.

§ 6º - Quando o pagamento da correção monetária for a menor, a insuficiência será atualizada a partir do mês em que ocorreu aquele pagamento.

§ 7º - Nos casos de parcelamento a atualização monetária será calculada até o mês da elaboração do respectivo termo acordo e, a partir deste, até o efetivo pagamento de cada parcela.

SEÇÃO IV DOS JUROS DE MORA

Art. 49 - O crédito tributário inclusive o decorrente de multa, será acrescido de juros de mora, não capitalizáveis, de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§ 1º - Os juros previstos neste artigo serão contados a partir do mês em que expirar o prazo de pagamento;

§ 2º - No caso de parcelamento, até o mês da celebração do respectivo termo de acordo e, a partir daí, nova contagem até o mês do efetivo pagamento de cada parcela.

§ 3º - Nos casos de verificação fiscal, quando não for possível precisar a data da ocorrência do fato gerador, adotar-se-á:

I - o índice correspondente ao mês de julho, quando o período objeto de verificação coincidir com o ano civil.

II - o índice correspondente ao mês central do período, se o número de meses for ímpar, ou o correspondente ao primeiro mês da segunda metade do período, se aquele for par.

SEÇÃO V DA DENÚNCIA ESPONTÂNEA

Art. 50 - Os que procurarem espontaneamente, a repartição fazendária, para denunciar a infração, terão excluída a impositão de penalidade.

§ 1º - Ocorre a denúncia espontânea quando não tenha sido iniciado formalmente, em relação a infração, qualquer procedimento administrativo ou outra medida de fiscalização.

§ 2º - Quando a infração relacionar-se com a parcela do crédito tributário concernente ao imposto, a exclusão da responsabilidade fica condicionada ao efetivo pagamento do tributo monetariamente atualizado e acrescido dos juros de mora devidos.

SEÇÃO VI DA REDUÇÃO DAS MULTAS

Art. 51 - A multa prevista no item I do parágrafo 1º do artigo 66, será reduzida, observados os seguintes prazos e percentuais:

a. no 1º dia seguinte ao em que tenha expirado o prazo do pagamento, para 1% (um por cento) do valor do imposto pago;

b. do 2º ao 15º dias contados da data indicada na letra anterior, para 10% (dez por cento) do valor do imposto pago.

c. do 16º ao 30º dias contados da data indicada na letra "a", para 20% (vinte por cento) do imposto pago.

Parágrafo Único - As multas propostas em Auto Infração serão reduzidos em 50% (cinquenta por cento) quando pagos no prazo da reclamação.

SEÇÃO VII DO PARCELAMENTO

Art. 52 - Os créditos tributários vencidos relativos ao ICMS, exceto os decorrentes de denúncia espontânea, poderão ser pagos em até 36 parcelas, conforme critério fixado em Instrução da Secretaria da Fazenda.

§ 1º - O pedido de parcelamento implica no reconhecimento incondicional da infração e do crédito tributário, tendo a concessão resultante caráter decisório.

§ 2º - Tratando-se de crédito tributário ajuizado, o parcelamento será autorizado desde que haja bens em garantia ou fiança suficiente para liquidação do débito.

§ 3º - Em se tratando de fiança, para os efeitos do parágrafo anterior, fica excluído o benefício de ordem.

CAPÍTULO X DOS REGIMES ESPECIAIS

Art. 53 - Em casos peculiares e objetivando facilitar o cumprimento das obrigações principal e acessória poder-se-á adotar regime especial.

Parágrafo Único - Caracteriza-se regime especial, para os efeitos deste artigo, qualquer tratamento diferenciado da regra geral de extinção do crédito tributário de escrituração, de emissão de documentos fiscais.

Art. 54 - Os regimes especiais serão concedidos:

I - através de celebração de acordo.

II - com base no que se dispuser em Instrução da Secretaria da Fazenda quando a situação peculiar abrange vários contribuintes ou responsáveis.

§ 1º - Quando o regime especial, compreender contribuinte do IPI será encami-

nhado o pedido, desde que favorável à sua concessão, à Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

§ 2º - Fica proibida qualquer concessão de regime especial fora das hipóteses indicadas nos incisos deste artigo.

§ 3º - O regime especial é revogável, a qualquer tempo, podendo, nos casos de acordo, ser denunciado isoladamente por ambas as partes.

§ 4º - Os acordos celebrados (inciso I deste artigo) deverão ser numerados em ordem sequencial e divulgados através de publicação do Diário Oficial do Estado.

Art. 55 - Incumbe às autoridades fiscais, atendendo às conveniências da administração fazendária, propor, ao Secretário da Fazenda, a reformulação ou revogação das concessões.

CAPÍTULO XI

Das Obrigações Tributárias Acessórias

Art. 56 - Constitui obrigação acessória, qualquer situação que, na forma da legislação tributária do ICMS, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

§ 1º - Incumbe à Secretaria da Fazenda implementar, através de Instrução, as normas fixadas em Convênio ou Ajuste, celebrados entre União, os Estados e o Distrito Federal, relativas ao Sistema Nacional Integrado de Informações Econômico-Fiscais (SINIEF).

§ 2º - O registro das operações de cada estabelecimento será feito através de livros, guias e documentos fiscais, cujos modelos, forma e prazos de escrituração serão estabelecidos na Instrução de que trata o parágrafo anterior.

§ 3º - Constituem instrumentos auxiliares de fiscalização os documentos, livros e demais elementos de contabilidade em geral dos contribuintes ou responsáveis do ICMS.

§ 4º - Os elementos necessários à informação e apuração do tributo, serão declarados em documentos estabelecidos em Instrução da Secretaria da Fazenda.

§ 5º - Sem prévia autorização do fisco, os livros fiscais não poderão ser retirados do estabelecimento, salvo a permanência destes em escritório especializado de contabilidade mediante comunicação a repartição fiscal de seu domicílio tributário.

§ 6º - Nos casos de perda ou extravio de livros e demais documentos fiscais, poderá a autoridade fiscal intimar o contribuinte a comprovar o montante das operações escrituradas ou que deveriam ter sido escrituradas nos referidos livros, para efeito de verificação do pagamento do tributo.

Curitiba, quarta, em 11.01.89

§ 7º - Se o contribuinte se recusar a fazer a comprovação, ou não puder fazê-la, e bem assim nos casos em que a mesma for considerada insuficiente, o montante das operações será arbitrado pela autoridade fiscal, pelos meios ao seu alcance, deduzindo-se, para efeito de apuração da diferença do imposto, os recolhimentos devidamente comprovados pelo contribuinte ou pelos registros da repartição.

Art. 57 - As pessoas físicas ou jurídicas, contribuintes ou não, responsáveis na forma da legislação, estão obrigadas ao cumprimento das obrigações tributárias acessórias, estabelecidas pela Secretaria da Fazenda, através de Instrução.

CAPÍTULO XII

DO CONTROLE E DA ORIENTAÇÃO FISCAL

SEÇÃO I

DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO

Art. 58 - A fiscalização e orientação fiscal sobre o ICMS compete à Secretaria da Fazenda.

§ 1º - Os Agentes Fiscais incumbidos de realizar tarefas de fiscalização devem identificar-se através de documento de identidade funcional, expedido pela Secretaria da Fazenda.

§ 2º - A autoridade fiscal poderá requisitar o auxílio de força policial quando vítima de embaraço ou desacato no exercício de suas funções ou quando seja necessária a efetivação de medidas acauteladoras de interesse do Fisco, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção.

§ 3º - É obrigatória a parada em postos de fiscalização, fixos ou volantes, da Secretaria da Fazenda de:

I - veículos de carga em qualquer caso;

II - quaisquer outros veículos quando transportando mercadorias.

Art. 59 - As pessoas físicas ou jurídicas contribuintes, responsáveis ou intermediários de negócios, sujeitos ao ICMS, não poderão excusar-se de exibir à fiscalização os livros e documentos de sua escrituração.

§ 1º - Ao Agente Fiscal não poderá ser negado o direito de examinar estabelecimentos, depósitos e dependências, cofres, arquivos, veículos e demais meios de transporte, mercadorias, livros, documentos, correspondências e outros efeitos comerciais ou fiscais dos contribuintes e responsáveis definidos nesta lei.

§ 2º - No caso de recusa a fiscalização poderá lacrar os móveis ou depósitos, onde possivelmente estejam os documentos e livros, lavrando termo desse procedimento do qual deixará cópia ao recusante, solici-

tando de imediato, à autoridade administrativa, a que estiver subordinado, providências para que se faça a exibição judicial.

Art. 60 - A Secretaria da Fazenda e seus Agentes Fiscais, terão, dentro de sua área de competência e jurisdição, prece-dência sobre os demais setores da administração pública.

Art. 61 - No levantamento fiscal poderão ser usados quaisquer meios indiciários, bem como aplicados coeficientes médios de lucro bruto, ou de valor acrescido e de preços unitários, observadas a localização e a categoria do estabelecimento.

Art. 62 - Considerar-se-á ocorrido operação ou prestação tributável quando constatado.

I - suprimento de caixa sem comprovação da origem do numerário quer esteja escriturado ou não.

II- a existência do título de crédito quitado ou despesas pagas e não escriturados, bem como possuir bens do ativo permanente não contabilizados;

III- diferença entre o valor apurado em levantamento fiscal que tomou por base índice técnico de produção e o valor registrado na escrita fiscal.

IV - a falta de registro de documentos fiscais referentes à entrada de mercadorias.

V- a existência de contas no passivo exigível que apareçam oneradas por valores documentalmente inexistentes.

VI- a existência de valores que se encontrem registrados em máquina registradora, terminal ponto de venda, processamento de dados ou outro equipamento, utilizados sem prévia autorização ou de forma irregular, que serão apurados mediante a leitura no equipamento.

Art. 63 - A fim de resguardar a correta execução desta lei, a Coordenação da Receita do Estado poderá determinar, em casos excepcionais e temporariamente, na forma a ser disciplinada em Instrução da Secretaria da Fazenda, sistema individual de controle e pagamento exigindo a cada operação o pagamento do tributo correspondente, observando-se ao final do período da apuração o sistema de compensação do imposto.

SEÇÃO II Da Consulta

Art. 64 - A Secretaria da Fazenda manterá setor consultivo que terá por incumbência específica responder a todas as consultas sobre ICMS dos contribuintes, e de seus órgãos de classe e das repartições fazendárias.

§ 1º - As respostas serão divulgadas

pela Coordenação da Receita do Estado através de publicação periódica.

§ 2º - As respostas às Consultas servirão como orientação geral da Secretaria da Fazenda em casos similares.

§ 3º - Não são passíveis de multas os contribuintes que praticarem atos baseados em respostas das consultas referidas neste artigo.

§ 4º - As respostas às consultas não ilidem a parcela do crédito tributário relativo ao ICMS, constituído e exigível em decorrência das disposições desta lei.

CAPÍTULO XIII Das Infrações e Penalidades

SEÇÃO I Das Infrações

Art. 65 - Constitui infração, para os efeitos desta lei, toda a ação ou omissão que importe em inobservância pelo contribuinte, responsável ou intermediário de negócios, da legislação tributária relativa ao ICMS.

§ 1º - Respondem pela infração, conjunta ou isoladamente, todos os que de qualquer forma concorram para a sua prática ou dela se beneficiem.

§ 2º - A responsabilidade por infrações à legislação tributária relativa ao ICMS independe da intenção do contribuinte, responsável ou intermediário de negócio e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

SEÇÃO II Das Penalidades

Art. 66 - Os infratores à legislação do ICMS ficam sujeitos às seguintes penas:

I - multa;

II- suspensão temporária ou perda definitiva de benefícios fiscais, na forma explicitada em Instrução da Secretaria da Fazenda.

§ 1º - São aplicáveis as seguintes multas:

I - Equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do imposto a recolher, - ao contribuinte que deixar de pagar, no prazo previsto na legislação tributária, o total do imposto a recolher por ele declarado, no documento a que se refere o § 4º do art. 56;

II - EQUIVALENTE A 60% (SESSENTA POR CENTO) DO VALOR DO IMPOSTO DEVIDO ao sujeito passivo que, nos casos não previstos no item anterior, deixar de pagar o imposto, no todo ou em parte, na forma e nos prazos previstos na legislação tributária;

III - EQUIVALENTE A 60% (SESSENTA POR CENTO) DO CRÉDITO:

a) indevidamente utilizado, sem pre-

juízo do respectivo estorno ao sujeito passivo que se beneficiar com a utilização do crédito do imposto, em desacordo com o disposto nesta Lei;

b) transferido em desacordo com a legislação.

IV - EQUIVALENTE A 5% (CINCO POR CEN-TO) DO VALOR DAS MERCADORIAS OU SERVIÇOS:

a) ao sujeito passivo que deixar de emitir ou entregar documento fiscal em relação a operações com mercadorias ou serviços sem débito do imposto;

b) ao sujeito passivo que transportar, estocar ou manter em depósito, mercadorias sem débito do imposto desacompanhadas da documentação fiscal regulamentar;

c) ao sujeito passivo que executar a prestação de serviços desacompanhados de documentação fiscal em operação sem débito do imposto.

V - EQUIVALENTE A 30% (TRINTA POR CEN-TO) DO VALOR DAS MERCADORIAS OU SERVIÇOS:

a) ao sujeito passivo que deixar de emitir ou entregar documento fiscal em relação a mercadoria ou serviços em operações com débito do imposto;

b) ao sujeito passivo que transportar, estocar ou manter em depósito mercadorias tributadas desacompanhadas da documentação fiscal regulamentar;

c) ao sujeito passivo que executar a prestação de serviços desacompanhados da documentação fiscal em operação com débito do imposto.

VI - EQUIVALENTE A 50% (CINQUENTA POR CEN-TO) DO VALOR DAS OPERAÇÕES OU PRESTAÇÕES INDICADAS NO DOCUMENTO FISCAL:

a) ao sujeito passivo que emitir, sem autorização expressa da legislação tributária, documento fiscal que não correspon-da a uma saída de mercadoria, a uma transmissão de propriedade de mercadoria, a uma entrada de mercadoria no estabelecimento, ou a uma prestação de serviço;

b) ao sujeito passivo que emitir, adulterar ou utilizar documento fiscal falso, bem como ao que consignar em documento fiscal, declaração falsa quanto ao estabelecimento de origem ou destino das mercadorias ou serviços;

c) ao sujeito passivo que utilizar documentos fiscais de contribuinte que tenha encerrado suas atividades.

VII - EQUIVALENTE A 50% (CINQUENTA POR CEN-TO) DO VALOR EFETIVO DA OPERAÇÃO OU PRESTAÇÃO, ao sujeito passivo que consignar em documento fiscal importância diversa do efetivo valor da operação ou prestação, ou emitir documento fiscal, consignando valores diferentes nas respectivas vias.

VIII - EQUIVALENTE A 7% (SETE POR CEN-TO) DO VALOR DAS MERCADORIAS OU SERVIÇOS, ao sujeito passivo que:

a) transportar ou manter em estoque

Curitiba, quarta, em 11.01.89

ou depósito, sem documentação fiscal regulamentar, produtos cujas operações sejam beneficiadas com suspensão ou diferimento do pagamento do imposto;

b) prestar serviços desacompanhados de documentação fiscal em operação beneficiada com suspensão ou diferimento do pagamento do imposto.

IX - DE 2 (DUAS) OTNs, POR DOCUMENTO FISCAL observado o mínimo estabelecido no § 4º deste artigo e o máximo de 25 (VINTE E CINCO) OTNs, ao sujeito passivo que promover a impressão para si ou para terceiros, fornecer, possuir ou guardar documento fiscal falso ainda não utilizado.

X - DE 4 (QUATRO) OTNs:

a) ao sujeito passivo que não apresentar dentro dos prazos estabelecidos na legislação tributária, o documento de Informação e Apuração do ICMS;

b) ao sujeito passivo que não requerer inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado antes do início de suas atividades;

c) ao sujeito passivo que deixar de preencher e entregar à Secretaria da Fazenda ou repartição que esta indicar, nos prazos estabelecidos, os demonstrativos regulamentares;

d) ao sujeito passivo que preencher documentos fiscais com omissões, incorreções, rasuras ou de forma ilegível;

e) ao sujeito passivo que substituir as vias dos documentos fiscais, em relação às suas respectivas destinações;

f) ao sujeito passivo que deixar de entregar na repartição fazendária de seu domicílio tributário, vias de documentos fiscais a ela destinados;

g) ao sujeito passivo que retirar do estabelecimento, livros, documentos fiscais, máquinas registradoras, terminal ponto de venda ou equipamentos similares sem autorização da Secretaria da Fazenda;

h) ao sujeito passivo que deixar de entregar ou remeter ao produtor no prazo estabelecido, as 1ªs e 2ªs vias da nota fiscal de produtor;

i) ao sujeito passivo que não comunicar à repartição fazendária, as alterações cadastrais, o reinício ou a paralisação temporária de suas atividades, bem como deixar de entregar os talonários de notas fiscais não utilizados, para custódia, até o reinício de suas operações;

j) ao sujeito passivo que não escriturar, na forma estabelecida na legislação tributária, as operações ou prestações sem débito do imposto;

l) ao sujeito passivo que não efetuar a escrituração dos livros fiscais nos prazos regulamentares;

m) ao sujeito passivo que utilizar documento fiscal cujas características extrínsecas não observem fidelidade com os requisitos mínimos estabelecidos na legis-

lação;

n) ao agente que retirar do estabelecimento do usuário máquina registradora, terminal ponto de venda ou equipamentos similares, sem emissão do respectivo atestado de intervenção;

XI - DE 7 (SETE) OTNs:

a) ao sujeito passivo que deixar de requerer a sua exclusão, do Cadastro de Contribuintes do Estado, no prazo fixado nesta Lei, bem como deixar de entregar à repartição fazendária, para inutilização, os talonários e documentos fiscais não utilizados;

b) ao sujeito passivo que por qualquer meio ou forma, dificultar, impedir ou retardar a ação fiscalizadora;

c) ao sujeito passivo que deixar de apresentar à repartição fiscal na forma da legislação, o documento referente à cessação de uso de máquina registradora, terminal ponto de venda ou equipamentos similares, ou ainda deixar de fazer as anotações necessárias no livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências;

d) ao sujeito passivo que utilizar máquina registradora, terminal ponto de venda ou equipamento similar em desacordo com a legislação tributária;

e) ao agente que emitir atestado de intervenção em máquina registradora, terminal ponto de venda ou equipamento similar em desacordo com a legislação aplicável ou que nele consignar informações inexatas;

f) ao sujeito passivo que lançar crédito do imposto em desacordo com o disposto nesta Lei, sem tê-lo ainda aproveitado, sem prejuízo do respectivo estorno;

g) ao sujeito passivo que deixar de comunicar ao fisco a comercialização de máquina registradora ao usuário final estabelecido neste Estado;

XII - DE 12 (DOZE) OTNs:

a) ao sujeito passivo que não apresentar ou não mantiver em boa guarda, pelo período legal, na forma prevista na legislação, ou utilizar de forma indevida, livros e documentos, inclusive arquivos magnéticos;

b) ao sujeito passivo que fornecer informações inverídicas ao se inscrever como contribuinte ou ao requerer alteração cadastral;

XIII - DE 25 (VINTE E CINCO) OTNs:

a) ao contribuinte que utilizar, sem a autorização, máquina registradora, terminal ponto de venda, sistema de processamento de dados ou equipamentos similares que emita nota fiscal ou cupom que a substitua, bem como aos que utilizá-los em estabelecimento diverso daquele para o qual tenha sido autorizado;

b) ao contribuinte que utilizar máqui-

na registradora, terminal ponto de venda ou equipamentos similares sem os lacres de segurança ou os rompê-los, sem a observância da legislação;

c) ao agente que possuir, utilizar ou falsificar carimbo, impressos e equipamentos de uso exclusivo da Secretaria da Fazenda.

§ 2º - Na aplicação das multas previstas nos itens IV, V, VI, VII e VIII do § 1º deste artigo, a base de cálculo será atualizada pelos critérios desta Lei, a partir da ocorrência da infração até a data da lavratura do auto de infração.

§ 3º - O prazo para pagamento das multas previstas neste artigo será:

I - o dia seguinte ao do vencimento do imposto, nas hipóteses do item I do § 1º, obedecidas as reduções concedidas pelo artigo 51.

II - 30 (trinta) dias contados da data da intimação do lançamento, nas demais hipóteses.

§ 4º - Sem prejuízo do disposto no artigo 51, o valor mínimo das multas é o equivalente ao de 4 (quatro) OTNs, em vigor na data da lavratura do auto de infração, desprezada a fração de Cz\$ 100,00 (cem cruzados).

§ 5º - No concurso de penalidades aplica-se a maior.

§ 6º - As infrações e penalidades indicadas no § 1º deste artigo serão lançadas em processo administrativo-fiscal de instrução contraditória, na forma do parágrafo único do artigo 68, ressalvada a infração e multa prevista no item I, do § 1º deste artigo, que será objeto de processo administrativo fiscal cujo rito especial e sumário está determinado do artigo 69.

SEÇÃO III DAS REINCIDÊNCIAS

Art. 67 - A reincidência sujeita o infrator à multa em dobro, aplicando-se sobre esta, em cada reincidência subsequente, o percentual de 20% (vinte por cento).

§ 1º - Ocorrida decisão condenatória na esfera administrativa em decorrência de infração prevista no artigo 66, aplicar-se-á a pena de reincidência à nova infração cometida ao mesmo dispositivo, pelo mesmo infrator, no prazo de 3 (três) anos contados da data da ciência daquela decisão.

§ 2º - Na reincidência à infração descrita no artigo 66, § 1º, item I, o prazo de 3 (três) anos de que trata o parágrafo anterior, inicia-se na data do encerramento automático do processo administrativo-fiscal de rito sumário na forma do inciso II do artigo 69.

CAPÍTULO XIV

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO-FISCAL

SEÇÃO I

INSTRUÇÃO CONTRADITÓRIA

Art. 68 - A apuração das infrações à legislação tributária e à aplicação das respectivas multas são procedidas através de processo administrativo-fiscal, organizado em forma de autos forenses, tendo as folhas numeradas e rubricadas e as peças que o compõem dispostas na ordem em que forem juntadas.

Parágrafo Único - O processo administrativo-fiscal de instrução contraditória obedecerá, em primeira instância, o seguinte procedimento e disposições:

I - PEÇA BÁSICA

O processo iniciar-se-á alternativamente:

- a) pelo auto de infração;
- b) pela representação;
- c) por denúncia escrita ou verbal reduzida a termo.

II - A Secretaria da Fazenda criará, através de instrução, um sistema de controle, registro e acompanhamento dos processos iniciados.

III - AUTO DE INFRAÇÃO

O auto de infração será lavrado por funcionário da Coordenação da Receita do Estado, no exercício de função fiscalizadora, no momento em que for verificada infração à legislação tributária.

IV - O auto de infração não deve conter rasuras, entrelinhas ou emendas e nele se descreverá de forma precisa e clara, a infração averiguada, devendo nele constar:

- a) o local, a data e a hora da lavratura;
- b) a qualificação e identificação fiscal do autuado;
- c) o dispositivo infringido do artigo 66 e a penalidade aplicável neste estabelecida;
- d) o valor do crédito tributário relativo ao ICMS, quando devido, demonstrado em relação a cada mês ou período;
- e) a assinatura do autuado, seu representante legal ou preposto;
- f) determinação da exigência e a intimação para cumpri-la ou impugná-la no prazo de 30 (trinta) dias.

V - A assinatura do autuado não importa em confissão, nem sua falta ou recusa em nulidade do auto de infração ou em agravamento da penalidade.

VI - As eventuais falhas do auto de infração não acarretam nulidade, desde que permitam determinar com segurança a infração e o sujeito passivo.

VII - REPRESENTAÇÃO

A representação será lavrada por funcionário das repartições fazendárias que, em serviço interno, verificar a existência de infração à legislação tributária.

VIII - São aplicáveis à representação

as mesmas disposições relativas ao auto de infração, exceto o requisito da letra "e" do item IV deste parágrafo.

IX - DENÚNCIA

A denúncia escrita deverá ter a qualificação do denunciante e do denunciado se conhecidos e relatar, inequivocadamente, os fatos que constituem a infração.

X - quando a denúncia for verbal, será reduzida a termo, assinado pelo denunciante, na repartição fazendária competente.

XI - APREENSÃO

É admissível a apreensão de mercadorias e demais bens, livros e documentos como prova material da infração tributária, mediante termo de depósito.

XII - Se houver prova ou fundada suspeita de que as mercadorias e demais bens se encontram em residência particular, ou em dependência de qualquer estabelecimento, a fiscalização adotará cautelas necessárias para evitar a remoção clandestina e determinará providências para busca e apreensão judiciária, se o morador ou detentor recusar-se a fazer a exibição dessas mercadorias e demais bens.

XIII - As mercadorias ou demais bens apreendidos ficam sob a custódia oficial do chefe da repartição fazendária por onde se iniciar o respectivo processo e poderão ser por este liberados mediante a satisfação, pelo autuado, das exigências determinantes da apreensão ou, se não atendidas, após a identificação exata do infrator da infração e das quantidades, espécies e valores das mercadorias e demais bens.

XIV - Em relação à apreensão de livros e documentos fiscais, ou sua correspondente lacração, será lavrado termo que constará do processo.

XV - INTIMAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO DA INSTÂNCIA

A intimação para que o autuado integre a instância administrativa far-se-á:

a) pessoalmente, mediante entrega à pessoa do próprio sujeito passivo, seu representante legal ou preposto, de cópia da peça básica do processo e dos levantamentos e outros documentos que lhe deram origem, exigindo-se recibo datado e assinado no original da peça básica;

b) por via postal ou telegráfica, com prova de recebimento ou por edital, publicado uma única vez no Diário Oficial do Estado, quando resultar improficuo o meio referido na alínea "a".

XVI - Considera-se feita a intimação:

- a) na data da ciência do intimado;
- b) na data do recebimento, por via postal ou telegráfica, se a data for omitida, quinze dias após a entrega da intimação à agência postal telegráfica;
- c) trinta dias da publicação do edital, se este for o meio utilizado.

XVII - INÍCIO DO PROCESSO

O processo administrativo-fiscal tem início e se formaliza na data em que o autuado integrar a instância com reclamação ou, na sua falta, ao término do prazo para a sua apresentação.

XVIII - RECLAMAÇÃO

A reclamação é a defesa apresentada, em cada processo, pelo autuado, no prazo de trinta dias, com efeito suspensivo, a contar da data em que se considera feita a intimação.

XIX - A reclamação apresentada tempestivamente supre eventual omissão ou defeito da intimação.

XX - A reclamação será protocolizada na repartição por onde correr a instrução do processo e nela o autuado aduzirá todas as razões e argumentos de sua defesa, juntando, desde logo, as provas que tiver.

XXI - Não sendo cumprida nem impugnada a exigência, será declarada a revelia.

XXII - ADITAMENTO OU RETIFICAÇÃO DO AUTO DA INFRAÇÃO

Se, após a lavratura do auto de infração e ainda no curso do processo, for verificada falta mais grave ou erro na capituloção da pena, será lavrado, no mesmo processo, termo de aditamento ou retificação, do qual será intimado o autuado, restituindo-se-lhe novo prazo de trinta dias para complementar a reclamação.

XXIII - CONTESTAÇÃO DA RECLAMAÇÃO

Apresentada a reclamação, o processo será encaminhado, em quarenta e oito horas, ao autor do procedimento, seu substituto ou funcionário designado, para se manifestar no prazo de dez dias, sobre as razões oferecidas pelo autuado.

XXIV - DILIGÊNCIAS

O Chefe da repartição, a requerimento do reclamante ou de ofício, poderá determinar a realização de diligências ou requisitar documentações ou informações que forem julgadas úteis ao esclarecimento das circunstâncias discutidas no processo.

XXV - RELATÓRIO

Contestada a reclamação e concluídas as eventuais diligências, será ultimada a instrução do processo, no prazo de até dez dias do recebimento, com relatório circunstanciado sobre a matéria discutida.

XXVI - JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA

O julgamento do processo em primeira instância cabe ao Diretor da Coordenação da Receita do Estado da Secretaria da Fazenda.

XXVII - Antes de proferir a decisão, a autoridade administrativa poderá solicitar a audiência de órgão jurídico da Coordenação da Receita ou da Procuradoria Fiscal do Estado.

XXVIII - A competência decisória prevista no item XXVI deste parágrafo poderá ser delegada.

XXIX - DOS RECURSOS PARA SEGUNDA INSTÂNCIA

Os recursos ao Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais são:

a) "ex-officio", de decisão favorável ao contribuinte, desde que o montante do crédito tributário julgado improcedente seja superior a 40 (quarenta) OTNs do mês da lavratura do auto de infração, caso em que será formalizado mediante manifestação obrigatória da autoridade prolatora da decisão no final desta;

b) ordinário, total ou parcial, em cada processo, com efeito suspensivo, pelo autuado, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da intimação da decisão.

XXX - As razões do recurso serão juntadas ao respectivo processo, para ulterior encaminhamento ao órgão de segunda instância.

XXXI - O recurso ordinário, mesmo perempto, será encaminhado ao Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais, cabendo a este apreciar a perempção.

XXXII - O rito processual em segunda instância obedecerá as normas previstas em lei complementar.

XXXIII - VISTA

Em qualquer fase do processo, em primeira instância, é assegurado ao autuado o direito de vista na repartição fazendária onde tramitar o feito administrativo.

XXXIV - DECISÕES FINAIS

As decisões finais e irreformáveis, na esfera administrativa, quando delas não caiba mais recurso ou se esgotarem os prazos para tal procedimento.

XXXV - Após decorrido o prazo para oferecimento de recurso, as decisões finais favoráveis ao Estado serão executadas mediante intimação do autuado pela Coordenação da Receita do Estado, para, no prazo de 30 (trinta) dias, cumprir a obrigação, sob pena de inscrição do débito em Dívida Ativa.

XXXVI - Os créditos tributários inscritos em Dívida Ativa serão cancelados com observância do disposto em Instrução da Secretaria da Fazenda nos casos de:

a) exclusão do crédito tributário;
b) regularização de divergência de créditos tributários originados de processo administrativo-fiscal, de rito sumário.

XXXVII - Se o contribuinte concordar apenas parcialmente com o auto de infração ou com a decisão de primeira instância, poderá, respectivamente, oferecer reclamação ou interpor recurso ordinário, apenas em relação a parcela do crédito tributário contestado, desde que efetue, previamente, o pagamento da parte não contestada.

SEÇÃO II DO RITO ESPECIAL DO PROCESSO

ADMINISTRATIVO-FISCAL

Art. 69 - Quando ocorrer a infração descrita no item I, do § 1º, do artigo 66, o processo administrativo-fiscal para cobrança do ICMS e da multa obedecerá rito especial e sumário, em instância administrativa única, não cabendo, em consequência da declaração do próprio contribuinte no documento que trata o § 4º, do artigo 56, qualquer reclamação ou recurso.

Parágrafo Único - O processo administrativo-fiscal de rito sumário encerrar-se-á automaticamente:

I - com o pagamento total do imposto declarado, quando for o caso acrescido da multa, da correção monetária cabível e dos juros de mora devidos;

II - com a inscrição em dívida ativa do total ou das diferenças não pagas referentes ao imposto declarado ou a multa devida, se os mesmos não forem extintos até o término do prazo de que trata o artigo 51.

CAPÍTULO XV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 70 - A partir da eficácia desta Lei todas as infrações à legislação tributária do ICMS serão apuradas de acordo com as normas processuais deste diploma legal e as penalidades a serem aplicadas obedecerão as leis da época em que ocorreram as infrações.

Parágrafo Único - As penalidades previstas nesta Lei só retroagem quando forem menos severas que as previstas na lei vigente ao tempo da prática da infração.

Art. 71 - Quando, em função de pagamento insuficiente de crédito tributário, em relação aos recolhimentos bancários autorizados ou em repartição fazendária, for responsabilizado o agente de rendas, esta responsabilidade será ilidida, automaticamente, pelo lançamento das diferenças em processo administrativo-fiscal ou em dívida ativa.

Art. 72 - A Secretaria da Fazenda poderá celebrar acordos com órgãos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, bem como com entidades privadas, objetivando:

I - intercâmbio de informações econômico-fiscais;

II - interação nos programas de fiscalização tributária;

III - treinamento de pessoal especializado em administração e fiscalização tributária.

Art. 73 - Fica o Poder Executivo autorizado a promover campanha de estímulo à emissão de documentos fiscais, nas operações tributáveis relativas ao ICMS, mediante a distribuição de prêmios.

Art. 74 - Fica o Secretário da Fazenda autorizado, na forma do inciso III do ar-

Curitiba, quarta, em 11.01.89

tigo 172 do Código Tributário Nacional, a remeter créditos tributários atualizados, cujo valor seja inferior ao correspondente à multa mínima prevista nesta Lei.

Art. 75 - Ficam revogadas as Leis nºs 6.364, de 29.12.72; 6.551, de 07.06.74; 6.638, de 29.11.74; 6.757, de 22.12.75; 6.859, de 28.12.76; 7.020, de 05.07.78; 7.032, de 19.09.78; 7.273, de 27.12.79; 7.476, de 01.07.81; 7.558, de 23.12.81; 7.624, de 05.07.82; 7.783, de 16.12.83; 7.816, de 29.12.83; 8.083, de 28.05.85; 8.084, de 05.06.85; 8.279, de 16.01.86; 8.324, de 30.05.86; 8.552, de 05.10.87; 8.901, de 29.11.88; e artigo 3º das Leis nºs 6.598, de 26.04.74 e 8.432, de 12.12.86 e demais disposições em contrário.

Art. 76 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 1º de março de 1989.

Sala das Sessões, em

(aa) ORLANDO PESSUTI, SABINO CAMPOS, LINDOLFO JÚNIOR, CÂNDIO BASTOS, TADEU LÚCIO MACHADO, HAROLDO RODRIGUES FERREIRA, WERNER WANDERER, JOSÉ AFONSO JÚNIOR, PIRAJÁ FERREIRA, BASÍLIO ZANUSSO, NEREU CARLOS MASSIGNAN, RAUL LOPES, NILTON BARBOSA, EZEQUIAS LOSSO, EDUARDO BAGGIO, VALDERI MENDES VILELA.

Em votação.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA (Para encaminhar) -

Sr. Presidente é uma decisão individual minha. Esta Casa cometeu uma série de barbaridades constitucionais na tarde de hoje, que passarão, infelizmente, para a história. Agora nós votaremos o ICMS, apesar do acordo já realizado, mas ainda com alguns absurdos como uma alíquota de 25% de ICM sobre o consumo domiciliar de energia elétrica que vai afetar todas as pessoas no Estado do Paraná. Eu, como membro do PDC, e integrante das Oposições, não tenho compromisso em criar impostos contra o povo - retiro-me do plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação.

O SR. SABINO CAMPOS (Para encaminhar) - Eu só gostaria de rebater o que o nobre Deputado Edmar Luiz Costa falou, porque quem não participa de discussões sobre o assunto, não pode, em plenário, dizer o que não é verdade. ICMS sobre eletrificação é a substituição do Imposto Único que se pagava a nível federal, que agora será isentado a nível federal, e repassou-se ao Estado. E isso, esse imposto, em nenhum momento, será maior do que aquilo que se pagava anteriormente. Só uma substituição. Era só.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em vota-

ção. Os Srs. Deputados que aprovam o Substitutivo Geral, queiram conservar-se como estão. Aprovado.

ORDEM DO DIA:

O SR. DAVID CHERIEGATE - Sr. Presidente, solicito que conste na Ata meu voto contrário ao Substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será anotado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação. Os Srs. Deputados que aprovam o Substitutivo Geral queiram levantar-se.

Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento de nº 1144, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1143, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1135, de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1132, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1133, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata.)

Requerimento de nº 1128, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1134, de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1140, de autoria do Sr. Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1147, de autoria dos Srs. Deputados Gernote Kirinus e Acyr Mezzadri, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1141, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 12, às 14:30 minutos, com a seguinte

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 345/88.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 001/89.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ANIBAL KHURY, EM SESSÃO DO DIA 11 DE JANEIRO DE 1989.

"Governo Fraco e Sociedade Forte"

José Eduardo de Andrade Vieira

Terminamos um ano de incertezas, dificuldades e desesperança. Em nenhuma outra época os brasileiros sentiram-se tão incrédulos em relação ao governo. Nunca perceberam tanto a sua ausência. Alguns segmentos da sociedade temem, inclusive, o desfecho da crise atual com uma intervenção militar. Não compartilho desse pessimismo. Pelo contrário, penso que, talvez, a única virtude do governo seja sua fraqueza.

A sociedade não acredita mais na capacidade do poder público em debelar a inflação. Descobriu que ela não tem soluções porque é a própria causa. E justiça seja feita. O ônus não cabe apenas ao governo federal. Também os poderes municipais e estaduais, em geral, não administram, não racionalizam e vivem em Brasília, de pires na mão, querendo mais dinheiro, seja a fundo perdido, seja para empréstimos a qualquer custo.

A democracia pressupõe governos "teoricamente fracos" permeáveis às influências da maioria da população e sensíveis às mudanças de rumos históricos. E funciona melhor quando a sociedade, organizada, faz valer a sua vontade e consegue enfrentar os "lobbies" das minorias e derrubar os privilégios conquistados em detrimento dos interesses da maioria.

Vivemos dezenas de anos sob governos fortes, autoritários, cheio de programas, projetos, iniciativas e verdades inabaláveis, que conduziram a nossa sociedade para um lugar que ela mesma não escolheu. Essa prática autoritária, que revela seu conteúdo paternalista, não terminou com a "Nova República", a própria "transição" apoiou-se no maior continuísmo entre as redemocratizações latino-americanas. Se quer tivemos eleições diretas para presidente como na Argentina, Uruguai, Bolívia etc.

O atual governo também editou decretos-lei, "pacotes". Apesar de sua aparente fraqueza, conduziu a administração do país, sem dar ouvidos ao Congresso e à se

cidade. Somente a partir da promulgação da nova Constituição, pode-se falar em democracia no Brasil. Ela decretou o fim do governo paternalista, do governo forte a que estávamos acostumados, deparamo-nos hoje, com uma situação ímpar no Brasil: um governo permeável.

Ao contrário de ser negativa, essa debilidade veio em muito boa hora. A sociedade ainda está perplexa, está descobrindo, insegura, que precisa andar pelas próprias pernas, sem o auxílio e a tutela do governo. Desde o início da chamada "abertura política" nos anos 70, todos os segmentos representativos da sociedade clamavam por liberdade e autodeterminação. Queríamos conduzir nossos próprios destinos. Muitas esperanças, que foram depositadas no processo constituinte materializaram-se em aparelhos democráticos que só funcionam com a energia da liberdade. De repente começamos a ver por aí, manifestações de preocupação porque o Estado não tem mais o poder de nos tutelar. Mas não foi justamente isso que nós pedimos?

Se lutamos anos para domar a truculência e a petulância do Estado, para neutralizar a sua força acachapante e colocá-lo sob a vigilância da sociedade, porque vamos lamentar a sua "fraqueza"? Devemos pensar em aproveitar o momento para nos reorganizarmos e reestruturarmos a sociedade civil para conduzir os destinos do país daqui por diante. Cortamos as iniciativas mais independentes do governo e tiramos dele a preocupação, que não havíamos outorgado para conduzir nossas vidas. Agora precisamos assumir o controle da nau e dar-lhe rumo.

Já temos exemplos, como o pacto social, que é o primeiro teste da democracia genuína. A sociedade substituindo o governo num exercício de gestão política da

Curitiba, quarta, em 11.01.89

atividade econômica. Gerir a sociedade não é mais uma tarefa para a elite política encastelada no aparelho do Estado. Chegou a vez das entidades de classe, sindicatos, conselhos comunitários, sociedades de defesa do consumidor, do meio ambiente. Chegou a hora da ABI, OAB, CUT, CGT, UDR, CNI, Febraban, partidos políticos, grupos de pressão, enfim, é a hora e a vez da sociedade civil refletir a vontade geral da maioria.

Os grupos sociais estão libertos e livres para procurar seus espaços dentro da estrutura institucional do Estado, administrando entre si as suas diferenças. Os governos fortes não admitiam conflitos nem discussões, e por isso a sociedade não amadurecia. Estamos conquistando o direito de viver em conflito. Não devemos mais nos dar ao luxo de esperar que alguém resolva os problemas por nós.

Vamos, pois, aproveitar essa oportunidade ímpar na história do Brasil e fortalecer os grupos representativos da sociedade para tomar posse das terras devolutas do poder. Está na hora de acabar com a perplexidade do primeiro instante de liberdade e meter mãos à obra. Nós temos um país para construir. Se deixarmos o governo pensar e agir por nós ele acabará vivendo por nós, decidindo o destino de nossas vidas. Se isso acontecer, que força nos restará para denunciarmos o autoritarismo? Conquistamos a maioridade política e a liberdade de agir. E nada, hoje, é mais importante que consolidar esse processo e ampliar as conquistas. É a partir daí, de um 1988 carregado de dúvidas, frustrações, e do entendimento que fizemos dessa realidade, do desencanto com governos fortes, que nos anos novos podem se tornar felizes e prósperos.